

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

RAFAEL GARCIA CARMONA

**AS MULHERES REMANEJADAS PELA USINA HIDRELETRICA DE MAUÁ:
A INVISIBILIDADE DE GÊNERO**

**PONTA GROSSA
2015**

RAFAEL GARCIA CARMONA

**AS MULHERES REMANEJADAS PELA USINA HIDRELETRICA DE MAUÁ:
A INVISIBILIDADE DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa - Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profª Dra. Édina Schimanski

**PONTA GROSSA
2015**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C257 Carmona, Rafael Garcia
As mulheres remanejadas pela usina
hidreletrica de Mauá: a invisibilidade de
gênero/ Rafael Garcia Carmona. Ponta
Grossa, 2015.
122f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Édina
Schimanski.

1.Gênero. 2.Desenvolvimento.
3.Remanejamento populacional.
I.Schimanski, Édina. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Ciências Sociais Aplicadas. III. T.

CDD: 362.17

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL GARCIA CARMONA

"AS MULHERES REMANEJADAS PELA USINA HIDRELETRICA DE MAUÁ: A INVISIBILIDADE DE GÊNERO."

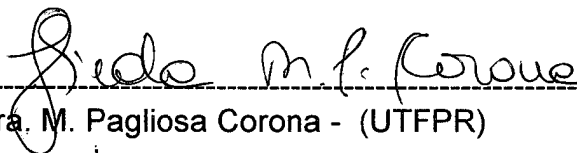
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa 18 de Setembro de 2015.

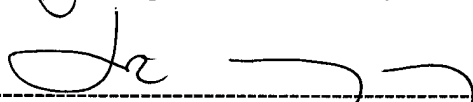
Assinatura pelos Membros da Banca:



Dra. Edina Schimanski - (UEPG) – Presidente



Dra. M. Pagliosa Corona - (UTFPR)



Dra. Lenir Ap. Mainardes da Silva - (UEPG)

Dra. Jussara Ayres Bourguignon - (UEPG) - Suplente

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar o processo de remanejamento populacional e as consequências deste na vida das mulheres remanejadas por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, localizada no rio Tibagi, entre os Municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, no Estado do Paraná. Para isto, partimos do pressuposto de que a construção de hidrelétricas no Brasil sempre teve significativa relevância no contexto do crescimento econômico. Desta forma, ao se tratar de geração de energia, deve-se levar em consideração o seu significado para o sistema capitalista, que tem importante função de preservação e manutenção do modo de produção, sendo condição para o chamado desenvolvimento econômico brasileiro. Dessa forma, buscaremos apontar os desdobramentos do remanejamento populacional na vida das mulheres agricultoras remanejadas pela construção da UHE Mauá. A construção deste estudo buscou evidenciar a mulher agricultora atingida pela UHE Mauá, a partir da invisibilidade de gênero presente nos estudos ambientais de licenciamento e das falas dos sujeitos da pesquisa. Neste sentido, lançamos mão de pesquisa qualitativa com caráter exploratório, com o objetivo de demonstrar sua singularidade no contexto do remanejamento populacional da construção da UHE que, apesar das transformações na vida das atingidas, não representou a possibilidade de construção de uma perspectiva positiva em relação ao futuro. Ao contrário, identifica-se a prevalência, entre as mulheres, de uma visão pessimista, focada apenas no presente, não se conseguindo vislumbrar projetos de vida e, conseqüentemente, possuindo grandes dificuldades de romper as amarras relativas as limitações econômicas e sociais. Com a pesquisa verificou-se que embora a UHE Mauá tenha trazido garantia de renda para as mulheres, ela não representou a ruptura com a lógica patriarcal que oprime e adocece as mulheres na região de Ortigueira/PR.

Palavras-chave: Gênero. Desenvolvimento. Remanejamento Populacional.

ABSTRACT

The central objective of this study is to analyze the process of population relocation and the consequences of this on women relocated during the construction of the Mauá Hydroelectric Plant, located on the Tibagi River, between the cities of Ortigueira and Telemaco Borba, State of Parana. For this, we assume that the construction of dams in Brazil has always had significant relevance in the context of economic growth. Thus, when it comes to power generation, one should take into account their significance for the capitalist system, which has an important function of preservation and maintenance of the production process, a condition for the so-called Brazilian economic development. Thus, we point out the consequences of population relocation in the lives of women farmers relocated for the construction of the Mauá Hydroelectric Power Plant. The construction of this study sought to highlight the woman agriculture affected by the Mauá Hydroelectric Plant, from the gender invisibility present in environmental licensing studies and statements of the research subjects. In this sense, we launched qualitative research hand with exploratory, aiming to demonstrate its uniqueness in the context of population relocation of the construction of Hydroelectric Plant that despite the changes in the life of affected, did not represent the possibility of building a positive outlook on the future. On the contrary, it identifies the prevalence among women, a pessimistic view, focused only on the present, not managing to glimpse life projects and therefore having great difficulty breaking the shackles on the economic and social constraints. Through research it was found that although the Mauá Hydroelectric Plant has brought income security for women, it did not represent a break with the patriarchal logic that oppresses and sick women in the region of Ortigueira / PR.

Keywords: Gender. Development. Population relocation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	-	Região hidrográfica do Paraná	64
Figura 2	-	Localização da UHE Mauá no Estado do Paraná.....	65
Figura 3	-	Foto da Usina Hidrelétrica de Mauá	66

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Potência instalada em hidrelétricas por região (2004)	39
Tabela 2 - Consumo de energia elétrica por região (2006)	39
Tabela 3 - Evolução da população total, urbana e rural do Município de Ortigueira – 1960 a 2010	70
Tabela 4 - Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ortigueira - PR.....	71
Tabela 5 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	72
Tabela 6 - Renda, Pobreza e Desigualdade	73
Tabela 7 - Indicadores de Habitação - Ortigueira - PR	73
Tabela 8 - Famílias por vínculo com a propriedade	76
Quadro 1 - Principais produtos agrosilvopastoris e indústrias predominantes em Ortigueira.....	74
Quadro 2 - Mulheres sujeitos da pesquisa	78

LISTA DE SIGLAS

AID	Área de Influência Direta
ANA	Agencia Nacional das Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CECS	Consórcio Cruzeiro do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSE	Cadastro Socioeconômico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETRONBRAS	Centrais Elétricas Brasileira S/A
ELETRONUL	Centrais Elétricas S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GWh	Giga Watt Hora
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Mw	Megawatts
ONS	Operadora Nacional do Sistema
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
RESEB	Reforma do Setor Elétrico Brasileiro
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1- DESENVOLVIMENTO E EMERGÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA	17
1.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO E SEU REBATIMENTO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	17
1.2 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: AS USINAS HIDRELÉTRICAS COMO MOLA PROPULSORA PARA O PROGRESSO.....	27
CAPÍTULO 2 - O REMANEJAMENTO POPULACIONAL NO SETOR ELÉTRICO: A INVISIBILIDADE DA MULHER NA PROBLEMÁTICA SOCIAL.....	42
2.1 O REMANEJAMENTO POPULACIONAL NO SETOR ELÉTRICO E SUA PROBLEMÁTICA SOCIAL	42
2.2 OS SUJEITOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: UM CONCEITO EM DEBATE	50
2.3 GÊNERO E REMANEJAMENTO NO MEIO RURAL: A INVISIBILIDADE FEMININA.....	54
CAPÍTULO 3 - USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ: A ESPECIFICIDADES DE UM LUGAR E A INVISIBILIDADE FEMININA	63
3.1 RECORTE DA BACIA DO PARANÁ E A HIDRELÉTRICA DE MAUÁ	63
3.2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA	67
3.2.1 Características econômicas e sociais	70
3.2.2 Atividades econômicas	73
3.3 CONTEXTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA UHE MAUÁ	75
3.4 AS MULHERES REMANEJADAS: SUJEITOS DA PESQUISA.....	76
3.5 O UNIVERSO DAS MULHERES AGRICULTORAS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES FAMILIARES REMANEJADAS PELA UHE MAUÁ	80
3.5.1 Ser mulher na visão delas mesmas	81
3.5.2 Ser mulher no meio rural	84
3.5.3 Vínculo existente entre a mulher e a propriedade	90
3.5.4 As atividades agrícolas exercidas pelas mulheres	91
3.5.5 Pós remanejamento populacional	96
3.5.6 Relação com o consórcio responsável pela UHE	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	116
APÊNDICE A	117
APÊNDICE B	118
APÊNDICE C	122

INTRODUÇÃO

No Brasil, a geração de energia tem a centralidade nas hidrelétricas, ou seja, produção proveniente de recursos hídricos. As usinas hidrelétricas respondem por 75% da capacidade instalada de geração de energia no país¹ (ANEEL, 2008). Tal opção não é por acaso, tem como pano de fundo a existência de grandes rios, a geografia do território brasileiro e os índices pluviométricos registrados em determinadas regiões do país. Outras matrizes energéticas vêm ganhando espaço, porém, o alto custo, aliado à alta demanda, faz com que o avanço de outras formas de produzir energia avance lentamente no país. Assim, para o setor elétrico, a produção de energia a partir dos rios brasileiros ainda se configura como um “bom” investimento na relação custo X benefício.

Ao se tratar de geração de energia, deve-se levar em consideração o significado para o sistema capitalista, que tem importante função de preservação e manutenção do modo de produção, sendo condição para o chamado desenvolvimento econômico brasileiro.

Desta forma, o desafio colocado neste trabalho envolve o estudo acerca da construção de uma usina hidrelétrica e os elementos postos para além dela, ou seja, seus impactos na realidade local, especificamente na vida das mulheres agricultoras.

É a partir da inserção como assistente social na área de meio ambiente da Companhia Paranaense de Energia – COPEL que surge o interesse pela temática apresentada neste trabalho.

Neste contexto que destaca a incidência das consequências socioambientais provocadas pelas hidrelétricas na vida das famílias, em especial das mulheres agricultoras, que são residentes em áreas rurais e, por este motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra e com a natureza. Estas são usuárias dos recursos naturais, como água, plantas e animais, devido principalmente à divisão sexual do trabalho, que lhes atribui o cuidado com o lar, a produção de alimentos e outros bens destinados ao consumo da família.

¹ Outras formas significativas de geração de energia no Brasil são: termoelétrica, nuclear, solar e eólica.

Destacamos, assim, o objeto da presente pesquisa, que se encontra no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Mauá – UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, entre os municípios de Ortigueira/PR e Telêmaco Borba/PR, na região dos Campos Gerais.

Importante ressaltar que a construção de hidrelétricas no Brasil sempre teve significativa relevância no contexto do crescimento econômico. Mais recentemente, tem ganho grandes repercussões devido à chamada crise energética que o Brasil tem enfrentado, em função, principalmente, da ausência de um planejamento eficaz para o setor. A questão da produção de energia e seus impactos ambientais e sociais também tem repercussões, sobretudo, devido às grandes usinas hidrelétricas em construção na região amazônica.

De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB), entre as décadas de 1930 e 1970, a construção de grandes barragens tornou-se sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico, vista como símbolo de modernização e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais. No Brasil, neste período, o Estado assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional (BENINCÁ, 2011). A lógica que se pauta o planejamento e a construção de usinas hidrelétricas é a do poder econômico e político das empresas.

É partir da década de 1970 que se intensificaram os processos de produção de energia através das usinas hidrelétricas, para se constituir como insumos a produção industrial, o que ocasionou em sérios impactos socioambientais que vão desde alterações ambientais até agressões culturais e físicas às populações ribeirinhas, como a provocação de êxodo rural e conseqüentemente do inchaço das periferias dos centros urbanos. Como afirma Bermann:

As usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão – ou, “deslocamento compulsório” - de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas (2007, p.142).

A usina hidrelétrica se constitui como uma alternativa de obtenção de energia a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio (BERMANN, 2007). Entre as fontes de geração de energia, a energia

hidrelétrica se apresenta como “limpa e renovável”, ou seja, em termos gerais são recursos não poluentes e inesgotáveis.

Destaca-se que os empreendimentos, principalmente considerando os de grande porte, ocasionam desocupação compulsória de grandes áreas, causando a saída de famílias e por vezes de comunidades inteiras dos locais de onde vivem por gerações, sendo as vítimas, geralmente, parcelas mais vulneráveis da população e com menos condições legais e econômicas de se defenderem política e judicialmente.

Além disso, ocasionam a perda territorial de uma parcela da população cujas raízes no lugar podem ser seculares, em função da construção de uma usina hidrelétrica.

De acordo com Bermann (2007), cada projeto é justificado em nome do interesse público e do progresso, violentando as bases de produção e reprodução das populações ribeirinhas, com o deslocamento compulsório.

A maioria das vezes, na ocasião da construção de hidrelétricas, independentemente do porte², o processo de remoção das famílias das áreas atingidas pelas barragens não é tranquilo e pacífico, principalmente pela não aceitação, por parte das famílias, em saírem do local onde viveram, às vezes, a vida toda construindo suas relações sociais e econômicas.

Tais consequências podem ser de diferentes proporções e naturezas para a formação do reservatório, com inflexões diretas no meio econômico, ambiental e social, associadas a alterações no modo de vida em decorrência das inundações, principalmente pelo deslocamento compulsório, interferência na cultura local, alteração de paisagens, restrição de acesso a patrimônio natural, aumento na procura por serviços públicos, etc.

Neste contexto a UHE Mauá, construído pelo Consórcio Cruzeiro do Sul - CECS, tem cerca de 361MW de potência, energia suficiente para abastecer uma cidade com 1 milhão de habitantes, e para isso gerou um reservatório de 87 km²,

² A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL adota três classificações, a partir da potência instalada e da dimensão dos reservatórios: Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH - com até 1 MW de potência instalada, normalmente com barragem somente para desvio do curso d'água; as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada e com reservatórios com área de até 3 km² e a Usina Hidrelétrica de Energia - UHE, com mais de 30 MW de potência instalada, cujos reservatórios são superior a 3 km².

que atingiu diretamente cerca de 436 famílias, sendo que, dessas, cerca de 174 tiveram que ser efetivamente remanejadas para outra área (CECS, 2012).

Para este estudo, aprofundaremos um dos programas ambientais que contém o Plano Básico Ambiental³ - PBA, o programa de remanejamento da população atingida, cujo objetivo é viabilizar as condições de reprodução da vida econômica e social das famílias atingidas pelo empreendimento, por meio do estabelecimento de procedimentos para a indenização das terras e benfeitorias, remanejamento da população e reorganização das áreas remanescentes (CECS, 2012).

Importante destacar que o grupo que compõe as 174 famílias que foram realocadas para a construção da hidrelétrica são moradores do município de Ortigueira (margem esquerda do rio); a outra margem (direita) atingida pelo empreendimento, localizada no município de Telêmaco Borba, era toda de propriedade da indústria de papel Klabin, não havendo famílias atingidas.

Chamou-nos a atenção que, do total de famílias atingidas, em cerca de 16 a titularidade do programa está vinculada a mulheres, isto é, são elas que detêm o título das propriedades, portanto, são referências para a negociação e indenização das áreas atingidas. Destas, sete permaneceram no município de Ortigueira. Assim, definimos um recorte de gênero vinculado a estas mulheres, proprietárias de terras e/ou responsáveis pelo processo de remanejamento da família.

O objetivo central deste trabalho, deste modo, é analisar o processo de remanejamento populacional e suas consequências na vida das mulheres remanejadas por ocasião da construção da UHE Mauá. Entre os objetivos específicos, destacamos: a) compreender a singularidade do modo de vida das mulheres proprietárias e/ou responsáveis pelas terras impactadas pelo empreendimento da UHE Mauá; b) refletir sobre a mulher e o processo de remanejamento populacional da UHE Mauá; c) analisar as perspectivas de vida dos sujeitos da pesquisa no contexto do espaço e da vida cotidiana.

Para conseguir aproximação com a realidade vivida por essas mulheres no contexto da Usina Hidrelétrica de Mauá, buscaremos uma compressão da mesma a partir de sua real configuração na sociedade. Assim, o desafio na investigação da

³ Documento relativo ao processo de licenciamento de instalação do canteiro de obra da usina e, posteriormente, da operação.

realidade social, lembra Netto (2011, p. 22), é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica, “por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável”. Busca-se, então, apreender a essência, ou seja, a estrutura e dinâmica do fenômeno.

Neste sentido, a respeito da relação sujeito/objeto, deve-se haver por parte do sujeito um movimento de aproximação e apropriação das características do objeto, do que é da ordem do pensamento.

O desafio colocado é, a partir de dados e informações da realidade, desvelar a dinâmica que envolve o contexto social e econômico das mulheres e compreender seu modo de vida atual, pós remanejamento, na perspectiva da sua reconstrução de vida no novo local. Para tanto, é preciso considerar o contexto da reprodução das relações sociais, que se entrelaçam a partir dos reflexos mais amplos colocados à sociabilidade capitalista. Este cenário produz uma vida material que se espalha no formato do ideal e influencia o modo de vida das pessoas, portanto, se faz necessária a construção de uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivo explicativo (GIL, 2008), que consiga trazer para o campo da análise social o universo vivido pelas mulheres anterior e posteriormente à obra.

Reconhecemos que a discussão de gênero deve ser compreendida como reflexo econômico, cultural, histórico e político, que, ao longo dos tempos, no processo de ação entre homens e mulheres, se constituiu de maneira distinta e localizada no contexto da região do município de Ortigueira/PR. Por isso, a aproximação com o modo de vida de cada família, a fim de identificar a questão de gênero inserida neste contexto e a relação com a Usina, é essencial. Para compreender as questões de gênero colocadas neste processo, buscamos construir uma interação entre o sujeito e o pesquisador como elemento essencial na construção do conhecimento, o que nos permitiu o confronto com seu objeto situado, instalado em seu espaço geográfico concreto.

Na metodologia de pesquisa social qualitativa, utilizada neste trabalho, a realidade do sujeito precisa ser reconhecida a partir dos significados que por ele lhes são atribuídos, o que traz para o campo da análise a possibilidade do aprofundamento em elementos centrais para compreender seu modo de vida. É necessário também esclarecer que, antes mesmo da realização da pesquisa de campo para a defesa de dissertação, o projeto de pesquisa foi submetido à

avaliação pelo Comitê de Ética e exame de qualificação desta universidade, o qual foi analisado e aprovado. Após este momento, procedeu-se visitas à campo com objetivo de identificar os sujeitos da pesquisa e a apresentação das pesquisa bem como dos objetivos do estudo.

Como técnica de coleta de dados, utilizamos **estudo e análise documental, entrevista semiestruturada e observações sistemáticas** devidamente registradas em diário de campo.

A aplicação da entrevista, lembra Minayo (1998), deve possibilitar apreender relações, valores, atitudes, sentimentos e opiniões referentes à realidade em que se encontram os sujeitos pesquisados; deve, ainda, buscar estabelecer um diálogo entre o entrevistador e os sujeitos da pesquisa, procurando a obtenção de particularidades que se referem diretamente ao sujeito da pesquisa, sua subjetividade.

Para a realização das entrevistas, todos os sujeitos de pesquisa assinaram o termo de livre consentimento, resguardando, assim, todos os preceitos éticos para a realização do estudo.

No tocante aos sujeitos da pesquisa, estes se configuram como as mulheres titulares⁴ no programa de remanejamento populacional, coordenado pelo Consórcio Cruzeiro do Sul, e que ainda estão residindo no município de Ortigueira.

Do universo de 436 famílias atingidas pelo empreendimento, o programa de reassentamento detém cerca de 174 famílias, entre proprietários, arrendatários e empregos. Deste número, em cerca de 7 famílias há mulheres na titularidade da propriedade e na negociação com consórcio, sendo 4 na condição de proprietários e 3 empregadas. A escolha das mulheres com o título das propriedades implica na constituição de referência para todo o processo de indenização das áreas atingidas e para o programa de remanejamento populacional. Portanto, são sujeitos do processo de remanejamento e na relação com o consórcio.

A realização das entrevistas foi prescindida com um encontro anterior para apresentação e esclarecimentos sobre a pesquisa.

Além disso, utilizamos a **pesquisa bibliográfica** sobre eixos norteadores da construção do trabalho, tais como gênero, desenvolvimento, matriz energética

⁴ A titularidade no programa de remanejamento populacional perante o CECS implica na sua participação ativa no processo de negociação da indenização e realocação para o reassentamento.

brasileira, etc. Por pesquisa bibliográfica, entende-se um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, articulado ao objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007), com o objetivo de fornecer dados atuais e relevantes acerca do tema. Já para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos.

Desta forma, apoiados em material bibliográfico, aprofundamos o debate conceitual numa perspectiva interdisciplinar, aproximando-nos das discussões como de desenvolvimento, gênero, meio rural, setor elétrico, sob a ótica de diferentes disciplinas do conhecimento, como a sociologia, economia, filosofia, geografia, serviço social, história, entre outras. Posteriormente, nas análises das entrevistas, foi possível aplicar um olhar interdisciplinar na interpretação dos dados.

Para o procedimento de análise da pesquisa, recorremos à **análise de conteúdo**, que se configura como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando “por procedimentos sistemáticos e objetivos ou não, que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de procuração/recepção de mensagens” (BARDIN, 1979, p. 21). Esse momento compreende desde a pré-análise de todas as informações colhidas, passando pela organização do material, a descrição analítica com o devido aprofundamento de análise do material, seu acompanhamento, a partir do referencial teórico, com a devida codificação, a classificação e a categorização, para, assim, realizar a interpretação dos dados, que procura desvendar o conteúdo latente que possui (TRIVIÑOS, 2008).

Assim, no **primeiro capítulo** apresentamos uma discussão acerca do desenvolvimento e a emergência da energia elétrica, a partir de autores como Furtado (1974) e Veiga (2005, 2010), exemplificamos os nexos existentes nos discursos de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico, que conduziram e conduzem o Brasil. Apresentamos, também, os riscos desta concepção, principalmente no contexto do uso desenfreado dos recursos naturais e a proposta “integradora” do capital entre o crescimento e a degradação ambiental, denominado de desenvolvimento sustentável. Percorremos, ainda, a história recente do crescimento econômico brasileiro, a produção de energia entendida como mola propulsora para o progresso.

No segundo capítulo, discorremos sobre o remanejamento populacional provocado pela construção de hidrelétricas no Brasil, bem como a discussão do

conceito de atingidos por barragens. Apresentamos também o referencial teórico que baliza este estudo acerca da temática de gênero, a partir da divisão sexual do trabalho e as implicações no meio rural.

Já no terceiro e último capítulo, caracterizamos a bacia do Paraná e do Tibagi, nas quais está inserida o *lócus* desta pesquisa. Apresentamos as características da UHE Mauá e a caracterização histórica, econômica e social do município de Ortigueira, retratando suas principais conformações, até chegarmos no contexto das mulheres atingidas pela hidrelétrica. Neste capítulo, trazemos a discussão analítica a partir da organização, codificação e sistematização dos dados obtidos com as falas das mulheres, recolhidos através das entrevistas, a partir de categorizações como ser mulher; ser mulher no meio rural; vínculo com a nova propriedade; contexto das atividades agrícolas; e o pós remanejamento populacional. Assim, traçamos a reconstrução do real vivido pelas mulheres titulares do programa de remanejamento da UHE Mauá.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO E EMERGÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Neste capítulo, apresentamos a inserção das usinas hidrelétricas no contexto da ideia de desenvolvimento no Brasil. Para isto, problematizamos a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico e as diferentes interpretações acerca da temática. Discorreremos também o conceito de desenvolvimento sustentável, colocado na atualidade como alternativa às formas tradicionais de desenvolvimento em um contexto de crescimento econômico aliado a questões ambientais.

Destacamos, assim, a trajetória do desenvolvimento no contexto brasileiro e com ele construímos uma análise do setor elétrico, evidenciando a estreita relação entre os momentos históricos de opção do governo pelo desenvolvimento e a necessidade do incremento energético do país. Demonstramos a emergência pela produção de energia para dar sustentabilidade ao projeto de desenvolvimento que estava em curso no país, principalmente a partir dos anos de 1960, numa clara opção pela produção de energia pautada na matriz hidrelétrica.

Neste contexto, ressaltamos as consequências da matriz energética na realidade social, que traz consigo, entre outras consequências, a necessidade de remanejamento populacional, deslocando um número significativo de pessoas de lugares onde viveram sua vida inteira.

1.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO E SEU REBATIMENTO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Como já dito na Introdução do presente trabalho, adotamos como substrato teórico parte da literatura afeta ao campo das teorias sociais que realizam crítica aos modelos dominantes de desenvolvimento, pois ela nos permite considerar as contradições que o modelo de desenvolvimento – pautando-se no pressuposto do crescimento econômico – gerou em termos de desigualdades sociais. Especificamente, a expansão das atividades capitalistas nesta esfera acarreta ainda mais, entre outras coisas, a violação de direitos, ao desconsiderar formas de existência de grupos sociais e modos de apropriação de recursos naturais. Isto será explicado com mais ênfase adiante.

Destacamos que o conceito de desenvolvimento é uma categoria não consensual nos debates acadêmicos. Assim, partimos de um referencial teórico amplo sobre a temática e buscamos fundamentar a discussão em autores como Veiga (2005), Furtado (1974), Silva (2000), Sen (2000), Boisier (1999), entre outros.

Compreender o desenvolvimento capitalista implica, antes de tudo, identificar no curso da história os rumos pelos quais as relações sociais foram se delineando, para que, enfim, se possa entender as implicações que tal categoria provoca na atualidade – no presente caso, um dos objetivos deste capítulo. Inicialmente, abarcaremos o eixo da constituição da questão social e as suas manifestações na sociedade atual, tendo como elemento fundante a contradição entre capital e trabalho.

Ao longo do tempo, no contexto da sociabilidade capitalista, a complexidade da categoria desenvolvimento vem se tornando mais evidente, associando múltiplas dimensões relacionadas às manifestações da questão social nas esferas ambientais e políticas. Estas manifestações, através de diversas consequências, como o aumento da desigualdade social, a destruição dos recursos naturais, entre outros, fez surgir uma nova faceta na ideia de desenvolvimento, buscando aliar o viés social e ambiental. Assim, tem sido notável, nas últimas décadas, a ampliação do discurso e da problematização acerca do que seria o almejado desenvolvimento sustentável no contexto de produção capitalista.

No contexto do desenvolvimento das forças produtivas, existem autores, como Castel (2004), que defendem o surgimento de uma nova questão social a partir da noção de que ocorreu uma ruptura com a sociedade capitalista industrial. Porém, ainda que tenha incorporado elementos próprios, não foi superada. Pastorini (2004) concorda que a questão social da contemporaneidade capitalista não é a mesma do século XIX, pois apresenta algumas mudanças, particularidades históricas e distintos contextos relativos a formações econômicas e sociais:

Uma expressão concreta de contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e estas e o Estado. As relações capital – trabalho, no entanto, não são variáveis, como tampouco o é a forma de organização do capital e do trabalho: por isso, concordamos com a ideia de que existem novidades nas manifestações imediatas da “questão social”, o que é bem diferente afirmar que a “questão social” é outra, já que para isso pressuporia afirmar que a “questão social” anterior foi resolvida ou superada (PASTORINI, 2004, p. 14).

Constata-se que, à medida que se avança economicamente, ocorrem, além das transformações sociais, as ambientais, com prejuízos para uma parcela significativa da sociedade. Neste sentido, não obstante o desenvolvimento econômico ocorrido na sociedade capitalista, principalmente a partir do século XX, tenha tomado novos contornos e se manifestado de diferentes formas, a relação contraditória entre capital e trabalho permanece inalterada. Novas bases e concepções das relações produtivas são recriadas ao longo do tempo, com vistas a maximizar o lucro, no entanto, isto não representa um avanço no que diz respeito à ampliação e melhoria da condição de vida da população e da preservação do meio ambiente.

Desse modo, são múltiplas e divergentes as compreensões acerca do que seja o desenvolvimento. A respeito da discussão histórica sobre o desenvolvimento, este foi considerado como sinônimo de crescimento por muito tempo, principalmente até o pós Segunda Guerra Mundial; após este período, começam a aparecer autores que questionam este tipo de desenvolvimento, como Myrdal⁵. Para Furtado (1974), tal concepção de desenvolvimento remete à ideia de progresso, que permeia a sociedade até os dias atuais. Isto acontece muito mais por sua capacidade de difusão do conceito do que pela construção de valores essenciais à mudança de paradigma em relação ao tema.

Os elementos centrais a serem enfrentados em relação à compreensão crescimento *versus* desenvolvimento giram em torno do processo material e da distribuição de renda. De acordo com Silva (2000), havia uma compreensão, no contexto da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL,⁶ de que o enriquecimento levaria espontaneamente à melhoria dos padrões de vida do

⁵ Segundo Gunnar Myrdal, o avanço da ideia de desenvolvimento, atrelado à de crescimento econômico, acarreta no agravamento das desigualdades regionais a partir de diferentes níveis de crescimento existentes.

⁶ Refere-se à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas responsável por “monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo [...] Promover o desenvolvimento social e sustentável”. Funciona também como “centro de excelência, encarregado de colaborar com seus Estados-membros na análise integral dos processos de desenvolvimento. Esta missão inclui a formulação, seguimento e avaliação de políticas públicas e a prestação de serviços operativos nos campos da informação especializada, assessoramento, capacitação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional”. Disponível em: <<http://www.eclac.org/brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

conjunto da população. Para outros autores, adeptos de uma leitura mais complexa, fazia-se necessário considerar a dimensão política – para além da regulação das forças de mercado –, fazendo com que o crescimento tomasse rumos diferenciados.

Portanto, o Estado deveria ter o papel central de ser o agente impulsionador do desenvolvimento (VEIGA, 2005). Para Veiga (2005) e Furtado (1974), somente mediante a realização de reformas estruturais importantes, entre as quais a reforma agrária, a reforma educacional, a reforma na saúde e nas relações de trabalho, poderiam levar os países periféricos a superar a profunda desigualdade social. Assim, a inversão da lógica concentradora de renda, como traço marcante do capitalismo latino-americano, possibilitaria ampliar o mercado interno de forma a tornar a região menos vulnerável às forças do grande capital internacional (BIELSCHOWSKI, 2000).

Comumente, o desenvolvimento é compreendido como sinônimo de crescimento econômico, ou ainda, como ilusão e manipulação ideológica ou até considerado como um “caminho do meio”. Neste contexto, também se adota a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita* como fatores básicos para mensurar o crescimento, que se tornam também mecanismos para medir o desenvolvimento. Sabe-se, no entanto, que a média geral da renda da população encobre as desigualdades sociais e, portanto, não é um indicador válido para aferir a equidade do desenvolvimento.

O economista Giovanni Arrighi, em seu livro *A ilusão do desenvolvimento* (1997), problematiza a viabilidade de algum tipo de mobilidade ascendente na hierarquia da riqueza da economia capitalista mundial. O autor discute a superação de um país de economia periférica para uma central e destaca a impossibilidade de isto ocorrer nos dias atuais. Da mesma forma, Celso Furtado já havia publicado, em 1974, o livro *O mito do desenvolvimento*, no qual afirma que,

[...] sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1974, p.75).

Nota-se que tanto o ceticismo de Furtado (1974) quanto o de Arrighi (1997) são perpassados pela noção de “utilidade” e “eficácia” próprias da ideia de desenvolvimento. O que nos leva a analisar que tanto o “mito” em Furtado, como a eficácia da ilusão em Arrighi são elementos que exprimem expectativas (sonhos ou fantasias) das sociedades modernas, que remetem à construção de elevação do patamar de qualidade de vida da população.

No entanto, o que se observou durante todos os momentos em que medidas de desenvolvimento foram implementadas pelos diferentes governos brasileiros, ao longo de sua história, foi a elevação da concentração de riqueza, portanto, crescimento econômico, e uma acentuada produção de desigualdade social. Há, deste modo, uma distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. Furtado (1974) aponta que,

[...] o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão (FURTADO, 1974, p. 90).

Dessa forma, é possível inferir que o crescimento econômico não é necessariamente capaz de garantir o desenvolvimento, ou seja, pode haver crescimento na geração de riqueza sem que haja distribuição desta e consequente melhoria na qualidade de vida da população em geral. Além disso, Furtado (1974) ressalta que esta crença consolidou um conjunto de verdades tidas como indiscutíveis, levando a população pobre a fazer sacrifícios e a se submeter às imposições do capitalismo.

Ao serem transformados em mitos do século XX, tanto o crescimento econômico como o progresso técnico-científico aprofundaram as contradições sociais. A ideia por trás do desenvolvimento acabou por se configurar em ilusão para muitos e subordinação dos países do Sul pelos países do Norte, acelerou a exploração predatória dos recursos naturais e aumentou a disparidade de renda.

Aqui, emergem de forma substancial as grandes obras de infraestrutura que provocaram significativos impactos sociais e ambientais, como a construção de usinas hidrelétricas, como veremos mais adiante.

De acordo com Silva (2000), ainda que se tenha observado a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento, as políticas e ações econômicas se orientam pelo uso intensivo de recursos em privilégio ao objetivo de aumentar a produção, o consumo e a riqueza. Segundo o autor, a sustentação desse tripé econômico seria o grande desafio para o desenvolvimento da sociedade.

Um autor que pense e discute o desenvolvimento em outra perspectiva é a Sen (2000), o qual questiona o atual modelo de desenvolvimento econômico e traz uma importante contribuição com a apresentação de novos elementos para o debate acerca da compreensão da temática. Qualifica como uma política cruel de desenvolvimento. Assim, o modelo predominante de desenvolvimento tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais. Por isso, a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais. A tese de Sen (2000) é que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis.

Conclui Sen (2000) que o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico associadas a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

Já Boisier (2007), ao analisar o desenvolvimento em suas diferentes facetas, enfatiza que o desenvolvimento precisa trazer consigo outros elementos para além do econômico, mas também a questão social, cultural e territorial. Ou seja, deve congrega as particularidades dos espaços sociais e geográficos. Assim, o desenvolvimento ocorre de várias formas e sob diversas nomenclaturas, dependendo de qual território, região e/ou realidade se está falando e do tipo de

desenvolvimento que se quer implantar. Nesta compreensão, percebe-se uma aproximação para encontrar o desenvolvimento a partir de novos elementos e não àqueles comumente associados a ele.

Desta forma, podemos concluir que travar uma investigação sobre o desenvolvimento implica em reconhecer que a discussão não cabe apenas na dimensão econômica. Assim, entender a problemática do desenvolvimento no contexto capitalista de produção pressupõe também perceber as dimensões política, social e ambiental.

Alguns dos elementos que impulsionaram o alargamento da compreensão do desenvolvimento e a incorporação da problemática ambiental foram as industrializações aceleradas, o crescimento demográfico, a possibilidade de escassez de alimentos, o esgotamento dos recursos naturais e não renováveis e a deteriorização do meio ambiente, principalmente a partir dos anos de 1960.

Contudo, acontecimentos marcantes no século XX foram determinantes para uma análise mais aprofundada entre o risco da industrialização descontrolada e o uso indiscriminado da tecnologia. Como no final da Segunda Guerra, com o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, que causou a morte de milhares de pessoas, o mundo ficou chocado e surpreendido com o potencial de destruição que havia se atingido com o crescimento tecnológico e industrial impulsionado pela indústria bélica.

Os grandes acidentes em prejuízo do meio ambiente continuaram acontecendo por toda a metade do século XX, a exemplo da ocorrência de chuvas ácidas, que também se tornaram comuns perto das grandes concentrações industriais e urbanas do mundo, poluindo os Grandes Lagos da América do Norte e os Lagos Alpinos.

Em abril de 1986, ocorreu o maior acidente nuclear na Usina Nuclear de Chernobil, localizada na Ucrânia, então parte da União Soviética. É considerado o pior acidente da história da energia nuclear, produzindo uma nuvem de radioatividade que atingiu a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido. Grandes áreas da Ucrânia, Bielorrússia e Rússia foram muito contaminadas,

resultando na evacuação e reassentamento de, aproximadamente, 200 mil pessoas⁷.

Tem-se, então, nos anos 1980, a apresentação de uma nova faceta da ideia de desenvolvimento, agora não mais com ranços explícitos de acumulação capitalista, mas com um discurso que visava agregar as dimensões sociais, ambientais e econômicas. A partir do relatório “Nosso Futuro Comum”⁸ (1987), surge o conceito de desenvolvimento, e na definição clássica da Comissão Brundtland, desenvolvimento sustentável é assim definido: aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1987).

Alguns autores, como Acselrad (2004), Leff (2001), Veiga (2010) e Benincá (2011), questionam como o conceito foi construído e difundido na atualidade. Acselrad (2004) afirma que a possibilidade de enfrentamento não foi alcançada em toda sua grandeza, dentro do contexto capitalista hegemônico industrial, a tendência, desde então, foi a de restringir o discurso da sustentabilidade, que tem como maior objetivo a acumulação e o desenvolvimento.

Na mesma direção, Leff (2001) afirma que, na atualidade, o discurso da política neoliberal é o de explicitar que, através da lógica do mercado, não há contradição entre o crescimento econômico e o ambiente no qual esse crescimento acontece. Ao elencar essa falácia, o autor compreende a questão ideológica posta pelo pensamento neoliberal, o qual expressa os interesses do grande capital e que passa a incorporar o discurso da sustentabilidade sem, necessariamente, conhecer as particularidades locais.

Veiga (2010) caracteriza o desenvolvimento sustentável como um “enigma à beira de seu Édipo” para decifrá-lo. Para isso, é preciso discutir o complexo substantivo (desenvolvimento) e sua não menos controvertida adjetivação (sustentável). Segundo o autor, a noção de desenvolvimento sustentável:

⁷ Outro acidente que deixou centenas de pessoas mortas aconteceu em Goiânia, envolvendo o Césio-137 no ano de 1987.

⁸ Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas, sim, essa conciliação com as questões ambientais e sociais.

[...] deve ser entendida como uma das mais generosas ideias surgidas no século passado, só comparável à bem mais antiga ideia de "justiça social". Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade (VEIGA, 2010, p. 14).

Assim, Veiga (2010) lembra que nada garante que esses ideais sejam concretizáveis para o conjunto da sociedade dentro do capitalismo.

Sachs (2008) afirma que a discussão sobre sustentabilidade sugere, no mínimo três posturas teóricas: 1) dos que acreditam não existir dilema e incompatibilidade entre preservação ambiental e crescimento econômico; 2) dos céticos que julgam não haver alternativa à decadência ecológica senão mediante a chamada "condição estacionária" do crescimento; 3) dos que apostam na possibilidade de um desenvolvimento capaz de garantir o progresso econômico e social sem destruir o meio ambiente.

Para Benincá (2011), o capitalismo não atinge os quesitos de sustentabilidade porque não responde a três equidades básicas: ambiental, social e econômica. Ele se reproduz às custas da depredação do meio ambiente, da concentração da riqueza e da exclusão de setores da população. Destaca que a ideia de desenvolvimento socioeconômico é sempre conflituosa porque "envolve interesses de classes; encerra visões paradoxais de cultura, da natureza e bem comum" (BENINCA, 2011, p. 155).

Desta forma, fica claro que o uso do conceito de desenvolvimento sustentável sem análise crítica da estrutura e funcionamento da sociedade pode camuflar as desigualdades e injustiças sociais⁹. No capitalismo, tal conceito constitui-se em uma verdadeira metáfora ideológica, em torno da qual o sistema se consolida, se justifica e se propaga. De certa forma, acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, "para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses dois objetivos, isto é, de crescer sem destruir" (VEIGA, 2010, p. 189).

⁹ Leonardo Boff chama a atenção para a contradição no uso da terminologia desenvolvimento sustentável, pois os dois termos se rejeitam mutuamente. A categoria "desenvolvimento" provém da área da economia dominante. Ela obedece à lógica férrea da maximalização dos benefícios com a minimalização dos custos e do tempo empregado. A lógica do desenvolvimento neste sistema imperante contradiz a lógica da sustentabilidade.

Neste contexto é que o setor elétrico constrói um discurso competente¹⁰ acerca da sua relação com o desenvolvimento sustentável, principalmente as usinas hidrelétricas, argumentando que se assenta na base do desenvolvimento sustentável, uma vez que a matéria-prima necessária para a produção de energia é renovável, contribuindo, desta forma, para a preservação da natureza. Busca-se uma ordem instituída, que anula as possibilidades do instituinte, através do próprio discurso técnico, “competente”, que sustenta ilusões de veracidade e objetividade incontestáveis ao que é dito (CHAUÍ, 1981).

Além disso, um discurso encontrado no setor elétrico é a afirmação de que a instalação de um empreendimento hidrelétrico tem como um dos pilares a contribuição para o desenvolvimento regional e social de uma determinada localidade: Segundo Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE),

[...] É interesse do Brasil preservar o seu ecossistema e aproveitar seu potencial hidrelétrico, que é uma energia renovável, que praticamente não emite carbono e que permite abastecer o país. É possível conciliar os dois. Basta usar a criatividade, construindo usinas com reservatórios menores, com obrigações ambientais e contribuindo para o desenvolvimento social regional. Isso é possível a partir do momento em que você obriga as hidrelétricas a recuperar as matas ciliares, a criar parques de preservação ambiental, condicionantes para trazer benefícios para a população local [...] (FÓRUM MUNDIAL ECONÔMICO PARA A AMÉRICA LATINA, 2011)

Isto posto, verifica-se a emergência da análise acerca da relação historicamente construída entre desenvolvimento e as usinas hidrelétricas, tendo como pano de fundo a emergência do discurso do desenvolvimento da sociedade brasileira e as escolhas produtivas, entre elas a do setor elétrico. O elemento de partida pauta-se na argumentação das usinas como elemento de desenvolvimento e como peça estratégica na entrada do país no cenário global econômico.

¹⁰ De acordo com Chauí (1981), o discurso ideológico competente é aquele que pretende coincidir as coisas; anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e engendrar uma lógica que unifique pensamento, linguagem e realidade, para identificar os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante.

1.2 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: AS USINAS HIDRELÉTRICAS COMO MOLA PROPULSORA PARA O PROGRESSO

Difícil seria problematizar o modelo de desenvolvimento no Brasil sem contextualizá-lo no processo mais amplo da dinâmica da acumulação capitalista. A dinâmica da acumulação do capitalismo tem como base a desigualdade, produzida a partir de uma lógica na qual a riqueza socialmente produzida é apropriada privadamente por quem detém os meios de produção.

Desde os anos de 1930, o Brasil republicano vivenciou a necessidade de superar as carências associadas à tardia e acelerada entrada no país na dinâmica capitalista monopolista mundial (FURTADO, 1974). Com a implementação das indústrias de base no primeiro período varguista (1930-1945), dá-se início ao projeto desenvolvimentista, que caracteriza o Estado brasileiro a partir do período pós-guerra. A necessidade de se avançar no desenvolvimento capitalista do país leva o governo a implementar medidas impulsionadoras desse mesmo desenvolvimento, dando início ao que se chama de desenvolvimentismo. De acordo com Castelo (2012), temos como pano de fundo, neste contexto, o processo de industrialização via substituição das importações como forma de reação à crise econômica mundial de 1929.

Nesse período, o modelo agrário-exportador foi substituído pelo modelo nacional-desenvolvimentista depois de 1930, quando Getúlio Vargas sobe ao poder e inicia o período de industrialização no Brasil. Vargas baseou sua administração nos preceitos do populismo, nacionalismo e trabalhismo. A política econômica passou a valorizar o mercado interno, o que favorecia o crescimento industrial e, conseqüentemente, o processo de urbanização. A Era Vargas marca, portanto, a mudança dos rumos da República, transferindo o núcleo do poder político da agricultura para a indústria (ALCOFORADO, 2000).

Anteriormente a 1930, era insignificante a participação da indústria na economia brasileira. Foram a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Era Vargas – iniciada em 1930, portanto, que criaram as condições para o início do processo de ruptura do Brasil com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país.

As forças políticas que assumiram o poder no Brasil a partir de 1930 apoiaram e implementaram um projeto de industrialização, com o objetivo de retirá-

lo do atraso econômico e impulsioná-lo rumo ao progresso, com a implantação de um parque industrial próprio, nos moldes das nações europeias e dos Estados Unidos. Foi a primeira vez, na história do Brasil, que um governo fez semelhante opção.

Para Furtado (1974), isso não significava que o Brasil deveria acelerar seu processo de crescimento econômico para superar lacunas em relação a um padrão de desenvolvimento comparado aos países centrais. É importante lembrar que essa trajetória – ainda que tenha sido principiada no contexto da República assumida pelo Presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945/1950 – 1954) – não é linear, mas possui alguns princípios comuns.

Foi neste contexto que Vargas balizou uma política nacional de energia em seu segundo governo (1950 – 1954), tendo como destaques dessa ação governamental o petróleo, o carvão e a energia elétrica. Tal política foi considerada estratégica, uma vez que forneceria as bases materiais para o processo de crescimento econômico desejado, ou seja, as medidas se referem basicamente à criação de infraestrutura necessária para alavancar os demais setores da economia.

Como pode se perceber, uma concepção ideológica do desenvolvimento acompanha o Brasil e, conforme assegura Ianni (1989), a industrialização do país aconteceu ao modo capitalista e seu fundamento básico foi o chamado desenvolvimentismo.

Neste sentido, importante destacar que a trajetória desenvolvimentista constituída nesse período não se deu como um processo endógeno brasileiro, mas ocorreu a partir da relação e do lugar do Brasil na dinâmica mais ampla do capitalismo monopolista mundial, no qual não cabia mais um país estruturalmente agrário exportador e sem a constituição de um mercado interno consumidor.

Esta ideologia perdurou nas décadas seguintes a Vargas, e foi uma das fortes marcas de Juscelino Kubitschek, que se traduziu, programaticamente, no ambicioso Plano de Metas (1956 – 1960). Tal plano foi elaborado a partir de diagnóstico dos economistas da Cepal, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), formado no Brasil, e se constituiu na definição planejada pelo Estado, a partir da associação com o capital privado nacional e a grande empresa oligopolista estrangeira na estratégia industrializante do período (IANNI, 1989). Portanto, o

Estado¹¹ foi posto mais uma vez a serviço da industrialização, já considerada tardia em comparação a outros países.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek também reforçou os interesses do Estado em investir em infraestrutura. Foi ainda neste contexto que o presidente Jânio Quadros, em 25 de abril de 1961, sancionou a Lei 3.890/61, autorizando a formação da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A. Entretanto, a instalação se deu em 11 de junho de 1962, no governo do então presidente João Goulart, um ano após a criação do Ministério de Minas e Energia.

A Eletrobrás, constituída enquanto uma estratégia do governo brasileiro para alavancar o desenvolvimento, visava à implantação de políticas voltadas para a implementação de projetos hidrelétricos. A empresa atuava como uma *holding*¹², cabendo às suas subsidiárias a execução de projetos de geração e também a distribuição de energia. Mais tarde, nas décadas seguintes, segundo a proposta dos governos militares, a intenção “desenvolvimentista” seguida nos anos 70 era protagonizada por um modelo econômico que viabilizava a construção de grandes projetos.

Foi no início da década de 1960 que as interpretações da Cepal começaram a ser questionadas, tanto por integrantes da própria comissão (no caso de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), quanto por pesquisadores da América Latina (como no caso de André Gunder Frank e Rui Mauro Marini)¹³. A implantação de regimes militares na América Latina consolidou visões centralizadoras e tecnocráticas, que acentuaram o papel do Estado na condução das políticas de desenvolvimento, praticamente relegando os estudos regionais para a periferia dos debates acadêmicos e sociais. Estes estudos eram considerados na medida em que buscavam explicar os “entraves” presentes nas diferentes regiões e que dificultavam

¹¹ Destaca-se aqui o papel do Estado tanto no incentivo como na sua função de promover a industrialização através das estatais.

¹² *Holding* é uma empresa que controla um grupo de outras empresas da posse da totalidade ou da parte dos respectivos capitais sociais.

¹³ Destacamos que a ideia dominante na CEPAL é questionada por estes autores, mas de forma bastante diferenciada. A exemplo da tese do mito do desenvolvimento de Celso Furtado, que não é compatível com a tese de Cardoso e Faletto sobre o desenvolvimento associado/combinado e subordinado. Do lado mais à esquerda, tem ainda o grande crítico Ruy Mauro Marini, ao lado de André Gunder Frank.

a implantação de um projeto nacional integrado e funcionalizado (VAINER, 1995; BOISIER, 1999).

No caso do Brasil, o desenvolvimento sofreu influência dos ciclos de expansão da economia que refletiram a conjuntura de forças políticas, a conjunção de interesses privados e a forma de condução do projeto de desenvolvimento nacional.

Deste modo, podemos dizer que, historicamente, no Brasil e no mundo, a instalação de projetos de desenvolvimento está diretamente ligada a uma compreensão de crescimento econômico, com o objetivo de expansão do mercado.

Omoto (2013), ao analisar projetos de desenvolvimento, destaca que o processo de globalização tem promovido a migração industrial e o deslocamento de diversas atividades, especialmente para países do Sudeste Asiático e da América Latina. Sem dúvida, tal movimento, aliado à crescente demanda interna, impulsiona a economia local em todos os setores, gerando necessidade de expansão e melhoria de infraestrutura. Implica, também, na necessidade de grandes obras no setor de transporte e energia, no incremento em atividades de mineração e siderurgia, na expansão das fronteiras agrícolas e agropecuárias, além de outras atividades que causam significativos impactos ambientais, provocando enormes transformações no meio ambiente natural, social e cultural. Isto vai impactar diretamente na população que vive nas áreas abrangidas.

Para atender a todas essas demandas, paralelamente à livre expansão da economia, há uma forte atuação estatal, por meio do desenvolvimento de políticas, planos e programas que visam a potencializar os investimentos privados e o crescimento da economia (VALENTE, 2014).

Deste modo, foi durante o período mais intenso¹⁴ da Ditadura Militar (1967-1973) que aconteceu a implantação das bases do “Brasil Potência”, reforçando o poder econômico do Estado na concepção e estrutura do capitalismo brasileiro. Com o golpe de 1964, as alianças entre Forças Armadas, indústria e burguesia industrial se intensificaram e, aos poucos, se confundiram com a economia política da época (IANNI, 1989).

¹⁴ Repressão aberta da ditadura. Surgimento de AI5 (Ato Institucional número 5), baixado em 1968 com forte repressão política.

No campo dos investimentos estatais em políticas de infraestrutura, as propostas desenvolvimentistas dos militares já estavam consolidadas com o papel estratégico da Eletrobrás, que desenvolvia projetos hidrelétricos de acordo com o governo. Os investimentos públicos em grandes projetos de mineração, energia, transporte e expansão de fronteira agrícola corroboraram com a construção de um “meio ambiente único” ou do Estado, voltados aos interesses do modelo de desenvolvimento expansivo vigente (ACSELRAD, 2001).

Ainda que o economista Celso Furtado e outros tenham contribuído para uma ruptura teórica e política da visão da Cepal e iniciado uma concepção crítica sobre o desenvolvimento como processo político, não se tinha, neste momento, a real noção da complexidade social, ambiental e política que envolvia o debate (VEIGA, 2005).

Segundo Furtado (1974, p. 75):

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?

Compete aqui observar que as políticas de investimento em crescimento econômico dos regimes militares conduziram a um período que ficou conhecido no Brasil como “Milagre Econômico” (1968). Esses anos foram marcados por grande crescimento da economia, porém, sustentado por profunda desigualdade e concentração de renda. Nessa época, o Estado baseava frequentemente suas estratégias no uso da força e da repressão, a fim de garantir a integração do Brasil no mercado mundial e conter o conflito e a pluralidade das ideias.

O “Milagre” ocorreu durante os governos do Marechal Artur Costa e Silva (1967 – 1968) – segundo presidente do regime militar – e Emilio Garrastazu Médici (1968 – 1974), e foram anos em que o novo governo tentava se afirmar através das substanciais taxas de crescimento (PAULANI, 2008) e da conjuntura internacional favorável. Conforme afirma Rojas:

O golpe militar e a forma de governo estabelecida a partir dele tiveram uma incidência importante no campo dos direitos, uma vez que, embora nos discursos oficiais ainda se colocasse a democracia e a garantia dos direitos como razões para a existência da revolução, os instrumentos legais

editados nesse período demonstravam muitas razões para que se comprove o contrário (ROJAS, 2010, p. 120).

Apesar dos períodos militares apresentarem diferentes tensões, o perfil de investimento no crescimento econômico e o não reconhecimento e/ou violação de direitos dos direitos humanos se mantiveram.

Neste período, segundo Tavares (1993), a expansão capitalista no Brasil se deu com base na tradição da “modernização conservadora”, através da qual, a despeito da grande expansão e da imensa modernização da economia do país, reproduziram-se contradições no interior da sociedade nacional e a industrialização e a urbanização avançaram, mantendo estruturas sociais conservadoras, um setor agrário arcaico e a história de dependência econômica externa.

Importante destacar que a formação e o fortalecimento do capital industrial foram subsidiados pelo Estado.

Entre os anos de 1968 e 1979, tivemos o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Especialmente o PND II¹⁵ foi um amplo programa de investimentos públicos nas áreas de infraestruturas econômica e social (energia, transporte, comunicações, urbanização, saneamento básico, etc.) (REIS, 2014). Este plano possibilitou o auge da expansão do setor elétrico brasileiro, no qual foram implementados grandes projetos hidrelétricos com impactos ambientais e sociais nunca vistos antes na história.

Em síntese, de acordo com Goldenberg e Prado (2003), no Brasil, o que se observou a partir dos anos de 1960 foi o setor público assumindo o controle direto do setor elétrico, centralizando sua política. As empresas públicas federais e estaduais assumiram um papel fundamental na geração, transmissão e integração de sistemas isolados e mesmo na distribuição de energia. A centralização e a coordenação permitiram o planejamento e a construção de obras hidráulicas de porte, de grandes sistemas de transmissão e da interconexão dos sistemas hidrelétricos que produziram uma melhora substancial dos serviços de eletricidade e a redução nos custos de fornecimento, pelos efeitos de economia de escala.

¹⁵ O II PND foi chamado de crescimento forçado, haja visto que o mundo estava em crise por conta da primeira crise do petróleo e a opção nossa foi na contramão do que o mundo estava fazendo (investiu-se significativamente, e uma das áreas foi a da energia visando fazer frente a crise internacional).

O planejamento do setor elétrico iniciava-se com o estudo regionalizado do mercado futuro de energia elétrica, considerando as características do consumo e da demanda. Os resultados dessa etapa alimentavam estudos energéticos, simuladores de um conjunto de usinas que poderiam ser construídas a um custo mínimo para a sociedade. Essas alternativas de construção de usinas, juntamente com a distribuição dos mercados pelos diversos centros de consumo, serviam de base ao planejamento das linhas de transmissão necessárias.

Goldenberg e Prado (2003, p. 203) destacam que, neste período:

Apesar de a Eletrobrás ter a coordenação nacional do planejamento, os relatórios ligados aos comitês técnicos tinham de ser aprovados pela maioria. O resultado de cada ciclo anual de planejamento era consolidado no Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico.

No contexto do aumento da demanda por energia elétrica, grandes projetos para sua obtenção foram colocados em funcionamento, dentre os quais destacamos as hidrelétricas: Ilha Solteira - 3.444 MW¹⁶ (1973), Tucuruí – 8.370 MW (1984), Paulo Afonso – 2.462 MW (1979), Jupia – 1.551 MW (1974) e Itaipu – 14.000 MW (1984). Além disso, da energia nuclear, através de Angra I (1984).

Destacamos o caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que, devido à sua dimensão, trouxe significativos impactos ambientais e sociais, cujo início da construção começou em 1975 e o início da operação se deu em 1984.

Para a instalação do canteiro de obras, a formação do reservatório de água (com capacidade para 29 milhões de metros cúbicos) e para a faixa de segurança, passaram ao domínio da Itaipu Binacional 1.800 quilômetros quadrados de terras (1.000 do Brasil e 800 no Paraguai). Desse total, a água cobre 835 quilômetros quadrados no Brasil e 625 no Paraguai. O Lago da Itaipu equivale a três Baías de Guanabara. Foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem paraguaia, cerca de 20.000 (MAZZAROLLO, 2003, p.26).

Ainda, de acordo com Castelano (2000), com a construção da Barragem de Itaipu e, conseqüentemente, o represamento do rio Paraná, houve a submersão, também, das terras férteis onde residiam milhares de famílias, no ano de 1982. Foi esse cenário de mudança radical da paisagem no extremo Oeste paranaense, com desdobramentos diretos nas condições de vida dessas pessoas, que motivou ou,

¹⁶ MW – megawatts é a unidade referente à capacidade de geração de energia.

talvez se possa dizer, “forçou” a mobilização dos agricultores, dando início ao movimento denominado “Terra e Justiça”.

Este movimento reivindicava o pagamento das indenizações em terras no próprio Estado do Paraná e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas e, em julho de 1981, como resultado do movimento anterior, foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO)¹⁷.

Neste sentido, é importante destacar que estes sujeitos sociais se colocaram contrários ao percurso desenvolvimentista que estava ocorrendo no Brasil e questionaram o modelo de construção de hidrelétricas.

Em seguida, ocorreu um período de retração, que foi acentuada nos anos de 1990 com a formulação de políticas neoliberais, alinhadas com o Consenso de Washington¹⁸, que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários. As propostas neoliberais para a economia resultaram no plano nacional de desestatização, que eliminou mecanismos de intervenção do Estado na economia e de expansão do investimento público. No caso da produção de energia, espaço tradicionalmente ocupado por empresas estatais ou concessionárias de serviço público, passar por um processo de privatização, o que ocasionou em um distanciamento maior entre os empreendedores e as pessoas atingidas pelo setor energético.

Nos anos que se seguiram a década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso traçou alguns princípios básicos que pretendia para o setor. Tal manobra foi denominada de projeto Reforma do Setor Elétrico Brasileiro (RESEB). A reforma teve por objetivo principal criar um mercado livre, por meio de incentivos à eficiência, e limitar, ao mínimo, a imposição de objetivos e intervenções governamentais.

¹⁷ De acordo com Beninca (2011), em plena ditadura militar, emergiram vários movimentos sociais populares no meio rural. Com a mesma bandeira da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e das Ligas Camponesas, embora com estratégias distintas, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, durante o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel (PR).

¹⁸ O Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais desenvolvidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que apesar de práticas distintas nos diferentes países, estava centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Entre os objetivos pretendidos pela reforma do governo estavam: a desverticalização, visando à separação entre as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização; privatização, transferindo para o setor privado a responsabilidade pela realização dos investimentos, além de fornecer recursos para o erário público (GOLDENBERG; PRADO, 2003).

A privatização em andamento do setor elétrico no Brasil e a implementação de um novo modelo para este setor se constituiu, em parte, da transição econômica do Brasil do modelo de crescimento impulsionado pelo Estado para o crescimento impulsionado pelo mercado. Também coincide com a necessidade do setor de serviços públicos de aumentar a produtividade e reduzir custos através do aumento da eficiência, um objetivo a ser alcançado pela economia como um todo, para uma integração bem-sucedida no mercado global. A privatização do setor elétrico também ajudou a reduzir a dívida do setor público, contribuindo para a sustentação do crescimento a longo prazo (FERREIRA, 2000 *apud* GOLDENBERG; PRADO, 2003).

O argumento utilizado para a privatização do setor foi o da necessidade de transformar o setor elétrico monopolista num mercado em que vigorasse a concorrência (VIEIRA, 2007). A proposta de reestruturação se enquadra na concepção do Consenso de Washington, já citado anteriormente, cujas principais determinações são: i) a transferência da exploração do espaço econômico a grupos internos ou externos, predominantemente sob hegemonia do capital financeiro e especulativo, com claros rebatimentos para a tecnologia, níveis de emprego e utilização dos recursos naturais; ii) com relação aos serviços públicos, transforma usuários e cidadãos em clientes, ao mesmo tempo em que altera de maneira excludente e profunda a natureza inerente dos serviços públicos, como instrumentos de afirmação da cidadania e direitos humanos (SAUER, 2002).

A partir de 1999, além da resistência política enfrentada pelo governo à reforma do setor elétrico, com a crise cambial brasileira e com as crises russa e asiática, conforme aponta Sauer (2002), não houve mais recursos para a privatização das grandes geradoras como a Eletrobrás.

Todas essas dificuldades foram introduzindo, paulatinamente, uma deterioração do sistema elétrico brasileiro. Essa situação era agravada pelo fato de que as geradoras federais que pretendiam fazer novos investimentos para tornar o sistema menos vulnerável foram impedidas de fazê-los pela política de austeridade

fiscal do governo. De acordo com Sauer (2000), os investimentos das empresas elétricas eram contabilizados como gastos do setor público e comprometiam as metas pretendidas pelo governo de *superávits* primários para abater a dívida pública. Assim, paradoxalmente, os investimentos na Eletrobrás foram reduzidos e só voltaram a crescer no contexto da crise do apagão.

Tal crise ocorreu nacionalmente, entre julho de 2001 a fevereiro de 2002, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que afetou o fornecimento e a distribuição de energia elétrica, sendo causada por falta de planejamento e investimentos em geração de energia e falta de chuva.

O insucesso da política do governo Fernando Henrique Cardoso para o setor elétrico deu-se não apenas à falta de recursos externos ou às resistências políticas encontradas no próprio governo, mas, e principalmente, às falhas de gerenciamento estratégico, coordenação e planejamento do sistema elétrico, “induzidas pela adoção de uma reforma calcada em experiências de outros países e inadequada às características brasileiras e ao nosso sistema predominantemente hidrelétrico” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 233).

Em termos institucionais, a partir dos anos 1990, surge um novo modelo para a gestão do setor elétrico brasileiro, que se amparou em três órgãos principais, a saber: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Operador Nacional do Sistema - ONS. A ANEEL, órgão regulador do setor em nível federal, vinculada ao Ministério das Minas e Energia (MME), que tem como finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, conforme as políticas e diretrizes do Governo Federal. Operação, coordenação e controle do mercado competitivo ficaram sob responsabilidade do Operador Nacional do Sistema (ONS).

No Governo do presidente Lula, é criada a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com o intuito de fazer com que o planejamento da expansão energética do país fosse articulado às estratégias de desenvolvimento, visto que o racionamento energético evidenciou a impossibilidade de transferir um setor estratégico, como o de energia, às determinações do setor privado.

Para Omoto (2013), a partir do ano 2000, vive-se um novo ciclo proveniente da formulação de políticas de crescimento e de intervenção estatal na economia, objetivado no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O PAC¹⁹, lançado no governo do presidente Lula e continuado no governo de Dilma Rousseff, se configura como um plano que prevê investimentos públicos e privados de aproximadamente 500 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura e obras de médio e grande porte, como estradas, portos, aeroportos, barragens para abastecimento ou geração de energia hidráulica, usina térmica, eólica e termonuclear, linhas de transmissão, gasodutos, oleodutos, atividades de extração mineral e de petróleo, entre outros.

Desta forma, o PAC foi lançado pelo governo federal, em janeiro de 2007, com o objetivo de criar condições macrossetoriais para o crescimento do país, no período 2007-2010. O programa visava promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Consistiu em três medidas: i) incentivar o investimento privado; ii) aumentar o investimento público em infraestrutura; e iii) remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. Os R\$ 287,3 bilhões (54,5% do montante do programa) destinados para a área de infraestrutura energética (petróleo, gás natural, energia elétrica e combustíveis renováveis) foram assim distribuídos até 2010: R\$ 179 bilhões para petróleo e gás natural; R\$ 78,4 bilhões para energia elétrica (geração, R\$ 65,9 bilhões, e transmissão, R\$ 12,5 bilhões); e R\$ 17,4 bilhões para os combustíveis renováveis²⁰ (BRASIL, 2015).

Todo o investimento é realizado em empreendimentos com potencial para provocar grandes e rápidas transformações ambientais, territoriais, econômicas, sociais e culturais, e, com isso, provocar deslocamentos físicos, de modo de vida e meio de subsistência.

Muitos dos problemas decorrentes desses empreendimentos atingem indistintamente os mais variados grupos humanos pelo efeito difuso das suas consequências. Todavia, tais problemas são mais sentidos pelas populações em elevado nível de vulnerabilidade social e econômica, que têm suas já precárias condições de vida ainda mais degradadas pela força dos impactos decorrentes desses projetos.

¹⁹ Do setor elétrico, entre as principais obras, estão Jirau e Santo Antônio, em Rondônia; a usina do Estreito, entre Maranhão e Tocantins; e a usina Mauá, no Paraná, todas elas já em operação. Há, ainda, o financiamento de 33 usinas eólicas e 6 térmicas, através do PAC2.

²⁰ Informações sobre o PAC disponíveis no site: www.dados.gov.br.

É notória a opção pelas usinas hidrelétricas no contexto do desenvolvimento brasileiro, e tal constatação se deve pelo crescimento de usinas hidrelétricas no Brasil, em detrimento a outras formas de geração de energia.²¹ No Brasil, a geração de energia tem, atualmente, a centralidade nas hidrelétricas, ou seja, produção proveniente de recursos hídricos. As hidrelétricas respondem por 75% da capacidade instalada de geração de energia no país (ANEEL, 2008). De acordo com o discurso de desenvolvimento econômico hegemônico, ainda predominante no governo brasileiro, a justificativa para a utilização desta matriz dá-se pela existência de grandes rios, a geografia do território brasileiro e os índices pluviométricos registrados em determinadas regiões do país, com abundância de grandes rios.

Tal fato torna-se central para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, e deve-se, ainda, levar em consideração que o significado da energia elétrica no sistema capitalista tem importante função de preservação/manutenção do modo de produção e reprodução das relações sociais.

Neste sentido, fica evidente a reorganização do setor elétrico, que visava seu reposicionamento na sociedade brasileira e no mercado; a partir daí, são adotadas estratégias de ampliação da capacidade energética do país. De fato, cerca de dois terços da capacidade instalada existente ao final de 2004 já estavam em operação antes de 1990 (EPE, 2007).

Em análise longitudinal, a partir dos estudos da EPE (2007), o setor elétrico sinalizava para o “envelhecimento” do parque hidrelétrico nacional, que tem como consequência o não alinhamento entre produção de energia e o crescimento econômico do país. Esta disparidade é utilizada como justificativa para o crescimento da produção de energia, portanto, também da construção de hidrelétricas.

Entre 1974 e 2004, conforme dados do Balanço Energético Nacional (EPE, 2005), a potência instalada em usinas hidrelétricas foi acrescida de 55.275 MW, evoluindo de 13.724 MW para quase 69.000 MW, entre os dois anos indicados.

²¹ Não é discussão do presente trabalho avaliar a validade ou não de usinas hidrelétricas e nem os impactos da construção destas do ponto de vista estrutural, quer ambiental, quer econômico ou político, em detrimento a outros tipos de geração de energia.

Na entrada dos anos 2000, temos a seguinte situação entre potência instalada²² em hidrelétricas e consumo de energia:

Tabela 1 - Potência instalada em hidrelétricas por região (2004)

Região	MW	%
Norte	7.524	11%
Nordeste	10.386	15%
Sudeste	23.304	34%
Sul	18.885	27%
Centro-Oeste	8.899	13%
Total	68.999	100%

Fonte: EPE (Empresa de Pesquisa Energética), 2007

Conforme aponta a Tabela 1, com base em dados da EPE, mais de 80% da potência instalada em hidrelétricas no país, ou seja, das usinas em operação, estão nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Esse quadro não se justifica pelo acaso: a razão dessa distribuição pode ser encontrada nas estatísticas apresentadas na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Consumo de energia elétrica por região (2006)

Região	GWh	%
Norte	20.907	6%
Nordeste	58.002	17%
Sudeste	184.144	54%
Sul	58.143	17%
Centro-Oeste	20.170	6%
Total	341.465	100%

Fonte: EPE (Empresa de Pesquisa Energética), 2007

Neste quadro, estão contidos dados sobre o consumo de energia em cada região. A maior parte do consumo (88%) concentra-se também nas três regiões já citadas acima. Entretanto, destaca-se que o grande potencial hidrelétrico, ou seja, possibilidade de construção de novas usinas, nas regiões Sudeste e Nordeste, já foram basicamente explorados.

²² Segundo a ANEEL, a partir da Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, o conceito de potência instalada se refere à capacidade bruta definida pelo somatório das potências das unidades geradoras ativas.

De acordo com a EPE (2007), são grandes as incertezas que envolvem o aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro dentro de uma perspectiva de longo prazo, principalmente devido ao esgotamento do potencial de aproveitamento hidrelétrico da principal bacia brasileira (Bacia do Paraná). Atualmente, a região com maior expectativa de potencial hidrelétrico é a região Amazônica, porém, apresenta também as maiores restrições do ponto de vista ambiental.

De acordo com Parente (2012), entre as vantagens atribuídas à geração de energia hidrelétrica em relação a outras fontes de energia, destacam-se a renovabilidade, a baixa emissão de poluentes, a disponibilidade para produção em escala e a potencialidade para o desenvolvimento local e regional. Além disso, há outros “benefícios acessórios” decorrentes do represamento necessário à geração de energia, como a regularização de enchentes e a oportunidade de múltiplos usos do reservatório (irrigação agrícola, fruticultura, navegação, abastecimento público, turismo e lazer).

Sabe-se também que a construção de usinas hidrelétricas é uma atividade causadora de impactos, dentre os quais podemos citar o modo de vida das populações, direta e indiretamente atingidas pelo empreendimento. A população atingida é submetida a um deslocamento compulsório que atua sobre a vida das pessoas com características de catástrofe natural, irreversível e imune à vontade dos afetados. Sob tais circunstâncias, introduz-se um componente adicional de incerteza e uma sensação de impotência frente a processos cujas causas e razões poucas vezes são compreensíveis para a população e que por ela são percebidas como arbitrárias (VAINER; ARAÚJO, 1992).

É fato também que a forma de desenvolvimento desencadeada no Brasil, como apresentada neste capítulo, apresentou significativas limitações no sentido de não conseguir desencadear alternativas econômicas emancipatórias, enfatizando apenas o crescimento econômico e as alternativas a este modelo. No entanto, provocam, segundo Beninca (2011), uma oposição contundente à ideia de desenvolvimento sustentável, dado que o único desenvolvimento sustentável seria o desenvolvimento sem crescimento, o que implicaria “o abandono do projeto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal de desenvolvimento” (BENINCA, 2011, p. 146).

Para Souza Santos (1992), no Brasil, o desenvolvimento constituiu-se basicamente num duplo processo de produção da desigualdade em nível social:

através do autoritarismo político e do descaso ou destruição sistemática dos recursos naturais disponíveis em abundância no país.

As consequências ambientais e sociais provocadas ao longo dos anos pelo modelo desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros atingem toda a sociedade. Como afirma Gould (2004), os benefícios econômicos da produção tendem a se concentrar nas camadas mais altas do sistema de estratificação; inversamente, os riscos ambientais gerados pela produção de mercadorias e serviços tendem a se concentrar nas camadas inferiores do sistema de estratificação. Desta forma, os segmentos menos favorecidos economicamente sofrem as consequências de modo mais acentuado, seja pela sua localização geográfica, contexto econômico ou também pela dificuldade de acessos a direitos, principalmente os direitos humanos.

Assim, destacamos alguns segmentos considerados vulneráveis, tais como os: moradores próximos das indústrias poluentes, pescadores, seringueiros, castanheiros, as comunidades indígenas, quilombolas e outras que vivem em relação estreita com os recursos naturais. Também as comunidades compulsoriamente deslocadas de seu ambiente sociocultural para a construção de hidrelétricas, as quais possuem centralidade neste trabalho, com destaque para as mulheres, que trazem consigo as marcas do remanejamento populacional e do contexto de reprodução social demarcado pelo patriarcado, fortemente enraizado na sociedade.

No próximo capítulo, discorreremos sobre o remanejamento populacional em decorrência da construção de hidrelétrica e seus desdobramentos.

CAPÍTULO 2

O REMANEJAMENTO POPULACIONAL NO SETOR ELÉTRICO: A INVISIBILIDADE DA MULHER NA PROBLEMÁTICA SOCIAL

Este capítulo visa o aprofundamento da discussão do remanejamento populacional decorrente da construção de usina hidrelétrica, e também sobre o conceito de atingido por barragens. O debate em torno da temática ainda está em disputa entre grupos de interesses econômicos do setor elétrico e os movimentos em defesas dos atingidos.

Neste contexto, nos aproximaremos dos sujeitos envolvidos, no caso, as mulheres agricultoras remanejadas pela Usina Hidrelétrica de Mauá. Assim, buscaremos apontar os desdobramentos do remanejamento populacional²³ na vida da população atingida, problematizando a mulher neste contexto e a problemática que envolve tal ação.

2.1 O REMANEJAMENTO POPULACIONAL NO SETOR ELÉTRICO E SUA PROBLEMÁTICA SOCIAL

Como foi apresentado no Capítulo 1, vista como um fenômeno sociopolítico, destinado a garantir a sustentabilidade do processo de crescimento econômico da nação, a construção de usinas hidrelétricas como ápice do chamado desenvolvimento coloca em pauta as formas sociais de intervenção no espaço (ACSERALD, 2004); a distribuição dos recursos naturais; a divisão dos custos e benefícios decorrentes das obras e as distintas visões e significados articulados pelas diferentes formas técnicas que disputam poder e legitimidade na apropriação do território (ACSERALD, 2004).

É fato que as grandes obras de engenharia como as barragens surpreendem não apenas pelo volume de capital mobilizado, mas também pelos expressivos impactos socioambientais decorrentes dos projetos: deslocamento compulsório das

²³ Este fenômeno, consequência de grandes obras ou alterações espaciais, tem como ponto comum a intervenção em determinado espaço, provocando a retirada de pessoas para um outro local pode ter outras denominações, tais como: desocupação, esvaziamento, remanejamento, transferência, remoção, realocação, reassentamento e deslocamento. Neste trabalho, utilizaremos o termo remanejamento populacional.

populações locais (BLOEMER, 2001); perda de grandes extensões de terras produtivas (SIGAUD, 1987); interrupção das atividades econômicas vigentes no local; supressão da vegetação nativa; alteração em todo ambiente aquático, entre outros fatores.

Destaca-se que os empreendimentos hidrelétricos, principalmente os de grande porte, ocasionam remanejamento populacional de áreas significativas, por conta da instalação de canteiros de obra, áreas de bota-fora e reservatório, sendo os atingidos, com grande frequência, parcelas mais vulneráveis da população e com menos condições legais e econômicas para se defenderem.

De acordo com Bermann (2007), cada projeto de hidrelétrica é justificado em nome do interesse público. A falácia do desenvolvimento, mascarada com o discurso de suposto “progresso”, violenta as bases de produção e reprodução das populações ribeirinhas com o remanejamento populacional. Por outro lado, no contexto da sociedade capitalista, a necessidade do uso da energia elétrica é algo essencial para a vida nesta sociedade. Cada vez mais nos tornamos dependentes do uso contínuo da energia elétrica. E no caso brasileiro, temos uma dependência da matriz hidrelétrica, como já explanado no capítulo anterior. O atual padrão civilizatório trouxe consigo a necessidade de produção cada vez maior de energia para atender as demandas da sociedade global, perfazendo a criação de maneiras altamente destrutivas de atender tal demanda, como a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos.

As consequências da implantação destes empreendimentos na realidade social são as mais diversas. Benincá (2011) aponta que vão além dos impactos materiais e econômicos, perfazendo também a dimensão simbólica, como o rompimento de laços familiares e comunitários, desenraizamento cultural, perda de vínculo espacial, doenças, depressões, etc.

No livro intitulado “Energia & Cidadania – a luta dos atingidos por barragens”, Benincá (2011) faz uma importante análise dos projetos hidrelétricos, com destaque para as formas de organização e resistência, através da trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens, articulando questões sociopolíticas com a dimensão ambiental, abordando também a desterritorialização indireta, ou seja, a perda territorial de uma parcela da população cujas raízes no lugar podem ser seculares, em função da construção de uma UHE.

A saída do local de origem será sempre penosa para a população, seja em decorrência da abordagem do empreendedor, muitas vezes agressivas, pautadas no assédio e em ameaça, com o objetivo de “desobstruir” áreas, seja pelo valor da indenização, ou mesmo pela instabilidade em relação ao futuro após processo de remanejamento populacional.

Neste sentido, a opção brasileira pelo crescimento acelerado, tendo como apoio a construção de barragens no Brasil, tem provocado enormes impactos sociais e ambientais, com implicações gigantescas de remanejamento populacional. Rezende (2003) ressalta que, além de destruir grandes áreas naturais, afetando a flora e a fauna, expulsa os habitantes locais, homens e mulheres que têm seu modo de vida lesado por esses empreendimentos, já que, além dos danos reparáveis, os materiais, há os danos irreparáveis, como a destruição das relações sociais e culturais da região atingida.

São famílias inteiras atingidas. Muitas destas famílias são exclusivamente chefiadas por mulheres e compõem, assim, uma problemática social à parte. Isto será discutido de forma mais aprofundada adiante, pois constitui-se como tema central de nossa análise.

De acordo com Bermann (2007), as usinas hidrelétricas construídas no Brasil resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e na expulsão – ou “deslocamento compulsório” – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas.

Com frequência, a construção de uma usina hidrelétrica representou, e ainda representa, para essas populações a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

Historicamente, muitas usinas hidrelétricas são instaladas em espaços sociais inicialmente concebidos pelas populações ribeirinhas para as mesmas produzirem suas formas de subsistência por meio da pesca e da lavoura. Têm-se aqui uma importante contradição no processo de construção das hidrelétricas, no qual os projetos de edificação acabam ocupando os espaços de reprodução social/cultural de proprietários e não-proprietários de terras (meeiros, arrendatários, posseiros, assalariados etc.) e acabam por determinar o início de conflitos, cuja essência, para uns, será a apropriação do espaço geográfico como uma forma de

mercadoria específica para geração de energia hidrelétrica; e, para outros, será o uso social, de reprodução sociocultural, como meio de vida (BERMANN, 2007).

Neste contexto, o Banco Mundial possuiu uma orientação que ressalta que o remanejamento populacional, em projetos de desenvolvimento, entre os quais o hidrelétrico, quando não acompanhado por medidas atenuantes por parte dos empreendedores, causa muitas vezes graves riscos econômicos, sociais e ambientais, tais como: sistemas de produção desagregados; pessoas deparam-se com um empobrecimento quando perdem o seu patrimônio ou fontes de renda; populações que são realocadas para locais onde a respectiva capacidade de produção pode ser menos utilizada e a competição pelos recursos maior; instituições comunitárias e as redes sociais podem ser enfraquecidas; grupos de familiares dispersados; e a identidade cultural, autoridade tradicional e o potencial para ajuda mútua se perdem ou diminuem.

Assim, no tocante às consequências sociais dos empreendimentos hidrelétricos, o que se observa na prática é que o licenciamento ambiental, requisito obrigatório para qualquer projeto desta natureza, acaba deixando de fora a maior parte das questões relacionadas a repercussões socioeconômicas, tais como: esclarecimentos (acesso a informações) anteriores ao remanejamento, acompanhamento técnico social durante o processo e um efetivo acompanhamento posterior ao remanejamento, principalmente no tocante aos restabelecimentos das referências de acesso a direitos (saúde, educação, assistência social, previdência, etc.) e da produção agrícola. Isto se dá devido à pouca estrutura dos órgãos ambientais licenciadores – preparados, em via de regra, para tratar de assuntos de ordem física, química e biológica, mas com poucos técnicos e condições de lidar com as questões sociais (MAIA, 2014).

Além disso, os empreendimentos hidrelétricos, na maioria das vezes, inundam imensas áreas rurais onde residem populações tradicionais, com costumes diversos das residentes em áreas urbanas. As populações tradicionais se organizam de forma distinta, tendo como referência a utilização de seus territórios e dos recursos naturais para manter sua cultura tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade.

Essas áreas, conforme apontam Rezende e Santos (2013), possuem complexidade social e econômica que dificilmente conseguem ser “captadas” pelas análises sociais e compensada pelos critérios de indenizações baseadas em

técnicas de avaliação, muitas vezes inapropriadas para realidades da agricultura tradicional do campo ou familiar. Essas populações, diante de toda a complexidade que as cercam, ficam perdidas diante de tanta mudança repentina, piorando ainda mais quando são pressionadas pelos prazos do licenciamento ambiental²⁴.

Neste sentido, a alteração do território²⁵ vem desarticular as redes de relações sociais, que tem base na vizinhança e nos laços familiares, e que conformam um marco vital para muitas famílias atingidas. Essas redes não só canalizam as relações de ajuda mútua, trabalhosamente construídas, através do tempo, pela população de menor recurso e seu desenvolvimento como um todo, como também o fluxo de informações, os quais são fundamentais para seus esquemas de sobrevivência. Desta forma, a perda da rede de relações sociais de ajuda mútua conduz a uma diminuição de produtividade na pequena propriedade agrícola, que se agrava ainda mais pela anulação de recursos a que os produtores anteriormente dispunham para as suas vidas (MARQUES; SOARES, 2007).

No que concerne ao processo de reassentamento, as experiências já vivenciadas, tanto no Brasil como em outros países, demonstram que os deslocamentos compulsórios são geradores de processos traumáticos, promovendo uma série de crises de identidades nas populações afetadas, pois as mesmas não escolheram voluntariamente essa situação (ROTHMAN, 2004).

Nos projetos de reassentamento advindos do deslocamento compulsório a que são submetidos os atingidos por barragens, costuma-se subestimar o impacto das mudanças no principal componente do sistema organizacional, as pessoas. Estas não podem ser simplesmente transferidas de um local para outro, religadas, reconfiguradas e sair produzindo, ou seja, reestruturarem-se de um dia para o outro. Estas pessoas devem ser preparadas para o processo de mudança, uma vez que

²⁴ O licenciamento ambiental consiste nos procedimentos técnico-administrativos que apontam a viabilidade ambiental ou não de atividades efetivas ou potencialmente degradadoras do ambiente, conforme previsto na Lei Federal 6.938/1981, que cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Destacamos, ainda, que os prazos para o licenciamento ambiental no Brasil não são regulamentados, portanto, podem demorar meses, atrelando o empreendedor à liberação para conseguir abordar e negociar com a população impactada sobre o remanejamento populacional e seus desdobramentos.

²⁵ Como conceito de território, apoiamo-nos na reflexão de Milton Santos (2002), o qual afirma que a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que o utilizam, portanto, compreender determinado território implica em se apropriar da relação sujeitos X território do ponto de vista do espaço vivido e do cotidiano das pessoas.

toda a rotina de trabalho, produção, relações interpessoais e projetos de vida, com a qual estão acostumadas, pode ser radicalmente mudada. As pessoas tendem a se apegar às suas rotinas, e a mudança pode trazer conflito e resistência, uma vez que se está mexendo com estruturas subjetivas e de poder preexistentes (MARQUES; SOARES, 2007).

Assim, os impactos a que nos referimos não se limitam apenas ao econômico, mas sobretudo ao sociocultural, que afeta, além das famílias deslocadas, a população da localidade que as recebe, podendo haver uma reação de resistência também por parte desta população, com efeitos multiplicadores sobre um território mais amplo. Em virtude disto, pode ocorrer a perda ou interrupção das oportunidades, serviços e infraestrutura econômica.

Neste sentido, alerta Rothman,

[...] o reassentamento de um número significativo de pessoas para um local diferente pode causar profunda perturbação econômica e cultural para os indivíduos afetados bem como para o tecido social das comunidades. Isso pode expô-los ao risco de empobrecimento temporário ou permanente, especialmente quando as pessoas afetadas já são pobres ou vulneráveis. Esses riscos e prejuízos ocorrem mesmo quando o reassentamento é objetivo de um projeto, como nos projetos de desenvolvimento ou melhoramento urbano (ROTHMAN, 2004, p.26).

Percebe-se que esta discussão não é recente, mas os problemas previstos ainda continuam. Segundo Marques e Soares (2007), a própria experiência do Banco Interamericano demonstra que o remanejamento populacional é uma atividade complexa, cara e arriscada, no qual dificilmente se consegue restaurar as condições em que viviam anteriormente ou mesmo melhorar as condições socioeconômicas da população deslocada.

O remanejamento populacional advindo da construção de usinas hidrelétricas atua sobre a população atingida com características de catástrofe natural. Sob tais circunstâncias, introduz-se uma sensação de impotência nos afetados frente a processos cujas causas e razões poucas vezes são compreensíveis para a população e que por ela são percebidas como arbitrárias.

Ressalta-se que, nos anos de 1980, organismos internacionais de financiamentos estabeleceram novas orientações para questões socioambientais, que tiveram reflexos no Brasil, com a estruturação de uma Política Nacional de Meio

Ambiente e com a criação de órgãos federais que deveriam aplicar novas resoluções, além de fazer gestão desta política.

Ainda no Brasil, como reflexo da “Conferência de Estocolmo²⁶”, realizada na Suíça em 1972, tem desdobramento nos anos de 1980 a criação de políticas ambientais. A Conferência de Estocolmo colocou em pauta as políticas de crescimento ilimitado, tendo em contrapartida a limitação dos recursos naturais e a impossibilidade de gerenciamento do mercado em regular a exploração em sincronia com a preservação dos recursos.

Como reflexo, na década de 1980 surge no Brasil o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, importante instrumento de discussão das políticas ambientais. O CONAMA expediu, em 1986, a Resolução nº 001/86, que até os dias atuais ainda é utilizada. A resolução estipulou os requisitos para avaliação de impactos e para o licenciamento de obras modificadoras do meio ambiente, dentre as quais as do setor elétrico, e, desta forma, tornam-se necessários os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), salientando ainda que ambos os documentos devem ser públicos e o último deve possuir uma linguagem acessível para o público leigo.

Destaca-se também que as leis formuladas durante a década de 1980 apresentavam uma orientação conservacionista, ou seja, mais preocupada com a preservação de ecossistemas e espécies, mas sem englobar a preocupação com a dimensão social. Esta característica terá rebatimentos na estruturação dos órgãos ambientais de fiscalização no Brasil, como mencionado anteriormente neste trabalho.

Ainda é preciso enfatizar a importância da Constituição Brasileira de 1988, de orientação multicultural e pluriétnica, que foi a primeira a focar as questões ambientais, determinando que a implementação de obras e instalação de empreendimentos hidrelétricos só poderia acontecer mediante Estudos de Impacto Ambiental.

No contexto dos rebatimentos da construção de hidrelétricas, temos a história de organização política dos atingidos por barragem, na perspectiva de se constituírem enquanto sujeitos políticos e, conseqüentemente, no tensionamento

²⁶ Também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, foi a primeira a abordar de modo substancial as questões ambientais e a relação com o homem.

para passar a fazer parte de todo o processo, desde o planejamento até a construção de hidrelétricas. De acordo com Scherer-Warren e Reis (1988), em 1979, o embrião da organização políticas dos atingidos por barragens iniciou-se a partir de um movimento de oposição às construções de barragens na bacia do rio Uruguai, chamado de Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens – CRAB²⁷, que foi criado com o objetivo de contribuir na sensibilização política das populações locais de áreas a serem afetadas pelas construções de usinas hidrelétricas. Além disso, o movimento implementou ações para se tornarem públicos os projetos e as consequências da criação de barragens para a população atingida.

O movimento foi apoiado por líderes locais de diferentes entidades civis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e também por lideranças da Igreja Luterana e das Comissões Pastorais da Igreja Católica. Assim, a CRAB acabou por originar, posteriormente, o Movimento dos Atingidos por Barragens, composto, em sua grande maioria, por produtores rurais chamados de colonos, perfil que geralmente são os atingidos

Destaca-se que foi certamente o processo intenso de construção de hidrelétricas no país, principalmente a partir dos anos de 1970, como visto no capítulo anterior, aliado às sucessivas experiências de deterioração social e ambiental nas regiões receptoras de grandes barragens, que contribuíram para um significativo processo de politização das populações atingidas, que, organizadas, puderam reivindicar seus direitos. Neste sentido, a emergência pela organização dos atingidos se deu principalmente pelo contexto de violações de direitos que o setor elétrico historicamente operou, sendo que um dos grandes entraves era a compreensão e o reconhecimento da dimensão dos impactos da construção de hidrelétrica, principalmente a noção de quem são exatamente as populações atingidas. Tais elementos serão aprofundados a seguir.

²⁷ A mobilização popular em reação ao projeto de construção de barragens na Bacia do Uruguai inicia-se no final da década de 70. Os estudos preliminares da ELETROSUL, iniciados em 1976, provocaram rumores a respeito da possibilidade de construção de obras. A partir do início de 79, sucedem-se reuniões com lideranças locais ligadas principalmente às igrejas progressistas (Católica e de Confissão Luterana) e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do oeste catarinense (Chapecó e Concórdia) e nordeste riograndense (Erexim), contando com a presença de 350 agricultores; assim, é criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em abril de 1979 (SCHERER-WARREN; REIS, 1988).

2.2 OS SUJEITOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: UM CONCEITO EM DEBATE

A totalidade dos reflexos sociais causados pela construção de hidrelétrica não se restringe a questões econômicas, abarca também outros elementos, como os culturais. Neste sentido, o que se observa é que o reconhecimento, por parte do setor elétrico e o Estado brasileiro, não é tranquilo sobre quem é o homem e mulher atingidos²⁸ pelo empreendimento. Desta forma, identificam-se disputas na definição da terminologia do conceito de atingidos, permeadas por correlações de forças políticas e econômicas.

Sobre tal discussão recorreremos aos estudos de Vainer (2008), e consideramos que a noção de atingido e atingida diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores

[...] estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2008, p. 40).

O conceito em questão vem sendo problematizado desde o início da formação do Movimento de Atingidos por Barragens por autores como Vainer (1990), que entendem como categoria social em disputa. Para o autor, o conceito passa por duas concepções similares, tendo como núcleo o direito do empreendedor, que interpreta *atingido/atingida* pela ótica da implantação e operação de um empreendimento. A primeira é a concepção territorial-patrimonialista, ou seja, o atingido/a atingida é o proprietário/a proprietária, e a segunda é a concepção hídrica, na qual o atingido é o inundado. Na concepção territorial-patrimonialista, a ação do empreendedor se dá pela aquisição da área a ser atingida. Nessa concepção, a perspectiva é indenizatória. Seguindo a tradição do direito brasileiro que, quando reconhecida a utilidade pública do empreendimento, concede ao empreendedor o direito de desapropriação, durante longo período as empresas do

²⁸ Referimo-nos a homens e mulheres enquanto integrantes de grupos atingidos por barragens, por uma questão de gênero, a qual compreende que os reflexões e consequências do remanejamento populacional são diferenciados em cada grupo, devido a particularidades históricas, culturais, sociais e políticas desta sociedade, que é capitalista e patriarcal.

setor elétrico limitavam-se a indenizar os proprietários das áreas inundadas (VAINER, 2006).

Na concepção hídrica, a perspectiva é espacial. Ou seja, circunscreve espacialmente os efeitos do empreendimento à área a ser inundada. O “*atingido*” passa a ser entendido como *inundado* e, por decorrência, como *deslocado compulsório* – ou, como é corrente na linguagem eufemística do Banco Mundial, *reassentado involuntário*” (VAINER, 2006, p.43, grifo do autor).

Segundo Vainer (2006), a única forma de superar essas concepções que não atendem aos direitos das populações afetadas é entender a natureza do processo social (econômico, político, cultural e ambiental) que é deflagrado pela chegada do empreendimento. Entender o processo como mudança social é considerar que há mais elementos a serem problematizados do que as dimensões pecuniárias ou materiais.

Com o surgimento e crescimento do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, a ampliação do conceito de *atingido/atingida* tornou-se reflexo dos conflitos em contraditório ao contexto de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, sua ampliação emerge mais do conflito de interesses e das contradições do que necessariamente da construção de consensos em busca de conciliações. Para tanto, é preciso compreender qual o padrão de democracia capitalista ocidental, mas, basicamente, é preciso visibilizar os sujeitos políticos envolvidos nas arenas de disputas, as quais impulsionam essa ampliação.

Atualmente, no que diz respeito ao reconhecimento dos sujeitos que foram atingidos e da necessidade de recompor os danos, o trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH e dos movimentos dos atingidos por barragens tencionou a Presidência da República a editar o decreto federal nº 7.342/2010, que instruiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, bem como criando o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

Este decreto considera atingidos/atingidas os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos: (a) perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento; (b) perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido; (c) perda de áreas de

exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; (d) perdas de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento; (e) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento; (f) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e (g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Importante destacar que este decreto não significou o fim da disputa política pelo conceito de atingido, mas contribuiu para basilar as discussões.

No Brasil, um dos casos mais emblemáticos é o da UHE Belo Monte, em construção no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, com previsão de custo em torno de 19 bilhões reais, que de acordo com estudos ambientais irá atingir cerca de 16,4 mil pessoas. A UHE está sendo construída para gerar cerca de 11.233 MW²⁹ e formará um reservatório de 503 Km². Irá atingir diretamente cerca de 824 famílias no município de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo.

Apesar dos avanços normativos na categorização dos sujeitos homens e mulheres atingidos, principalmente com relação aos impactos nas suas atividades econômicas e com menos ênfase nas suas relações sociais e comunitárias, destacamos que tanto os instrumentos de identificação quanto os estudos elaborados a partir deles não pormenorizam questões de grupos etários, raça ou gênero.

Neste cenário, enfatizamos as particularidades das mulheres atingidas pelas barragens, as quais são, na sua maioria, residentes em áreas rurais e, por este motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra de produção e reprodução da vida social. Em geral, estas mulheres são usuárias dos recursos naturais, principalmente da produção de alimentos e outros bens destinados ao consumo de sua família.

²⁹ Em potência instalada será a terceira maior do mundo, atrás apenas chinesa Três Gargantas (20.300 MW) e da Binacional Itaipu (14.000 MW)

A mulher torna-se, tanto quanto o homem, um sujeito atingido no processo de remoção. O fato é que, na maioria das vezes, a mulher é o ente invisível na relação, no qual a ênfase no processo de negociação para a remoção da família se dá a partir de elementos socialmente atribuídos ao homem, que o identificam enquanto o “chefe”. Ele – o homem – representa a decisão e a responsabilidade por representar a família perante o empreendedor e, ainda, definir o local de moradia e produção agrícola (o que e quando plantar), avigorando a matriz patriarcal³⁰ de domesticidade da mulher (OLIVEIRA, 2005).

Assim, é preciso considerar o contexto da reprodução das relações sociais, que se entrelaçam a partir dos reflexos mais amplos colocados às sociabilidades vividas no modelo de produção da sociedade atual. Este cenário produz uma vida material que se espalha no formato do ideal e influencia o modo de vida das pessoas.

Desta forma, as famílias remanejadas pela construção de hidrelétricas, dado a sua particularidade relacionada ao modo de vida – destaca-se aqui o rural predominantemente –, possuem significativo vínculo com a terra, que no processo de remanejamento acabam sendo oneradas, e no caso das mulheres duas vezes – primeiro pela condição de agricultora e segundo pela condição de ser mulher.

Portanto, coloca-se como desafio pensar a singularidade do lugar da mulher no contexto dos atingidos, levando em consideração a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres questões específicas.

A seguir, apontaremos os elementos que dão base para a discussão de gênero deste trabalho, tendo a centralidade na singularidade da mulher no meio rural. Ressaltam-se as questões relativas a gênero com a articulação com o contexto agrícola e o aprofundamento divisão sexual do trabalho.

³⁰ A matriz patriarcal pressupõe um arranjo de família nuclear centralizado no poder do homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral – esta estrutura hierárquica pressupõe um conjunto de práticas, valores e normas, baseado na dicotomia dos papéis sexuais familiares que são valorizados de maneira desigual (OLIVEIRA, 2005).

2.3 GÊNERO E REMANEJAMENTO NO MEIO RURAL: A INVISIBILIDADE FEMININA

As diferenças entre homens e mulheres não são apenas de “papéis” a cumprir na sociedade. Existe uma relação de dominação de um sexo pelo outro, no caso, a dominação dos homens sobre as mulheres. Essa dominação não é apenas ideológica ou cultural, ou seja, não pode ser mudada apenas com uma “mudança de mentalidades”. Ela possui uma base material, que é a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003).

Historicamente, foram determinadas práticas diferentes para homens e mulheres, com valores distintos atribuídos a elas. Assim, aos homens coube o espaço público e o trabalho produtivo, enquanto as mulheres foram atreladas à esfera privada e ao trabalho reprodutivo.

Sarti (1996), aprofundando esta questão, aponta que a casa é identificada com a mulher, isto é, uma expressão material do que seus membros precisam para exercitarem seus respectivos papéis e saciarem suas necessidades vitais. É a mulher quem cuida da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, da garantia e do asseio dos mesmos, do suprimento à demanda por alimentação, enfim, o zelo para que o bem-estar dos seus membros seja garantido. O homem tem precedência à mulher, sendo considerado o chefe da família e a mulher a responsável pela casa. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar no âmbito externo, mas aquilo que ele apresenta como uma família é uma rede tecida pelas mãos femininas. Se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem em geral fica responsável pelos gastos da renda familiar, repartindo-a na saciedade de necessidades individuais e do coletivo.

Carloto (2008) destaca, ainda, que a emergência do conceito e sua utilização, que está fortemente impregnado de uma dimensão política, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder, tanto no âmbito público como no privado, procura abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais.

Pensar a configuração de desigualdade de gênero, conforme aponta Azevedo (2010), nos remete à importância de articulá-lo com a noção de autonomia

peçoal e econômica, e como estes aspectos incidem sobre a vida das mulheres, estas tendem a ser mais vulneráveis às condições de pobreza e desastres naturais, por terem restritas oportunidades de ampliação de seus rendimentos e de interações que lhes confirmem o aumento de seu patrimônio cultural. Esta questão é também reafirmada por Schimanski, Scheffer e Schons (2011), que apontam para uma condição maior de vulnerabilidade social das mulheres por estarem mais expostas não só ao fenômeno da pobreza, mas também às degradações ambientais.

Goldani (2002), discorrendo acerca dos fundamentos estruturais da desigualdade de gênero, aponta que a atual estrutura hierárquica de gênero são o mercado de trabalho e a família. No primeiro, há uma divisão de sexo e discriminação no emprego e, no segundo, há uma divisão de trabalho de sexo, maternidade e reprodução.

Azevedo (2010) afirma ainda que as condições de vulnerabilidade se acentuam não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família em determinado lugar. Assim, considerar a dimensão geográfica é essencial, pois repassa pela facilidade de acesso a serviços públicos, vínculo com o local, constituição de redes de apoio no cuidado com a família, etc.

É neste contexto de desigualdade de gênero e contradições postas na sociedade que surge o nosso interesse em estudar as implicações de gênero no remanejamento populacional da UHE Mauá, com vistas a investigar como esta ação se dá na vida das mulheres, a partir do seu modo de vida, portanto, o rural, uma vez que são provenientes das áreas rurais do município de Ortigueira, possuindo uma relação intrínseca com a agricultura.

Assim, partimos do pressuposto que, em situações de contingência, emergência ou de perigo, a maior responsabilidade sobre a reorganização da vida familiar recai sobre elas, assumindo tarefas e construindo estratégias que até então não estavam presentes no seio da família ou convívio social. Tais questões, em geral, não são incorporadas, nem consideradas pelo empreendedor no processo de remanejamento populacional.

Diante do exposto, podemos afirmar: a identidade de homem e de mulher realizam-se na junção do público com o privado. Tal fato nos permite fazer uma interseção com nosso tema de pesquisa, pois essa identidade se realiza, prioritariamente, de tal forma na sociedade em geral, que têm a função também de manutenção do *status quo* das relações de desigualdade da sociedade capitalista.

No contexto e modo de vida pelas famílias atingidas pela UHE Mauá, é possível afirmar, a partir dos estudos acerca da mulher na agricultura, que esta tem importante papel nas atividades agrícolas, uma vez que as suas contribuições são reconhecidas desde sociedades antigas até as atuais. A prática feminina na agricultura evoluiu com as descobertas científicas e tecnológicas. Pode-se perceber que a mulher produz e contribui com o manuseio de instrumentos simples, como enxadas, até aqueles resultantes de altas tecnologias. Porém, os altos custos de bens de produção e a falta de qualificação profissional dividem em categorias diferentes trabalhadoras do mesmo gênero e do gênero masculino.

Na sociedade capitalista, especificamente, as relações sociais entre homens e mulheres ocorrem em torno do domínio sobre o trabalho e suas divisões (KERGOAT, 2009). No mundo agrícola, as relações sociais de gênero apresentam papéis separados, suprimindo diferentes necessidades dentro da unidade doméstica, o que é influenciado pela formação social.

Paulilo (1987) chama a atenção para a falácia da “naturalidade” da distinção entre trabalho “leve” e “pesado”; devido à carência de estudos sobre a mulher no campo, o que explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural.

Em face disso, as relações sociais de gênero na agricultura familiar³¹ evidenciam uma dinâmica na conceituação do trabalho, onde se verifica a valorização do indivíduo, através do lugar que ele ocupa na esfera do trabalho e a subjetividade a ele atribuída. Paulilo (1987) demonstra que, embora as mulheres realizem todo tipo de trabalho, em todos esses lugares se pensa que o trabalho realizado pelos homens é “pesado”, enquanto aquele realizado pelas mulheres e pelas crianças é “leve”. A autora chega à conclusão de que todo o trabalho realizado pelas mulheres será sempre leve e, portanto, menos valorizado. Isso porque o trabalho é considerado a posição (desigual) que homens e mulheres ocupam na hierarquia da família e/ou da produção.

³¹ Destacamos que não é objeto deste estudo tratar da agricultura familiar, no entanto, esta categoria emerge no contexto do trabalho. Assim, entende-se que a agricultura familiar pode ser compreendida como apresentada por Corona (2013), como um conceito que expressa a vivência de diferentes situações, com graus variados de integração com o mercado. Também ultrapassa as questões vinculadas apenas à produção, porque considera a dinâmica social, cultural e as relações com o ambiente, tendo a família como ponto de partida e de convergência de todas as estratégias de reprodução.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo, portanto de produção. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica (PAULILO, 1987).

Entretanto, é preciso ponderar as transformações que vêm ocorrendo nos arranjos familiares, principalmente em decorrência da inserção da mulher no mercado de trabalho, provocando redução dos casamentos, queda no número de filhos por mulher, maior número de mulheres chefiando rendimentos iguais ou superiores aos homens. Estes elementos influenciam o comportamento social das mulheres, tanto no âmbito privado quanto no público.

Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3%. Em 2010, o tipo mais frequente entre as famílias conviventes é formado pelas monoparentais femininas (53,5%) (IBGE, 2012).

Neste sentido, destacamos os arranjos familiares chefiados por mulheres ou famílias que são lideradas e mantidas financeiramente pela mulher, sendo ela a única provedora e não há a presença do parceiro masculino, seja por motivos de viuvez, divórcios ou por serem mães solteiras. Carloto (2005) e Vitale (2002) concordam que, nos domicílios monoparentais e chefiados por mulheres, além de haver uma sobrecarga de responsabilidades, estão em situação de maior vulnerabilidade econômica que os demais, visto que a mulher assume sozinhas as funções de provimento e reprodução, que as diferencia dos demais arranjos familiares (MORAES, 2009).

Desta forma, é evidente que as relações sociais são marcadas por conflitos regidos pelo princípio de dominação envolvendo grupos sociais contrários. A análise das relações de classe é indissociável à análise das relações de gênero. A estrutura da família, no meio urbano e rural, ainda é marcada pelas desigualdades nas

relações entre homem e mulher, evidenciadas na estrutura do capital. A distinção entre os dois sexos não se remete somente a condições puramente biológicas, mas também se dá no campo social, dotado de valores simbólicos e estruturas sócio-políticas que se refletem diretamente nas relações de trabalho e dentro das famílias, mediadas pela relação dominação – exploração, próprias da sociedade capitalista.

Baptistella e Francisco (2005) destacam o fato de o trabalho feminino possuir características peculiares, como: ser polivalente, ter seu tempo adaptado segundo as necessidades do momento, inclusive, ultrapassar até mesmo a barreira da tradicional divisão sexual do trabalho.

Percebem-se as contínuas mudanças nas condições de vida de homens e mulheres no meio rural. Alguns aspectos ajudam a verificar as alterações no comportamento social: surgimento de organizações de mulheres, redução da fecundidade, aumento do nível de escolaridade, programas de treinamento específico para as agricultoras. Mesmo com as mudanças, aspectos contraditórios também se fazem presentes nas relações sociais de gênero, como marcas de uma sociedade que produz o antagonismo entre os espaços e os indivíduos.

Entende-se por grupo doméstico o conjunto de pessoas que habitam a mesma casa, trabalha na mesma produção de forma permanente ou temporária, ligados entre si por laços de parentesco. Assim, o “grupo doméstico é a unidade de residência e é dentro dele que tem lugar a reprodução física e, em grande parte, a reprodução social de seus membros” (FORTES apud HEREDIA, 1979, p.37).

Neste sentido, Lobo (1991, p. 9) salienta:

A divisão sexual do trabalho não esgota a problemática dessas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino- os gêneros. Neste sentido a divisão sexual do trabalho é um dos muitos lócus das relações de gênero.

Na concepção de Brumer e Freire (1983/1984 apud BRUMER, 2004, p.211):

Na divisão do trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinários agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades

domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos, e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Mesmo com a participação das mulheres na tomada de decisões juntamente com os maridos, geralmente são os homens que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção para a próxima safra, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente, de todos os membros da família, apenas nas despesas de consumo doméstico ou nas despesas referentes a necessidades de consumo próprio. Neste sentido, nem as mulheres, nem os jovens, têm uma renda própria, a não ser pela venda do seu próprio trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou venda direta de produtos por eles produzidos.

Segundo Brumer (2004), devido às desigualdades de gênero atribuídas às mulheres pela subordinação na estrutura familiar, evidenciadas na distribuição das atividades nas esferas de produção do poder e do acesso à propriedade da terra, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. Ao mesmo tempo, os fatores externos, tais como a produção agrícola desenvolvida, o caráter intensivo ou extensivo da produção e o desenvolvimento das indústrias nas proximidades dos estabelecimentos agropecuários podem criar oportunidades de emprego fora da agricultura, mantendo a residência do trabalhador no meio rural, dada a desvalorização deste. Este fenômeno é denominado de pluriatividade, que consiste na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas³² (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2003).

O espaço rural brasileiro sofre profundas transformações, o processo de modernização, através das ações políticas, sociais, econômicas e culturais vem alterando o perfil dos agricultores e suas relações, a exemplo da produção, que antes era feita com uso de ferramentas simples, e, mais recentemente, alguns modelos de produção, como os voltados para o agronegócio, aderem à modernização e mecanização, introdução de novos produtos destinados mais à exportação, com a utilização de sementes selecionadas, agrotóxicos e adubos

³² As pesquisas sobre pluriatividade no Brasil vem acompanhada pelo debate de autores como Carneiro (2003), Wanderley (2004) e Schneider (2003) sobre a chamada nova ruralidade, que abordam temas com relação ao rural *versus* urbano, identidade social, mudanças demográficas, etc.

químicos, dentre outros, com o intento de aumentar a produtividade numa lógica direta para comercialização e obtenção de lucros.

Com a modernização da agricultura, o trabalho agrícola tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos e técnicas; desta forma, parte do trabalho antes feito manual, na atualidade a esfera da produção exige o auxílio de máquinas, ocasionando uma diminuição de contratação de trabalhadores na agricultura. Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, ele é quem investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém contato com técnicos rurais e faz a maioria das vendas, dos empréstimos e pagamentos, e participa das associações e sindicatos (BRUMER, 2004).

A atividade agrícola conta com mão de obra das diferentes faixas etárias e gêneros, com ou sem remuneração, e direitos trabalhistas. Homens e mulheres estão contribuindo direta ou indiretamente para a efetivação dessa atividade em espaços rurais e urbanos e suas forças de trabalho apoiam no uso de ferramentas, produtos e máquinas nas diversas etapas produtivas.

A mulher participa de todas as etapas produtivas e comerciais na agricultura, desde a preparação, semeadura da terra, ofertas na comercialização, até os incentivos de consumo dentro ou fora do núcleo familiar, mas seu protagonismo não tem o mesmo reconhecimento e valorização, dado o contexto patriarcal da sociedade capitalista e a reprodução das relações sociais pautadas numa perspectiva machista.

Para Portella e Silva (2006), os estudos demonstram que, na família rural, as mulheres vivem em uma situação de franca desvantagem, inseridas em uma cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos de modo rígido e hierárquico. Assim, não existe planejamento coletivo entre toda a família para definir a produção. É o chefe da família que controla a mulher, seu trabalho e os filhos.

Na contemporaneidade, a introdução de máquinas e a incorporação das pequenas propriedades agrícolas pelos grandes latifundiários causam a improbabilidade de competência entre grandes e pequenos agricultores e agricultoras, que impulsiona a migração dos mais desassistidos economicamente, os quais passam, muitas vezes, a ocupar espaços periféricos urbanos.

No Brasil, a mulher está inserida no seio de uma sociedade de características patriarcais e seu protagonismo, na maioria das vezes, passa

despercebido e pouco valorizado no trabalho e no lar³³. De acordo com IBGE (2010), mesmo com indicadores superiores de escolaridade ao sexo masculino, as mulheres ganham salário 27,7% inferior; outro dado importante a destacar é a desigualdade de gênero da sociedade brasileira, já que as mulheres estão mais inseridas em ocupações consideradas precárias, de baixa remuneração: em 2008, 42,1% tinham este tipo de emprego, frente a 26% dos homens.

Por conseguinte, é importante considerar o papel que as mulheres têm desempenhado no processo produtivo e sua trajetória no mundo rural, marcada pelo esforço e o exercício de novas formas de produzir, em que atua enquanto sujeito social na cooperação no que se refere ao processo produtivo, compartilhando trabalho e conhecimento exercidos na sociabilidade entre os segmentos sociais locais.

É necessário também enfatizar que o meio rural não é mais espaço restrito de atividades agropecuárias, uma vez que as transformações, principalmente as de cunho tecnológico, provocaram a redução do trabalho agrícola e o aumento de ocupados em atividades não agrícolas, dentro de fora da propriedade³⁴ (NASCIMENTO, 2009). A este movimento se deu o nome de pluriatividade.

Segundo Osakabe (2005), a partir da análise da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio – PNAD, nas famílias pluriativas, ou seja, com membros ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas, a participação da mulher pode ser mais significativa, sustentando a pluriatividade entre os membros da família, ou seja, as mulheres, na maioria das vezes, precisam recorrer a trabalhos externos à propriedade para garantir a manutenção da vida rural do grupo familiar. Destaca-se que tal fato não significa a diminuição do trabalho, seja no âmbito doméstico ou na propriedade. As atividades econômicas em que estas mulheres estão se inserindo são principalmente as relacionadas ao trabalho doméstico e outras de baixa qualificação e remuneração.

Neste sentido, Oliveira (2004, p. 30) chama a atenção acerca do trabalho da mulher no interior da propriedade:

³³ No Brasil, as mulheres não representam sequer 10% dos cargos eletivos, o país ocupa a 156º lugar em uma lista com 188 nações sobre a presença igualitária entre os sexos no parlamento.

³⁴ Autores como Nascimento (2005) e Silva (2002) interpretam esta estratégia como forma de viabilizar a agricultura familiar, ou simplesmente reação a situações de pobreza rural, como é o caso notável da região Nordeste.

[...] no mundo rural, as mulheres desempenham quase todo tipo de trabalho, desde preparar a terra para plantar, cuidar dos animais e ainda, cumprir todo o trabalho cotidiano do lar. Mesmo assim, por não ser trabalho considerado como algo que se identifique com as mulheres, o discurso de que “as mulheres ajudam” é predominante.

O caráter de “ajuda” ou de complementaridade presente no trabalho produtivo da mulher rural o relega à condição de não trabalho, o que implica na sua não remuneração, pois é compreendido como extensão das atividades domésticas. Ainda, destaca Oliveira (2004), pode se perceber que o trabalho da mulher não se restringe apenas ao âmbito da casa, e que jornada de trabalho das mulheres rurais, em muitos casos, vai além do estipulado nas legislações trabalhistas, visto que se inicia nas primeiras horas do dia e se estende a altas horas da noite.

Reconhecemos que a discussão de gênero deve ser compreendida a partir dos reflexos econômicos, culturais, históricos e políticos desencadeados ao longo de determinado tempo, no qual há a incidência da ação e interação entre homens e mulheres. Desta forma, compreender as relações de maneira localizada, como é caso deste estudo, implica em reconstruir o modo de ser com base em uma realidade específica onde se localizam os sujeitos, no caso, o município de Ortigueira/PR.

Por isso, a aproximação com o modo de vida de cada família, a fim de identificar a questão de gênero e a singularidade no contexto da produção agrícola, é essencial.

Neste sentido, de acordo com Munhoz (2006), a explicação do fenômeno se dá em função dos determinantes externos a ele, e que influem na sua existência, identificados quando da análise das referidas totalidades relativas em que se encontra inserido, portanto, é preciso estar atento para o fato de que, dentre as múltiplas determinações que são responsáveis pela existência de um fenômeno, há o que se denomina as determinações dominantes, ou seja, aquelas identificadas como mais diretamente responsáveis pela sua existência como tal.

Compreender o universo vivido por essas mulheres envolve uma aproximação para buscar identificar a singularidade do modo de vida, no contexto da agricultura familiar. Tal contexto é permeado por construções históricas e sociais diretamente relacionadas à divisão sexual do trabalho.

CAPITULO 3

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ: A ESPECIFICIDADES DE UM LUGAR E A INVISIBILIDADE FEMININA

Compreender relações de gênero pressupõe se apropriar das configurações sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais de um determinado lugar. Desta forma, consideramos que somente na perspectiva da totalidade é possível realizar qualquer análise acerca dos sujeitos inseridos neste contexto.

Assim, a partir de dados da realidade obtidos através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, buscaremos desvelar o véu histórico que envolve as mulheres atingidas pela UHE Mauá.

Em um primeiro momento, trataremos a Bacia do Rio Tibagi, para aprofundarmos o contexto da construção da UHE Mauá. A seguir, apresentaremos o município de Ortigueira e algumas das suas principais características históricas, econômicas e sociais. Na sequência, discorreremos sobre o perfil da população atingida pela hidrelétrica, bem como as mulheres neste contexto e a análise do conteúdo construído a partir das falas das mulheres atingidas.

3.1 RECORTE DA BACIA DO PARANÁ E A HIDRELÉTRICA DE MAUÁ

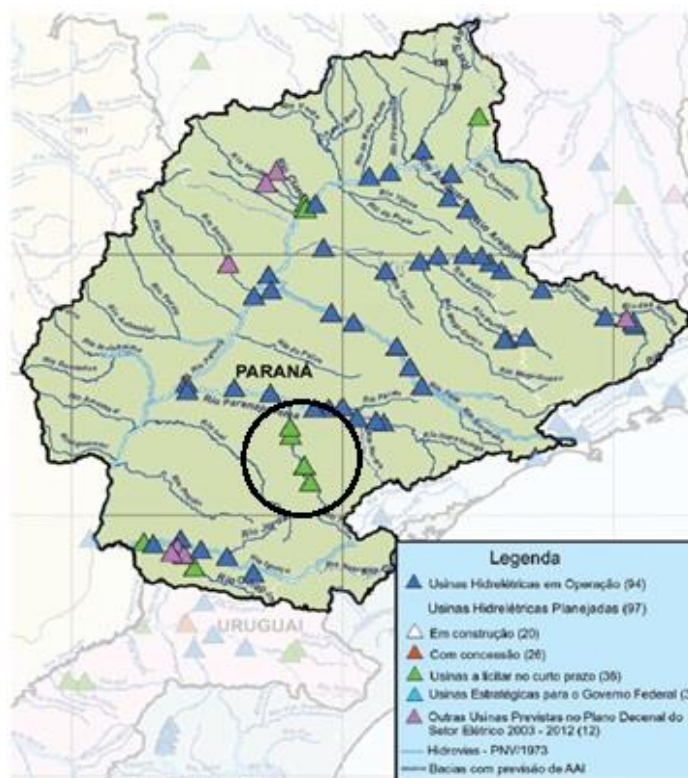
A segunda bacia brasileira mais importante em termos de recursos hidrelétricos é a bacia do Paraná, que apresenta um índice de aproveitamento³⁵ de 72%. Isto representa um significativo potencial existente para a construção de usinas hidrelétricas. No entanto, a densidade populacional da região é um significativo impeditivo, em virtude do alto custo para a instalação de barragens.

A bacia do Paraná é formada pelo curso principal de dois grandes rios – Rio Grande e Rio Paranaíba – e a partir da confluência de ambos, pelo rio Paraná, que cobre uma extensa área de drenagem e atravessa uma área de grande importância socioeconômica. Evidência disto é a população que habita essa área, mais de 50 milhões de pessoas, ou 32% da população brasileira (ANA, 2005).

³⁵ O índice de aproveitamento é calculado pela ANEEL a partir da relação entre potencial aproveitado e o potencial existente.

As características desta Bacia em regime de águas e declividade fazem dela uma das mais importantes em termos de potencial hidrelétrico: são quase 58.000 MW (22% do potencial nacional) (EPE, 2013).

Figura 1 - Região hidrográfica do Paraná



FONTE: Agência Nacional das Águas - ANA, 2005.

Na Figura 1 está destacada a região da Bacia do Rio Tibagi, que é composta por 40 municípios do centro e oeste do Estado do Paraná, dentre os quais Ponta Grossa, com mais de 300.000 habitantes, e Londrina, com quase 500.000 habitantes, importantes centros urbanos do interior paranaense. De acordo com Estudos de Inventários Hidrelétricos,³⁶ na ocasião da elaboração da figura, em 2005, havia possibilidade de construção de 4 usinas hidrelétricas, sendo: Mauá, Telêmaco Borba, São Jerônimo e Tibagi.

Dessas, atualmente a UHE Mauá já se encontra em funcionamento; a UHE Telêmaco Borba aguarda autorização ambiental para ir a leilão; a UHE São

³⁶ Inventário Hidrelétrico tem como objetivo conceber e analisar várias alternativas de divisão de queda para a bacia hidrográfica, formadas por um conjunto de projetos, que são comparadas entre si, visando selecionar aquela alternativa que apresente melhor equilíbrio entre os custos de implantação, benefícios energéticos e impactos socioambientais (ANEEL, 2013).

Jerônimo aguarda autorização do Senado Federal, por ter entre as áreas atingidas territórios indígenas; e, finalmente, a UHE Tibagi se encontra em fase de estudos. Assim, é preciso destacar que a região tem uma forte tendência a concentrar um número significativo de barragens no curso do Rio Tibagi.

Para este trabalho, nos deteremos a aprofundar características que envolvem a UHE Mauá e seu território impactado, neste caso, os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou, nos anos 1990, Estudos de Viabilidade para construções de UHEs no Rio Tibagi; em 2005, foi realizado um leilão para a construção do primeiro barramento do Rio, denominada UHE Mauá³⁷. O Consórcio Cruzeiro do Sul - CECS saiu vencedor da concorrência e adquiriu autorização para iniciar os estudos relativos ao licenciamento ambiental e, posteriormente, a construção e concessão para a operação da usina (CECS, 2007).

A hidrelétrica foi projetada para trecho médio do rio Tibagi, afluente pela margem esquerda do Rio Paranapanema, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

Figura 2 - Localização da UHE Mauá no Estado do Paraná



Fonte: Consórcio Cruzeiro do Sul – CECS, 2007.

³⁷ A origem do nome Mauá está relacionada com a localidade onde foi construída a barragem, denominada de Salto Mauá, na região conhecida como médio Tibagi, pertencente ao município de Telêmaco Borba.

O empreendimento tem 361MW de potência, energia suficiente para abastecer uma cidade com 1 milhão de habitantes, para isso, gerou reservatório de 87 km² e atingiu cerca de 436 famílias (CECS, 2012), dentre as quais 174 foram removidas para outras áreas. A usina começou a ser construída em 2008 e teve sua inauguração em 2012.

A Figura 3 ilustra a dimensão da barragem, que possui 85 metros de altura, e o reservatório, que envolveu cerca de 120 milhões de reais na sua construção, parte dos recursos provenientes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Figura 3 - Foto da Usina Hidrelétrica de Mauá



Fonte: Eletrosul, 2013.

A estrutura fundiária da Área de Influência Direta - AID da UHE Mauá permite dimensionar o universo de propriedades atingidas pela formação do reservatório do empreendimento e de suas estruturas de instalação.

Neste sentido, a AID da UHE Mauá apresenta uma situação peculiar quanto à distribuição das terras; enquanto que na margem esquerda, no município de Ortigueira, apresentava-se ocupada por um conjunto de pequenas, médias e grandes propriedades, a margem direita, no município de Telêmaco Borba, era ocupada integralmente por um único proprietário, no caso, a fábrica de papel e celulose Klabin.

Este fato nos permitiu, no encaminhamento desta pesquisa, realizar um recorte, no qual permanecemos apenas com o município de Ortigueira para a construção do estudo.

Como requisito do licenciamento ambiental, o Consórcio Cruzeiro do Sul apresentou, a partir do EIA/RIMA, o Plano Básico Ambiental - PBA³⁸, que se configura como documento essencial para a liberação da licença de instalação do canteiro de obras. O PBA foi composto por 34 programas ambientais e sociais que tinham como objetivo mitigar e compensar os impactos negativos do empreendimento.

Neste contexto se insere o Programa de Remanejamento da Populacional, que tinha como público-alvo as famílias de propriedades atingidas pela construção do empreendimento. Seu objetivo era viabilizar a recomposição das relações de produção através do acesso à terra em novas unidades de produção agrícola, ou de indenizar os atingidos cuja condição socioeconômica original não fosse significativamente atingida, de modo que implicasse no seu remanejamento (CECS, 2007).

É a partir deste programa que selecionamos os sujeitos da pesquisa, os quais iremos aprofundar posteriormente neste trabalho. Assim, a partir do próximo item, discorreremos sobre a caracterização do município de Ortigueira, com o objetivo de localizar o contexto vivido pelas mulheres, sujeitos desta pesquisa.

3.2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA

Primeiramente, serão relatados os elementos vinculados à história do município de Ortigueira; a seguir, discorreremos acerca da formação territorial da região, necessária para entender como se dá a relação com a terra nesta região do Estado do Paraná. Em seguida, apresentaremos o cenário econômico e social remetidos aos dias atuais e evidenciaremos as principais contradições do município.

³⁸ De acordo com a Resolução 01/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, o EIA/RIMA se constitui em dois documentos de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados acerca dos impactos de grandes obras. Deve abordar o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto da obra completa, descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: o meio físico, o meio biológico o meio sócio-econômico. Deve também indicar as medidas mitigadoras dos impactos negativos e a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados), que posteriormente irão compor o Plano Básico Ambiental.

Destacamos que compreender a formação territorial do município de Ortigueira não é tarefa fácil, devido, principalmente, à ausência de referências bibliográficas. Por isso, para este trabalho destacamos a formação socioeconômica do Paraná, principalmente a do chamado Paraná Tradicional, baseado nos estudos de Padis (1981) e Alves (2004).

Padis (1981), ao analisar a formação econômica do Paraná, enfoca que o Estado se forma historicamente em períodos diferentes e desvinculados. O autor subdivide o Estado em três regiões: o Norte, que se constituiu como um prolongamento da economia paulista e a ela se manteve vinculado por longo tempo; a região Sudoeste/Oeste, ocupada em consequência de problemas que atingiam o Rio Grande do Sul e com este Estado mantinha seus vínculos; e, por fim, o Paraná Tradicional ou Paraná Velho, “cuja formação datava da época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada “paranaense”.” (PADIS, 1981, p. 4).

Com base nesta subdivisão, é possível discutir o processo de ocupação do Paraná Tradicional, onde se localiza os Campos Gerais e o município de Ortigueira. Para compreender a formação econômica e territorial, faz-se necessário localizar a discussão no contexto do povoamento da região dos Campos Gerais. Importante ressaltar que a ocupação do município de Ortigueira está diretamente relacionada com o avanço da frente de expansão de município de Tibagi (ALVES, 2004, p. 35).

Deste o seu início, o município de Ortigueira apresenta uma estrutura fundiária concentrada, um grande contingente de pequenos produtores que, em grande parte, têm suas raízes no sistema de safra, na imigração alemã e descendentes de ucranianos do Sudoeste do Estado e de migrantes vindos do Norte do Paraná, bem como de outras unidades da federação (PADIS, 1981).

Além disso, o povoamento da região está também relacionado com os sucessivos ciclos econômicos, como a mineração, o tropeirismo (pecuária), a erva-mate e a madeira. Como aponta Padis (1981), a contribuição da pecuária no estado do Paraná não é apenas econômica. A atividade pecuária vinculava-se à dinâmica econômica de outras áreas do Brasil e influenciou no surgimento de núcleos urbanos na região. É a partir da estruturação desses núcleos urbanos, principalmente na região de Tibagi, que se criaram as condições para o avanço da ocupação de grande parte do segundo planalto paranaense. Foi nesta área que, no início do século XX, passaria a caracterizar o povoado de Queimadas, futura Ortigueira.

Na década de 1920, (PADIS, 1981), o povoado se estabeleceu com o avanço da expansão vinda dos Campos Gerais, especificamente do município de Tibagi, que já apresentava significativo desenvolvimento econômico e social.

Com o crescimento da localidade de Queimadas, devido à grande fertilidade do solo e a suinocultura, o território se desmembrou, e parte do município de Tibagi e parte do município de Reserva tornaram-se, em 14 de novembro de 1951, o município de Ortigueira. A mudança de nome foi necessária por já existir outro município no estado da Bahia com o nome de Queimadas. A primeira eleição foi realizada em 6 de novembro de 1952 e no dia 14 de novembro do mesmo ano foi empossado Francisco Sady de Brito, primeiro prefeito do Município (PADIS, 1981).

No tocante à sua ocupação territorial, Alves (2004) aponta que a ocupação do município foi permeada por safristas que tinham o interesse na posse das terras para nela engordarem a safra (sistema utilizado para a criação de porcos caipiras); os posseiros, com o objetivo de manter uma agricultura de subsistência, e outros indivíduos que grilavam áreas mais significativas, com o objetivo de reserva de valor, esperando o momento em que a mesma pudesse ser vendida e transformada em renda capitalizada. Como a posse era a forma de acesso à terra na localidade, os conflitos entre posseiros e grileiros eram constantes. Os grileiros, norteados pela acumulação da terra, agiam tanto pela força, como pela exploração das terras.

Assim, a formação do município de Ortigueira se deu de modo disperso, no qual a terra ocupada por meio da posse e da grilagem gerou concomitantemente os latifundiários, as pequenas e médias propriedades.

Alves (2004) retrata que, a respeito da dinâmica populacional, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990, a dinâmica populacional do município de Ortigueira passou por expressivas transformações.

A partir de uma sistematização dos dados do IBGE, identificamos que, no intervalo das décadas de 1960 e 1980, houve um significativo aumento populacional total no município, em 32.435 habitantes, o que significa que a população total quase triplicou: em 1960, era de 17.678 habitantes; em 1970, passou para 36.688 habitantes, e, em 1980, para 50.113 habitantes, conforme respectivos Censos Demográficos. Este aumento esteve ligado principalmente à população rural, que no período das três décadas teve um aumento de 30.027 pessoas, ou seja, em 1960, era 15.534; em 1970, passou para 34.930; e, em 1980, para 45.561. Já a população urbana, para as respectivas décadas, embora apresentasse algumas variações,

manteve um pequeno aumento: em 1960, esta era de 2.144 pessoas; em 1970, reduziu para 1.758; e, em 1980, aumentou para 4.552 indivíduos.

Este movimento demográfico de concentração da população na área rural começa a cair a partir dos anos 2000, como veremos a seguir.

3.2.1 Características econômicas e sociais

A partir de dados secundários sistematizados³⁹, é possível realizar aproximações com a realidade social do município de Ortigueira, objetivando compreensão da sua configuração e forma de organização territorial.

Entre 2000 e 2010, a população de Ortigueira teve uma taxa média de decréscimo anual de -0,75%. Portanto, perdeu população, principalmente a que residia na área rural. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de decréscimo anual foi de -0,96%. Assim, é possível aferir que nas últimas décadas o município tem perdido habitantes. No Estado, no entanto, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010, e 1,01% entre 1991 e 2000. Outro dado importante é que o município, nas últimas duas décadas, teve uma taxa de urbanização de 108,39%. Tal situação não é muito diferente dos demais municípios do País, os quais tiveram um acelerado processo de urbanização. Chama a atenção, no caso de Ortigueira, o fato de a maior parte da população ainda permanecer na área rural, realidade que vem sendo alterada nas cidades do Paraná a cada ano.

Tabela 3 - Evolução da população total, urbana e rural do Município de Ortigueira – 1960 a 2010

Recenseamentos	População total	População urbana	%	População rural	%
1960	17.678	2.144	12,1	15.534	87,9
1970	36.688	1.758	4,8	34.930	95,2
1980	50.113	4.552	9,1	45.561	90,9
1991	27.504	5.412	19,7	22.092	80,3
2000	25.216	8.363	33,2	16.853	66,8
2010	23.380	9.587	40,9	13.793	59,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Paraná – 1960 – 2010

Observa-se na Tabela 3 a redução gradativa de população que vive no rural, fenômeno também recorrente nas demais cidades de porte semelhante ao de

³⁹ Apoiamo-nos em dados provenientes do IBGE, PNUD, IPEA, IPARDES e FJP.

Ortigueira, seja no estado do Paraná e no Brasil. De acordo com os estudos de Alves (2004), além do processo de modernização da agricultura, que pode ser considerado relevante para o processo de êxodo da população rural brasileira, a partir da provocação de expulsão dos trabalhadores, outros fatores devem ser considerados. No caso do município de Ortigueira, é importante constatar que, dentre os fatores centrais da redução da população no campo, está a forte (re) concentração fundiária pelos médios e grandes estabelecimentos após a década de 1980 e, com ela, o aumento significativo da pecuária bovina.

Quanto aos dados sociais, a expectativa de vida de um cidadão em Ortigueira é de apenas 61 anos de vida. Quanto ao índice de educação, quando analisada a taxa bruta de frequência escolar, está em 30º lugar no Estado, ficando na frente das cidades da região, como de Reserva e Imbaú; porém, em relação à taxa de alfabetização de adultos, fica em último lugar, com 72%. Assim, conforme o IDH, em termos de escolaridade, a colocação do município é a última do Estado, 0,687. Nenhum outro município do Paraná teve uma média abaixo de 0,700.

Com relação aos indicadores de desenvolvimento humano, apresentamos a Tabela 4:

Tabela 4 - Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ortigueira - PR

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,075	0,259	0,441
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,45	17,06	25,89
% de 5 a 6 anos na escola	11,13	35,79	79,77
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	9,89	49,06	85,96
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,58	29,13	40,56
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,59	13,26	24,06
IDHM Longevidade	0,652	0,748	0,811
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,09	69,85	73,63
IDHM Renda	0,486	0,542	0,632
Renda per capita	164,45	233,99	408,86

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ortigueira é 0,609, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano

Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,182), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,184), seguida por Longevidade e por Renda.

Ortigueira teve um incremento no seu IDHM de 111,46% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 45,08% entre 1991 e 2010.

Desta forma, identificamos que o município ocupava a 3.927^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.926 (70,55%) municípios estão em situação melhor e 1.639 (29,45%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Ortigueira ocupa a 391^a posição, sendo que 390 (97,74%) municípios estão em situação melhor e 9 (2,26%) municípios estão em situação pior ou igual.

Tabela 5 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,1	69,9	73,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	43,6	27,3	14,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	50,1	31,8	17,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	4,6	2,9	2,5

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de 1 ano de idade) em Ortigueira reduziu 46%, passando de 27,3 por mil nascidos vivos em 2000, para 14,6 por mil nascidos vivos em 2010. No mesmo ano, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 13,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Ortigueira, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,1 anos em 1991, para 69,9 anos em 2000, e para 73,6

anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,8 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Tabela 6 - Renda, Pobreza e Desigualdade

Indicadores	1991	2000	2010
Renda per capita	164,45	233,99	408,86
% de extremamente pobres	33,40	24,56	6,92
% de pobres	64,67	51,28	23,38
Índice de Gini	0,53	0,59	0,49

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A renda per capita média de Ortigueira cresceu 148,62% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 164,45 em 1991 para R\$ 233,99 em 2000, e R\$ 408,86 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 42,29% no primeiro período e 74,73% no segundo (ALVES, 2004). Identificamos ainda que a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70, de agosto de 2010) passou de 33,40% em 1991 para 24,56% em 2000, e para 6,92% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,59 em 2000, e para 0,49 em 2010.

Tabela 7 - Indicadores de Habitação - Ortigueira - PR

Indicadores	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	45,77	72,24	86,83
% da população em domicílios com energia elétrica	52,85	77,74	98,69
% da população em domicílios com coleta de lixo *Somente para população urbana	39,34	84,68	95,42

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Com relação aos indicadores de habitação, o que se observa é que, na medida em que o município se urbanizou, também houve a ampliação da cobertura de serviços como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, porém, no que se refere à água encanada, ainda há uma demanda significativa não coberta por este serviço.

3.2.2 Atividades econômicas

Já em relação às atividades econômicas predominantes no município de Ortigueira, o Quadro 1, a seguir, ilustra a situação:

Quadro 1 - Principais produtos agrosilvopastoris e indústrias predominantes em Ortigueira

Principais produtos agrosilvopastoris	Indústrias predominantes
Madeira em tora para papel e celulose Madeira em tora para uso geral e mobiliário Milho safra normal Bovinos	Madeira Produtos minerais não metálicos Produtos alimentares Extração de minerais Metalurgia Mobiliário Editorial e gráfica

Fonte: PARANACIDADE. Municípios do Estado.

No contexto agrícola, especificamente nas características do setor agrosilvopastoril, os dados do IBGE mostram que, no município de Ortigueira, a utilização das terras concentrava-se em duas formas básicas de uso voltadas para a atividade pecuária, assim, as pastagens plantadas representavam 41,7% (101.710 ha) e as pastagens naturais correspondia a 20,5% (50.075 ha), perfazendo ambas as utilizações uma parcela de 62,2% da área agrícola, destacando-se, assim, a forte vocação agropecuária do município.

Outra porção significativa de uso corresponde à ocupação territorial com matas e florestas, sendo as artificiais, ou seja, aquelas provenientes de reflorestamento, responsáveis por 3,9% (9.608 ha) e as naturais somavam 37.032 ha, ou seja, 15,2% da área do município. As lavouras temporárias, principalmente constituídas pelo plantio de soja, trigo e milho ocupavam uma área de 25.650 ha, correspondendo a 10,5% do total.

Alves (2004), em seus estudos sobre as vilas rurais, identificou que o processo de modernização agrícola no município de Ortigueira ainda era pouco expressivo, tanto que, no início do século XXI, ainda é elevado o percentual de utilização pelos produtores de técnicas tradicionais de produção, tais como arados com tração animal e plantadeiras manuais. Havia também baixos índices de tratorização e consumo de defensivos e fertilizantes. A partir da sistematização dos dados da realidade social e de nossa pesquisa de campo para coleta de dados, percebemos que a maior parte do plantio ainda é desenvolvida principalmente em pequenos estabelecimentos e em áreas voltadas principalmente para o consumo familiar. Entre as fragilidades encontradas pelos agricultores, estão a falta de assistência técnica e de procedimentos de conservação do solo.

3.3 CONTEXTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA UHE MAUÁ

A UHE Mauá atingiu cerca de 436 propriedades, sendo 195 na margem esquerda, 02 na margem direita e 38 ilhas no trecho alagado, totalizando 4.761,91 alqueires, considerando o reservatório e a área de preservação permanente (CECS, 2009). Importante destacar que o cadastro socioeconômico realizado pelo empreendedor em 2007 estimou o número de apenas 235 famílias atingidas, este número teve aumento significativo para 436 famílias, a partir de pressões do Ministério Público Federal, organizações sociais que ampliaram a compreensão do atingido que demandava também ser inserido no programa de remanejamento populacional, incluindo além dos proprietários de terra, os arrendatários e os empregados das propriedades.

Neste sentido, utilizamos neste trabalho os dados do cadastro socioeconômico realizado em 2007/2009 e a sua complementação em 2011. Os desdobramentos após o cadastro socioeconômico foi a assinatura do Termo de Acordo com os Atingidos para Indenização, por meio da Associação Mauá⁴⁰ e de acordo com o Plano Básico Ambiental. A indenização realizada aos atingidos se deu através de uma carta de crédito com valor equivalente a uma área rural, com as seguintes características: área de terra de três alqueires paulista mecanizáveis, casa com área construída de 56 m², galpão com área construída de 50 m², estrada de acesso, energia elétrica e água.

O consórcio definiu, em um primeiro momento, o direito ao reassentamento o número de 110 famílias, e ao longo das negociações este número foi ampliado para 174, incluindo proprietários/posseiros, arrendatários, ilhéus e empregados.

Interessante ressaltar o conceito de atingidos ou atingidas por barragens, que no contexto brasileiro foi construído socialmente e vem se modificando ao longo dos tempos e em diferentes espaços, sendo objeto de disputa, pois traz consigo a dimensão dos impactados(as) pelas hidrelétricas. Como discorreremos no capítulo anterior, baseados na discussão trazida por Vainer (2008), no caso da UHE Mauá não foi diferente: inicialmente, houve divergência entre o empreendedor e os atingidos na compreensão de quais segmentos seriam das famílias impactados pela

⁴⁰ A Associação Mauá foi formada por parte dos atingidos com objetivo de acompanhar o processo de indenização dos atingidos pela UHE Mauá, bem como das ações mitigatórias.

barragem, mas a situação foi mediada e superada com auxílio do Ministério Público Federal. A seguir, dados gerais das famílias por vínculo com a propriedade:

Tabela 8 - Famílias por vínculo com a propriedade

Vínculo	Número de Famílias	Em M
Proprietário	174	46,5
Arrendatário	33	8,7
Empregado	67	17,8
Agregado	10	2,5
Posseiro	49	13,0
Filho do Proprietário	19	5,0
Outros	26	6,5
TOTAL	378	100,00

Fonte: CECS, 2007

Embora a maioria se constitua como proprietários, há um número significativo de impactados que mantém forte vínculo econômico com as terras atingidas, sem necessariamente ser considerado proprietário(a).

Outro elemento a ser destacado é a ausência de dados para além da composição familiar que identifiquem os atingidos nos documentos necessários ao licenciamento ambiental. Isso representa os limites para o empreendedor em construir estratégias mitigadoras das consequências da obra para segmentos específicos, como as mulheres, crianças, deficientes, idosos, etc.

Assim, para este estudo, faz-se necessário evidenciar a realidade vivida pelas mulheres de Mauá, na perspectiva da compreensão do seu modo de vida.

3.4 AS MULHERES REMANEJADAS: SUJEITOS DA PESQUISA

Para caracterização e conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa, foi realizada pesquisa documental nos materiais, referente ao licenciamento ambiental da UHE Mauá, além de pesquisa de campo, com aplicação de questionário com questões abertas e fechadas e observação sistemática devidamente registrada em diário de campo. Somente em um segundo momento realizamos as entrevistas gravadas e devidamente transcritas.

Na pesquisa documental realizada com os documentos necessários para o licenciamento ambiental, a saber: EIA/RIMA, Plano Básico Ambiental e Cadastro

Socioeconômico, não existe informações específicas sobre as mulheres, a não ser a sua somatória na composição da família. No caso do CSE, importante documento que busca construir a especificidade do atingido, para ser de subsídio às ações mitigadoras à construção da UHE, bem como a definição dos valores indenizatórios, não existe menção a recorte de gênero, mesmo quando a mulher é a titular da propriedade.

Portanto, as relações construídas entre o Consórcio e as mulheres se deu a partir de elementos masculinos, ligados essencialmente à produção, desconsiderando a dimensão da reprodução social, como as estratégias de sobrevivência para além da propriedade, como vínculo com o local, seu lugar na divisão sexual do trabalho na propriedade, capacidade de se reestabelecer do ponto de vista técnico agrícola e economicamente, relações de parentesco e vizinhança, entre outros fatores.

Evidencia-se, assim, a invisibilidade da mulher no contexto da construção da usina hidrelétrica de Mauá. Portanto, mesmo que estas mulheres representem um segmento impactado pelo empreendimento, com importante desempenho, seja na manutenção da casa, seja em atividade econômica remunerada (agrícola, trabalho externo à propriedade ou atividade doméstica), é um segmento ausente no conjunto dos estudos ambientais que possibilitam uma aproximação com vistas a compreender o seu modo de produção e reprodução da vida social, seja no contexto família atingida, da produção ou hidrelétrica.

Desta forma, para a construção deste trabalho, a partir das informações das famílias contidas no Cadastro Socioeconômico – CSE⁴¹ do consórcio empreendedor, é possível traçar uma breve aproximação com os sujeitos de pesquisa, no caso, as mulheres titulares no programa de remanejamento populacional.

Neste sentido, a partir da análise do CSE, é possível afirmar que as mulheres de Mauá, em sua totalidade, possuem relação direta com a terra, seja em decorrência da moradia ou produção. As propriedades são de pequeno porte e, em relação à produção agrícola cultivada, há a predominância do cultivo de milho, arroz,

⁴¹ De acordo com o Decreto 7.342, de 26 de outubro de 2010, o cadastro socioeconômico é um instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e deve ser construído pelo empreendedor para fins de indenização.

feijão e mandioca para o consumo familiar e comercialização do excedente. Tais famílias, assim, podem ser caracterizadas como agricultores familiares.

Observa-se, ainda, que a titularidade do programa pertinente às mulheres está diretamente relacionada a questões que envolvem herança, idade avançada do marido ou ausência de membros da família. No entanto, elas não são predominantes no conjunto de famílias cadastradas.

Na ocasião da realização do cadastro socioeconômico pelo consórcio, apenas duas famílias manifestaram interesse em mudança de município; o restante preferiu indicar a preferência por permanecer nas localidades onde residem ou se mudarem, desde que fosse dentro do próprio município de Ortigueira, o que demonstra o vínculo com o espaço vivido⁴² (SANTOS, 1988).

Com o objetivo de aprofundar no detalhamento das informações para além do CSE, aplicamos, junto aos sujeitos desta pesquisa, questionário. Assim, foi possível realizar uma aproximação mais significativa, a fim de compreender seu modo de vida.

A seguir apresentamos uma breve caracterização dessas mulheres:

Quadro 2 : Mulheres sujeitos da pesquisa

Mulher 1	Idade: 64 anos Com quem vive: Sozinha
Mulher 2	Idade: 57 anos Com quem vive: Um filho e nora
Mulher 3	Idade: 46 anos Com quem vive: Dois filhos e genro
Mulher 4	Idade: 55 anos Com quem vive: Marido
Mulher 5	Idade: 61 anos Com quem vive: Marido, três filhos e duas noras
Mulher 6	Idade: 67 anos Com quem vive: Sete filhos
Mulher 7	Idade: 73 anos Com quem vive: Sozinha

Fonte: Organizada pelo autor

⁴² Para Milton Santos (1988), espaço vivido se constitui como um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes, especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Entre outras informações obtidas, identificamos a maioria, cerca de 80% delas, recebeu a terra de herança e todas sempre viveram no município de Ortigueira.

É possível perceber, com o questionário, a melhoria da qualidade de moradia, ao passo que antes prevalecia o tipo de construção da seguinte maneira: telha de amianto, piso de madeira ou cimento liso, sanitário externo, inexistência de rede elétrica e água somente obtida através de poço ou rio. Atualmente, nas moradias recebidas pela indenização, as casas possuem telhas de amianto, piso de cerâmica, sanitário interno, além de acesso à rede de energia elétrica e água a partir de poço artesiano. Além disso, a localização em relação ao acesso a serviços públicos melhorou: enquanto que antes algumas mulheres residiam cerca de 8 a 15 km de distância do ponto de ônibus, agora está distância é de 2km em média.

Em uma comparação entre os documentos de licenciamento e as informações que obtivemos com o questionário, verifica-se que esta melhoria da qualidade de vida seja em relação ao acesso aos serviços ou à infraestrutura das moradias, não foi algo planejado pelo empreendedor, ao contrário, no decorrer das negociações, as áreas para o remanejamento foram surgindo e as famílias atingidas sendo realocadas, não existindo uma ordem ou alguma estratégia que levasse em conta sua organização de vida, apenas laços de parentesco (pais e filhos).

Em relação à estrutura de benfeitorias da propriedade, esta permaneceu a mesma, composta por galpão, chiqueiro e galinheiro. Somente acesso ao rio ou açude teve 100% de alteração, ou seja, nas novas propriedades, inexistem rios ou açudes para reproduzir relações anteriores.

Com relação à produção de animais, também não houve alterações do tipo de criação existente na propriedade. A única diferença é o aumento da produção com a aquisição de novos animais. Já a produção agrícola também permaneceu inalterada.

Uma transformação significativa ocorrida em decorrência da construção da UHE é que quatro das mulheres alteraram sua condição de agricultoras familiares. Agora, a partir das terras recebidas de indenização, se tornaram também arrendatárias, devido, principalmente, às inúmeras dificuldades de produzirem sem a devida e sistemática assistência técnica rural.

Neste item, fica evidente que a mudança de local não representou a melhoria na produção, pelo contrário, houve perdas, como por exemplo o acesso ao

rio. Sobre o vínculo existente entre as mulheres e o rio, exploraremos a seguir, nas análises das entrevistas realizadas.

Outro elemento que nos chamou a atenção é que nenhuma das mulheres participa ou participou de qualquer tipo de associação ou cooperativa, portanto, não existe organização, conseqüentemente as demandas decorrentes do reassentamento são discutidas de forma individual entre as proprietárias e o CECS, o que certamente fragiliza as reivindicações.

3.5 O UNIVERSO DAS MULHERES AGRICULTORAS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES FAMILIARES REMANEJADAS PELA UHE MAUÁ

A aproximação com as mulheres agricultoras responsáveis pelas unidades familiares remanejadas pela UHE Mauá nos permitiu identificar seu modo de vida, bem como o contexto das relações sociais ao qual estão inseridas. A utilização das entrevistas como instrumento para obtenção das informações possibilitou a construção de um rico arcabouço analítico sobre como o setor elétrico brasileiro percebe o lugar das mulheres, em especial das mulheres agricultoras. Isto posto, esta pesquisa reconhece estas mulheres como sujeito de direito e a partir de suas vivências e experiências que, constantemente, são excluídas nas suas particularidades de participação nos processos decisórios sobre as suas vidas.

Para esta pesquisa, após as entrevistas, efetuamos a transcrição e trilhamos o caminho sugerido por Bardin (1979), com a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e a interpretação.

A partir dos elementos inseridos nas falas, construímos categorias para melhor explicar os elementos apresentados. As categorias que emergiram da pesquisa contemplam o universo feminino no meio em que estão inseridas, bem como seu próprio entendimento do que é **ser mulher** e **ser mulher no meio rural** na percepção da atingidas. Procurou-se, ainda, revelar o nexo existente entre a **mulher e sua relação com a propriedade**, bem como as **atividades agrícolas e as estratégias de lazer destas mulheres**. A análise contemplou, também, a **problemática social do pós remanejamento populacional** e suas conseqüências da vida das mulheres. E, finalmente, **a relação das mulheres com o consórcio** responsável pela construção da UHE Mauá. É importante salientar que as categorias aqui esboçadas não são isoladas. Elas complementam-se a partir de um processo

de totalidade que remonta a configuração da mulher no processo de remanejamento populacional.

3.5.1 Ser mulher na visão delas mesmas

As mulheres, desde que nascem, são socializadas na ordem patriarcal de gênero. Como diz Saffioti (2004, p. 34), “é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social”. Desta mesma forma, existem inúmeras mulheres que carregam um ranço machista proeminente. Isto, contudo, não é algo natural, mas tem sido construído ideologicamente na sociedade. É comum as mulheres reproduzirem valores patriarcais que foram inculcados na sua formação e cultura. Desta forma, é preciso contextualizar o patriarcado como elemento constitutivo da sociedade capitalista, portanto, presente e reproduzido a partir das relações cotidianas.

O patriarcado, para Saffioti (1987, p. 16) é um “sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem”. Essa subordinação pode ser fraternal ou sexual. O patriarcado não designa poder somente ao pai ou ao marido, mas o poder dos homens enquanto categoria social. Para Saffioti (1987), o patriarcado é regido pela hierarquização, na qual as mulheres são subordinadas aos homens. O papel feminino estabelecido pela sociedade patriarcal determina as principais atribuições que devem ser realizadas pelas mulheres no decorrer de suas vidas, e entre elas estão a maternidade, o cuidado da casa, dos filhos e a responsabilidade do afeto com toda a família.

Destacamos aqui que, nas entrevistas realizadas, foi bastante difícil para as mulheres falarem de si, isto é, de conceituar e descrever o que seria ser mulher no mundo de hoje. Isto, por si só, pode ser entendido como uma evidência daquilo que poderíamos chamar de invisibilidade feminina. Conte (2008), ao escrever para o *Le Monde Diplomatic*, aponta que a

[...] invisibilidade feminina tem sido uma constante na sociedade patriarcal. E quando se trata de mulheres camponesas, a discriminação, exploração, opressão e violência são ainda mais acentuadas. A estruturação do poder masculino se deu pela apropriação ou usurpação do poder feminino, e isso foi naturalizado. As mulheres passaram a ser vítimas e menosprezadas, sendo que grande parte delas não se deu e não se dá conta disso.

E quando as mulheres conseguem associar-se a algo como próprio, isto se dá através do ambiente da casa, revelando-se uma intimidade com o espaço doméstico privado. Na fala das mulheres pesquisadas, fica evidente a reprodução de uma lógica patriarcal, associando o ser mulher ao recinto doméstico, como explícito na fala: M2: “[Ser mulher] é ser uma dona de casa”, ou na fala da M4: “[Ser mulher] é uma luta difícil, porque tem o serviço da casa, temos um tanto de serviço, ainda tem os serviços tudo lá fora...na propriedade, então não é fácil”. A luta aqui refere-se não à batalha por conquistas de uma vida melhor, mas sim à labuta diária entre o que tem que ser feito no âmbito da casa e na propriedade – o trabalho.

Desta forma, fica evidente a apreensão do papel feminino estabelecido pela sociedade patriarcal, que determina as principais atribuições que devem ser realizadas pelas mulheres no decorrer de suas vidas. Entre elas estão a maternidade, o cuidado da casa, dos filhos e a responsabilidade do afeto com toda a família.

‘Ser mulher é ser dona de casa’, como apontado acima por uma das entrevistas, nos mostra a lógica apresentada por Duran (1983), que coloca como uma obrigação a mulher sentir-se realizada no espaço doméstico. A autora chama a atenção para a ocupação da dona-de-casa, que em nossa sociedade não é compreendida como uma escolha. Isto é, os “pais a prepararão para isso com todo seu carinho. Seus primeiros brinquedos serão um ensaio geral, em espelho antecipado no tempo, do que a espera quando for adulta: berço, bonecas, baterias de cozinha, aventais e vestidinhos” (DURAN, 1983, p.13).

Nesta perspectiva, Duran (1983, p. 15) afirma que “a ocupação de dona-de-casa não é natural, mas histórica”. Ora, a lição de ser dona-de-casa é milenar, algo imposto inclusive pela divisão do trabalho. O trabalho da dona-de-casa não é contratual, é uma oferta para toda a vida. O que torna os outros trabalhos diferentes do trabalho da dona-de-casa é a possível condição de escolha “dada” por esses trabalhos.

As falas de outras mulheres entrevistadas também reforçam esta condição, como se vê abaixo:

M3: “Eu acho assim que antes era diferente porque eu casei muito nova, e o primeiro namorado eu casei. Então, tipo assim, eu não tinha aquela experiência de vida e daí já logo tive os filhos, não pude estudar. Então eu acho que isso me deixou um pouco fechada. Aí a vida inteira lá só trabalhando, trabalhando [...]”

M6: “O que é ser mulher, tenho orgulho de ser mulher, eu me admiro de eu mesma, eu tenho essa idade eu tenho a disposição, de se virar sabe, eu estou na sensação de viver, eu sou assim, eu vou, faço a compra, chegou aqui disposta e tudo, cuidando de tudo, eu tenho orgulho de ser mulher. ”

Ambas as falas se referem, na entrevista, à dimensão do trabalho doméstico. É neste sentido que o caráter de dona de casa, enquanto um trabalho inserido no contexto da reprodução social, é tido como um "trabalho leve". Esta compreensão reforça a lógica de que as atividades de cuidado são exclusivamente da mulher, portanto, própria da constituição do feminino, ligado às questões do cuidado como vocação. Isto posto, remete-se a uma lógica de que não se pode reclamar por não ter direito às férias, como outros empregos; a mulher, desta maneira, acaba submetendo-se e convertendo em sua própria vida, pois na lógica patriarcal o trabalho da dona-de-casa faz parte do cotidiano feminino. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam responsáveis pela esfera doméstica, acumulando atividades em seu dia a dia.

A reprodução da lógica patriarcal na sociedade contemporânea é realizada por homens e mulheres, que incorporam cultural e socialmente no modo de ser, baseados numa cultura de dominação masculina, ou de androcentrismo⁴³. No meio rural, a situação também se reproduz, como é possível identificar na fala das entrevistadas. Desta forma, por meio da invisibilidade do trabalho feminino no meio rural, questões importantes para pensar o lugar da mulher surgem, como veremos a seguir.

Ressaltamos que, em geral, a lógica patriarcal é perpetuada tanto pelas mulheres como por seus companheiros. Entretanto, vale salientar que em muitos casos os filhos, sobretudo os mais velhos, cumprem também um papel patriarcal na ausência do pai. Exemplo disto foi o fato de que, em algumas situações, as mulheres entrevistadas, antes de responderem às perguntas, olhavam para o filho, que estava nas imediações ouvindo a entrevista, mesmo que de longe, como que pedindo autorização para falar. Esta situação é comum e revela o ser mulher de um modo geral. Entretanto, no meio rural há ainda uma especificidade neste quesito, pois em geral as relações são mais tradicionais que no contexto urbano.

⁴³ Concepção que supervaloriza o pensamento masculino.

Certamente, o ser mulher no meio rural tem uma singularidade, como se verá a seguir.

3.5.2 Ser mulher no meio rural

As mulheres rurais são importantes agentes econômicos que contribuem para a renda das famílias e para o desenvolvimento de suas comunidades de diversas formas. Seus trabalhos, por vezes invisibilizados, se constituem em importantes estratégias de sustento familiar e de fortalecimento de laços sociais. Destaca-se também que elas são ainda responsáveis por uma parcela desproporcional do trabalho doméstico não remunerado.

Neste sentido, é preciso ressaltar que as relações patriarcais se ancoram e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho restritos ao âmbito de mercado, assim, estão materializadas na divisão sexual do trabalho, elemento já discutido neste estudo. Há uma redução do econômico, que se realiza na chamada esfera produtiva. Este possui valor de troca e pode ser mercantilizado, portanto, na lógica patriarcal é identificado como espaço masculino. Essa visão se ancora também no discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, o que reforça o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família.

Na fala de M4, fica expressa a comparação entre o trabalho das mulheres no campo e na cidade. No campo, prevalece a informalidade e o caráter de ajuda do trabalho feminino, e na cidade a ideia de formalização da mão de obra: *“Olha, eu acho que na cidade [o trabalho] também é difícil, porque as mulheres da cidade também têm que trabalhar para sobreviver, eu acho que se torna igual”*. Além disso, na discussão da agricultura familiar e o lugar na mulher nesta, existem alguns aspectos importantes a serem considerados, principalmente no aspecto da produção.

Uma breve análise do Censo Agropecuário de 2006 revela que pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7%. Este dado nos leva a identificar que a mulher se encontra também incluída no âmbito da produção.

Assim, é preciso considerar que a divisão do trabalho é segmentada, com uma característica marcante da diferenciação de gênero que ocorre na agricultura familiar: homens dedicam-se predominantemente à agricultura e as mulheres à atividade doméstica. Quando as mulheres se envolvem em atividades produtivas, as tarefas que realizam são recorrentemente consideradas como “ajuda” (PAULILO, 1987; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004), o que mantém o trabalho da mulher, na esfera simbólica, ainda como um trabalho complementar.

Este caráter complementar, por sua vez, também contribui para a invisibilidade do trabalho da mulher, não só na propriedade, mas também nas pesquisas estatísticas sobre o tema agrário. Como exemplo, temos o último censo agropecuário (2006), que embora tenha trazido a mulher para quantificar os responsáveis estabelecimentos rurais, não avançou em outras questões ligadas à produção, comercialização e modo de vida.

Neste sentido, ainda se faz necessário o aprofundamento da discussão de gênero no meio rural para se buscar identificar aberturas e obstáculos e, em segundo lugar, assegurar que as mulheres tenham voz para falar por elas mesmas. Isso porque as análises de gênero, como evidenciado neste estudo, podem revelar as dificuldades e as barreiras específicas que tanto as mulheres quanto os homens têm de enfrentar ao se moverem ao longo da cadeia de valor e acessarem os mercados produção e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dentro no núcleo familiar.

Outro elemento interessante presente nas falas das mulheres sobre o “ser mulher no rural” é o vínculo com o rural, com sua casa, como presente na fala de M6: *“Aqui é muito melhor do que na cidade, é muito melhor. Eu gosto de ir lá, passear e voltar, no meu canto, eu gosto de estar aqui. Gosto de morar assim no sítio, e ser do jeito que eu sou.”*

Sobre esta discussão, Carneiro (2007), em pesquisa realizada com jovens moradores de áreas rurais, na qual é possível também aferir as mesmas condições para as mulheres, retratou que o meio rural é valorizado por seus moradores pela sua tranquilidade, segurança e qualidade de vida, enquanto o meio urbano é apreciado pela facilidade de acesso a recursos. No caso das mulheres aqui entrevistadas, ficou evidente esta premissa, até porque a maior parte do serviço de saúde e o centro comercial ficam na cidade. Desta forma, muitas valorizam a facilidade de acesso à estrada que leva à cidade, como expressa M6, em sua fala:

“lá eu tinha mais sossego, lá em baixo [local que residia anteriormente], eu gostava mais de lá do que aqui, aqui eu gosto porque ficou perto de estrada, tem luz, tem tudo”.

Ainda no contexto do rural, outro elemento para o qual é preciso chamar a atenção é o fato de essas mulheres não possuírem, em suas rotinas, atividades que permitam a distração ou mesmo a recreação. Durante a entrevista, questionamos sobre as atividades de lazer realizadas e as respostas nos chamaram a atenção pela ausência de possibilidades.

Inicialmente, destacamos que nosso objetivo não foi aprofundar a pesquisa na perspectiva do lazer rural, mas, sim, compreender qual dimensão do lazer está inserida na vida das mulheres impactadas pela UHE Mauá.

Assim, acerca do lazer, Padilha (2002) afirma que estamos diante de um fenômeno cultural tipicamente moderno, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas e que compreendemos caracterizar-se como um fazer social de conhecimento, de experimentação e de contemplação.

Gomes e Melo (2003) corroboram este posicionamento e argumentam que o lazer vem sendo objeto de uma crescente investida teórica e institucional de diferentes áreas de conhecimento, como de abordagens conceituais. Neste sentido, não existe somente um olhar sobre o lazer, mas inúmeros olhares que elaboram diferentes conceituações e reconstruções históricas, até mesmo opostas. As construções teóricas sobre o lazer apresentam uma tendência de compreendê-lo enquanto uma produção da moderna sociedade europeia urbano-industrial, constituídas especialmente das alterações advindas da revolução industrial e a revolução francesa.

Na mesma perspectiva, os estudos de Martignoni e Corona (2013) apontam que a organização social do tempo na modernidade, a criação da jornada de trabalho, fez surgir também o tempo de não trabalho, e é justamente nessa relação tempo de trabalho/tempo livre que o lazer se estabelece. Era preciso ordenar o tempo de não trabalho (reforçamos o termo ordenar, visto que a racionalidade moderna busca ordenar a sociedade), e o tempo livre foi destinado aos estudos, à religião, ao descanso e ao lazer, encaminhando, dessa forma, um caráter funcionalista ao lazer, revigorar as forças produtivas.

No caso do Brasil, como argumenta Marcellino (2001), seria a industrialização o divisor de águas entre a sociedade tradicional brasileira,

essencialmente rural, e a sociedade moderna e urbana, o fator histórico central responsável pela constituição do lazer. Como o próprio autor expõe:

Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. [...]. Caracteriza-se o binômio lazer/trabalho e, as ações se desenvolvem como na gravação de um filme, onde os 'atores' participam de cenas estanques, sem conhecer a história de seus personagens, cenas essas frequentemente interrompidas para serem retomadas em sequências totalmente diferenciadas (MARCELLINO, 2012, p.21).

Com isso, o lazer se configuraria como uma problemática tipicamente urbana, apesar de não exclusivamente urbana, visto que o meio rural não está isolado das influências culturais, tecnológicas e econômicas do mundo moderno.

Embora recentemente exista um aumento da produção científica sobre lazer, em pesquisa bibliográfica sobre a temática identificamos escassez de literatura. Ainda há uma lacuna no tocante ao lazer das mulheres de áreas rurais. Muitos estudos, principalmente os que abarcam a nova ruralidade, se concentram na discussão da produção do rural enquanto um espaço para o turismo rural, como uma estratégia econômica e manutenção da vida no campo.

No nosso caso, interessa-nos investigar a percepção das mulheres sobre as atividades de lazer, ou de alguma ação que possibilite o seu afastamento da vida cotidiana entre casa/trabalho/propriedade, o que nos chamou a atenção, pois na totalidade as mulheres não têm o lazer inserido em seu cotidiano:

M1: “O quê que eu faço? Não faço nada. O quê que eu vou fazer? Vou na igreja? Não. Nem saio aqui.”

M2: “Nada. Na igreja eu vou, é a única.”

M4: “Olha, o lazer eu não faço nada.”

M7: “... só tenho minha casa. Quase não vou visitar parente. Na casa dos meus filhos, faz uns 3 anos que eu não vou na casa dos meus filhos, é muito difícil, senão eu largo minhas criaçõezinhas, passando fome e não dá.”

Identificamos que as mulheres impactadas não realizam atividades de lazer, situação que pode estar relacionada fortemente com as desigualdades de gênero presentes na localidade e reproduzidas no interior das famílias, uma vez que, ao

assumirem o espaço privado como o espaço das mulheres, a superação, ou seja, a saída deste para a esfera pública, como participar de festas ou sair com familiares e amigos, seja permeada por barreiras sociais e culturais presentes no interior das relações sociais constituídas. Neste sentido, a partir de uma desigualdade frente às possibilidades de lazer, a esfera pública se constituiu representada majoritariamente como masculina.

De acordo com Adelman (2011), a partir de seus estudos sobre as mulheres no esporte⁴⁴, dificilmente as mulheres podem se dedicar a práticas de lazer para si mesmas, “livres” das limitações decorrentes da obediência às normas de caráter de dominação patriarcal. O lazer se configura, assim, enquanto elemento estruturado em correspondência com a afirmação dos papéis de mulher e homem no meio rural, no qual a mulher é educada e se autoeduca para atividades que não coloquem em risco sua constituição física ou emocional.

No caso dos homens a situação é diferente. Adelman (2011) ressalta que eles buscam no lazer possibilidades de exercitar essa excitação das emoções até níveis elevados, procurando, através dele, afirmar sua identidade masculina, encenando formas de referências de manifestação da violência, de desejo pela aventura e pelo risco, dentro de uma performance que reforça a visibilidade de seus atributos de macheza. Portanto, é possível afirmar que, no meio rural, no contexto das mulheres impactadas pela UHE Mauá, o lazer ainda constitui um veículo de reprodução de modelos de feminilidade e masculinidade (ADELMAN, 2011).

Durante as entrevistas e os contatos com as mulheres, identificamos um processo comum de adoecimento, com diferentes problemas, tais como pressão alta, doença do rim, problemas na coluna e coração, e fragilidades de saúde de um modo geral. Assim, conforme anotações contidas no diário de campo de pesquisa, observamos que a maioria das mulheres descreve problemas de saúde. Isto ficou evidente nos relatos e nos chamou a atenção pela particularidade das doenças apresentadas – a maioria de cunho emocional. Há, como disse uma delas, um “*esparramamento do corpo*” que as impossibilita de trabalhar e em muitos casos até de viver⁴⁵.

⁴⁴ O estudo realizado por Adelman (2011) baseou-se em pesquisa das mulheres nos esportes equestres.

⁴⁵ Embora seja um assunto ainda pouco desenvolvido no Brasil, o índice de suicídio de mulheres no meio rural não é perene. Sabe-se que, na China, por exemplo, entre as mulheres de 15 a 34 anos

Neste sentido, de acordo com Silveira (2000), a biologia feminina expõe a mulher – diferentemente do homem – a ciclos, hormônios e funções que a tornam mais vulneráveis, já “o homem não menstrua, não engravida, não pari, não tem útero caído ou cistocele, não sofre com os calorões ou passa por mudanças tão dramáticas quanto a menopausa, não amamenta, não tem TPM” (SILVEIRA, 2000, p. 83).

Silveira (2000) mostra que as mulheres, tanto quanto os homens, *sofrem dos nervos*, no entanto, são observadas proporções alarmantes, que mostram maior incidência entre as mulheres. Assim, cogita-se a hipótese de que os homens “disporiam de mais válvulas de escape socialmente sancionadas” em seu cotidiano (2000, p. 86), como o álcool, maior frequência em espaços públicos, o maior convívio com os amigos e que, sobretudo, estariam expostos a menor sobrecarga de tarefas estressantes, como por exemplo, o cuidado dos filhos, que é tido como atribuição feminina.

É preciso um olhar atento sobre esta situação, haja vista que, corriqueiramente, no contexto desta sociedade machista, há um processo de naturalização das causas do adoecimento da mulher. É comum banalizar os problemas de saúde da mulher, principalmente os relacionados aos “*nervos*”. No entanto, é preciso considerar que, no caso das mulheres atingidas, há uma sobrecarga de trabalho, pois todas possuem uma jornada extensa do trabalho doméstico, mais os cuidados com a propriedade. Principalmente no contexto de readaptação em um novo local, acerca da subestimação do problema de saúde, muitas vezes as próprias mulheres não o reconhecem, como expresso na fala de M1: “*mas eu cuidava [da propriedade] quando estava boa, mas eu não estava aguentando, já não sabia que estava doente, caí, quase morri de falta de ar*”.

Sawaia (1999) chama a atenção para a carga de sofrimento proveniente do adoecimento, com o aparecimento de angústia e ansiedade, além do sentimento de importância e humilhação quando existe a impossibilidade de trabalhar. Neste sentido, chama a atenção o caso das seguintes mulheres:

M1: Estou doente, com sérios problemas de rins. Eu não faço nada, eu não aguento.

que vivem nas áreas rurais, os suicídios correspondem a quase um terço de todas as mortes.
Fonte: BBC Londres (2002).

M5: Não posso trabalhar mais, é só ele quem trabalha [...] A gente tem o dinheiro para comer e beber, não precisa trabalhar para os outros para comer, e mesmo que precisasse, aonde que eu ia trabalhar?

M6: Meu corpo está todo esparramado [fragilizado] assim, não está mais firme para trabalhar.

É preciso considerar a “diferença entre as mulheres, ou talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres” (LAURENTIS, 1994, p. 207). Embora sejam do gênero feminino, há diferenças e particularidades na vida de cada mulher que precisam ser consideradas no processo de remanejamento, sejam vinculadas ao trabalho, ou ao modo de ser, e principalmente as relações que construiu com o território em que viveu. Neste sentido, no próximo item discorreremos sobre as relações existentes entre as mulheres e as propriedades.

3.5.3 Vínculo existente entre a mulher e a propriedade

Das sete mulheres entrevistadas, quatro arrendaram parte da sua propriedade recebida pela indenização da UHE Mauá. Conforme anotações do diário de campo (2015), os motivos centrais para isto estão no fato de serem mulheres e terem dificuldades para desenvolver sozinhas toda a atividade exigida para a manutenção da propriedade, ou por motivos de saúde. Assim, optaram por ficar com apenas uma pequena parte para o autoconsumo e pequenas comercializações do excedente.

Das outras três que permaneceram com toda a propriedade, ou seja, não arrendaram, chama a atenção a presença masculina, uma de filhos e outras duas dos maridos. O fato de arrendaram suas propriedades garante que essas famílias permaneçam no rural, inclusive em áreas nas quais foram reassentadas, próximas ao local de origens, portanto, garantindo-se, assim, a manutenção dos vínculos sociais e culturais com o entorno. Outra informação importante é que, em todos os casos, as famílias permaneceram com a casa construída pelo consórcio Cruzeiro do Sul, por entender que são de boa qualidade. Quatro famílias relataram que, anteriormente, viviam em casa construída de madeira de forma precária, sendo que em uma delas não havia assoalho e sim terra batida: nem água de qualidade e luz elétrica, como já mencionado.

Nesta perspectiva, o reassentamento representou a melhoria da qualidade de moradia e do acesso a uma renda fixa, o que não implicou na melhoria da qualidade de vida do ponto de vista das suas memórias e histórias.

Chama a atenção o baixo preço pago pelos arrendatários, que utilizam a terra das mulheres atingidas, embora o ganho possa representar uma renda fixa, este recurso financeiro não possibilita o rompimento de uma precariedade de vida, presente na pobreza rural⁴⁶.

As mulheres ainda apresentam baixa escolaridade, fato que impede que muitos desses sujeitos superem o quadro de pobreza, que é transmitida muitas vezes de pais para filhos, criando um ciclo intergeracional de sua reprodução. Para a quebra desses ciclos são necessárias outras medidas para além do acesso a uma “renda/propriedade” e moradia. É preciso, dentre outras coisas, garantir o acesso das famílias rurais em situação de pobreza aos cuidados básicos de saúde, acesso a créditos, vigilância alimentar e educação, entre outras. Além do acesso à assistência técnica rural com qualidade e de forma sistemática. Somente desta maneira as mulheres atingidas poderiam ter condições objetivas e autonomia na condução da produção e da propriedade.

É preciso ressaltar ainda que, no texto das mulheres atingidas, todas mantinham uma relação com o local, seja à frente da produção ou ao lado do marido ou filhos. A seguir, apresentaremos a relação construída entre as mulheres e as atividades agrícolas, além de evidenciar as estratégias de sobrevivência para manutenção da casa e do seu modo de vida.

3.5.4 As atividades agrícolas exercidas pelas mulheres

Um elemento bastante presente no contexto das famílias reassentadas é a presença do fenômeno da pluriatividade como estratégia da reprodução social das

⁴⁶ Segundo Martins (1991), a pobreza pode ser medida de várias formas, uma vez que se apresenta como uma categoria multidimensional que não se reduz a privações materiais. A insuficiência de renda é um fator importante para definir a pobreza, mas não é o único. Podemos considerar como “pobres” as pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia. A pobreza também pode ser uma categoria política, na medida em que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações e de possibilidades.

unidades familiares agrícolas. No caso das mulheres estudadas, identificamos a presença de atividades não agrícolas, como o trabalho fora da unidade de produção.

Com relação às atividades não agrícolas, as falas da M3 e M6 retratam bem este panorama:

M3: “A minha rotina era da casa pra o serviço, na escola no caso que eu trabalhava. Aí voltava pra casa cuidava da casa. Tinha dia que eu ia ajuda o meu marido na roça. A gente mexia com gado, e a gente ultimamente estava mexendo com plantio de eucalipto.”

M6: “os filhos têm outro emprego, porque hoje em dia o trabalho está no sítio, mas também tendem a trabalhar fora, porque só dali [sítio] não vive. [...]”

Neste sentido, a pluriatividade emerge como indicativo de uma clara ruptura em face das representações usuais sobre a unidade de produção. De acordo com Anjos (2001), os estabelecimentos tipicamente “pluriativos” seriam tanto aqueles que não são capazes de ocupar plenamente a força de trabalho residente, como também as situações em que o caixa da unidade de produção é igualmente alimentado por fontes de ingresso econômico extra-agrícolas, sejam estas provenientes da venda externa da força de trabalho e/ou mediante iniciativas levadas a cabo no interior das explorações que pouco ou nada têm a ver com as atividades agropecuárias.

Acerca da discussão teórica sobre a pluriatividade, Corona (2003) sistematiza o debate das teses teóricas e metodologicamente diferentes em três planos fundamentais: (i) nas teses marxistas de Kautsky, Lênin e Engels, em que o capitalismo tenderia a absorver as formas não capitalistas de produção e, conseqüentemente, haveria a desintegração das formas camponesas. Neste sentido, o capitalismo transformaria o camponês ou em burguês – o produtor se vincularia à lógica capitalista – ou em proletário – o camponês recorreria ao trabalho extra-agrícola, mesmo possuindo um pedaço de terra; (ii) nas teses chayanovianas (Chayanov),⁴⁷ que afirmavam existir uma razão econômica camponesa que se diferenciava da lógica capitalista, assim, o camponês lançaria mão do trabalho externo, aproveitando-se das ofertas de trabalho da sociedade no seu entorno como estratégia da manutenção da família, utilizando-se da lógica do equilíbrio entre

⁴⁷ Para Chayanov (1981), as fontes externas de dinheiro são transitórias; não o camponês, para ele, quando o fator terra se torna insuficiente para prover seu sustento e reprodução, a mão de obra excedente se volta para outras atividades, como as artesanais ou comerciais, para que se retome o equilíbrio econômico da unidade familiar.

produção e consumo; (iii) nas teses neoclássicas (Shultz), para as quais a racionalidade da família camponesa seria a mesma da racionalidade de uma empresa moderna, ou seja, a busca da maximização do lucro. Aqui, a permanência da agricultura familiar estaria vinculada ao seu acesso às novas tecnologias e informações e ao mercado mais dinâmico. A falta desses atributos levaria o camponês à pluriatividade, vista como ineficiência do produtor em se manter na agricultura.

Para Schneider (2003), a pluriatividade seria um mecanismo que atuaria no sentido de favorecer a manutenção dos jovens e das famílias rurais em suas localidades de origem, ao passo que a centralidade na atividade exclusivamente agrícola exerceria uma pressão contrária, expulsando os jovens para outras atividades em localidades mais distantes, desvinculando seus projetos individuais da estratégia de reprodução social da unidade familiar originária.

Acreditamos ser válido problematizar as condições sob as quais essas agricultoras foram inseridas nos reassentamentos, bem como as possibilidades de financiamento agrícola para a produção, a assistência técnica adequada e sistemática e o apoio à comercialização e/ou escoamento da produção. Todos estes elementos precisam estar presentes na construção de qualquer análise sobre esta situação.

No caso das mulheres pesquisadas, houve a prevalência de mulheres chefes de família, com filhos jovens que em grande parte já não mais residem na área rural. Sem contar o elemento “saúde”, em que identificamos que algumas mulheres se encontravam com problemas sérios de saúde, o que limitava a execução do trabalho rural.

Outro elemento presente nas falas faz mulheres em relação às atividades agrícolas, quando executadas nas propriedades, é o acúmulo entre o trabalho doméstico e o trabalho na propriedade.

Neste sentido, importante retomarmos estudos sobre a temática, os quais irão ressaltar que a jornada cotidiana da mulher no meio rural é subestimada pela sociedade, uma vez que muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIA, 2009). Desta forma, pode-se considerar o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, apesar disto, ultrapassa em muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico.

Seus trabalhos também se inserem em atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família, a ordenha de vacas, a produção de queijo e pão e também práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas.

Mesmo quando realiza atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, designadas geralmente como “masculinas”, a mulher é vista como uma “ajudante” e normalmente recebe baixa remuneração (ou mesmo nenhuma remuneração) por seu trabalho. As atividades agrícolas exercidas por elas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa (BRUMER, 2004).

As falas a seguir demonstram bem a rotina das mulheres:

M1: “Ela [a mulher] tem que ser forte. Fazer tudo que um homem faz na vida, lutar em tudo que é serviço. Todas as frentes ela tem que lutar.”

M4 “É só nós [ela e o marido] mesmo [...] Quem está ali faz, tanto ele como eu.”

M6: “[...] A rotina de trabalho é cuidar da casa, cuidar das criações, do quintal, que eu tenho um quintal aqui atrás, as criações, daí os meninos quem cuidam [...] Eu tenho que se virar [...] Temos criação de porcos, galinhas, do quintal, planto uma mandioquinha, planto um milho, eu plantava a roça na lida.”

Fica evidente nestas falas a sobrecarga de trabalho, que envolve o trabalho doméstico e o trabalho na propriedade.

Uma análise do trabalho da mulher no meio rural, através de perspectivas que evidenciam a visão produtivista da agricultura familiar, impossibilita a visibilidade de seu trabalho. Seja pela construção das relações sociais no interior da família, a qual irá socialmente e culturalmente atribuir-lhes a dimensão da reprodução, seja a respeito do caráter mais intrínseco, que segundo Paulilo (2012), as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico, reforçando, sobretudo, a cultura patriarcal da divisão sexual do trabalho.

Ressalta-se, assim, que quanto mais relevante e proeminente for o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Como afirmado por Paulilo (1987), o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

Importante neste contexto, também destacar o elemento sócio-histórico, em que mesmo com a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho, e apesar da grande utilização da mão de obra feminina durante a formação da sociedade industrial, permaneceu a ideia de que as tarefas relativas às mulheres eram as reprodutivas, no âmbito doméstico.

Acerca do não reconhecimento do trabalho feminino no interior da propriedade rural, Herrera (2013) afirma que a gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, partindo da não identidade e, conseqüentemente, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas.

Desta forma, o trabalho da mulher na agricultura familiar é associado ao gratuito e considerado “ajuda”, revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que não gera valor econômico e social.

O trabalho de Karam (2004) ilustra bem esta realidade. A pesquisadora realizou estudo sobre o papel da mulher na produção agrícola orgânica e, entre os resultados, constatou que as mulheres tinham protagonismo no processo de conversão da produção agrícola convencional para a orgânica. Contudo, “à medida que os homens das famílias percebiam os resultados obtidos, tanto na produção como na renda auferida, muito rapidamente passaram a assumir um papel mais decisivo no processo produtivo” (KARAM, 2004, p.314).

Desta forma, embora a mulher participe do processo de produção dentro da unidade familiar, fora da propriedade existem dificuldades no reconhecimento do seu trabalho pelo viés produtivo. Face a esta questão é o fato de 100% das mulheres pesquisadas não participarem de associações ou cooperativas. A fala da M2 mostra esta situação: *“tudo tem que ser com eles. Mesmo uma criação pra vender, eu falo, “olha se vocês acham que dá pra vender, vocês podem vender”. Depois eu vou tiro nota. Vocês falam por quanto vocês venderam, eu vou lá tiro nota tudo certinho como é pra ser.”* Questões como esta, que remetam ao trabalho feminino como complementar ou ajuda, implicam no não reconhecimento das particularidades de gênero no contexto da produção, comercialização e do próprio remanejamento populacional, reforçando as teses que caracterizam o trabalho da mulher como secundário e não produtivo.

Quando questionadas se percebiam alguma diferença entre a propriedade cujo homem é o responsável, das que as mulheres respondem por todas as obrigações, a maioria acredita não existir: M1: *“Eu não vejo diferença nenhuma. Não. Pra mim, ser sozinha, melhor do quando eu tinha marido.”*. Por sua vez, M4 afirma: *“Eu acho que não”*, e M6: *“Eu não vejo diferença.”*

Chama a atenção a fala da M1, quando relata estar melhor do que quando estava com o marido, o que nos leva a crer que agora possui mais liberdade para realizar todas atividades que deseja e quando estava casada estas atividades eram restritas. Os motivos da restrição não foram aprofundados, haja vista que o objetivo era mapear a percepção das mulheres sobre o entorno, no que diz respeito ao cuidado com a propriedade.

Assim, com o objetivo de avançar no campo das análises, trouxemos também para este estudo uma aproximação da percepção e realidade das mulheres pós remanejamento populacional.

3.5.5 Pós remanejamento populacional

Os programas de reassentamento decorrentes da construção de UHE, denominação não necessariamente fundada em conteúdo, ou diretrizes de atuação, aparecem nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), pretendendo compor o rol de medidas mitigadoras, enquanto forma antecipatória de relativizar/dissimular os impactos de empreendimentos geralmente controversos do ponto de vista socioambiental.

A pesquisa documental realizada no contexto do EIA-RIMA da UHE Mauá identifica que tais documentos desconsideram a vida, as condições e o modo de ser dos atingidos, sendo esta prática comum nos documentos de licenciamento ambiental deste tipo de empreendimento. Há a prevalência das informações do meio físico e biótico em detrimento das informações socioeconômicas, estas consideradas secundárias, construídas em sua maior parte por dados secundários, com poucas visitas aos locais que serão impactadas.

Ainda nos documentos de licenciamento estudados, verificou-se frágil aporte de contextualização da realidade social e da dimensão dos atingidos.

Desta maneira, mais do que dar lugar a uma representação ideológica da realidade, elaboram formas de assegurar a viabilidade do empreendimento sob o menor custo (notadamente financeiro):

[...] a recusa da condição de sujeito histórico às populações afetadas, a postulação de que o único sujeito efetivo – capaz de subjetividade, de projeção e de ação – é o empreendedor/empreendimento, mais além de uma representação ideológica da situação concreta, constitui, pois, condições para o sucesso do projeto, quanto à validação das previsões de impacto social (VAINER, 1993, p. 192).

O empreendimento é sempre colocado enquanto excelente realização, algo imprescindível ao desenvolvimento do país, e com isto, busca-se reduzir e/ou eliminar qualquer tipo de interferência externa. Lança-se, então, o discurso técnico, “competente”, que sustenta ilusões de veracidade e objetividade incontestável ao que é dito (CHAUI, 1981, p. 7). O discurso técnico, ao legitimar o empreendimento frente à opinião pública, mostra que, em decorrência da suposta neutralidade científica, a ciência pode fornecer os meios adequados para se atingir um fim já estabelecido (VIEIRA, 2000).

Constata-se a partir daí contradição entre o discurso tecnocrata e o que é importante para os atingidos, como seus valores, suas representações e apropriações do lugar.

A partir da pesquisa documental realizada nos vários materiais do licenciamento ambiental da UHE Mauá, o elemento “gênero” é completamente ausente, portanto, não se busca identificar as particularidades colocadas neste contexto, principalmente das mulheres atingidas pela construção da hidrelétrica. Com isso, dificilmente as ações mitigadoras inseridas no contexto da PBA darão conta de superar ou de alguma forma atingir os obstáculos enfrentados pelas mulheres na construção e re-construção de suas vidas.

No contexto dos atingidos, o lugar constitui a dimensão da existência, que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, empresas e instituições, configurando mais do que um cenário de cooperação e conflito, a base da vida em comum (SANTOS, 2008). Cotidiano aqui entendido a partir da compreensão de De Certeau (1996, p. 31):

O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão

do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar e o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

Desta forma, a partir do que Santos (2008) denomina de “mundo vivido”, há a construção de significados e compreensões da realidade.

Assim, corroboramos com Carlos (1996), quando afirma que o processo de deslocamento e realocação compulsória, ocasionado pela implantação de hidrelétricas, tem provocado a perda dos lugares de vivência e a expulsão dos atingidos para um espaço estranho/estranhado, concebido por parâmetros operacionais desvinculados de suas vidas e das suas formas/modos de reprodução social.

A partir da abordagem de lugar Carlos (1996), é possível dizer que os reassentamentos, enquanto consequência da construção de usinas hidrelétricas, expressam a materialização da globalização e da chamada modernidade, elemento constitutivo do crescimento econômico, como expresso no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, através de processos político-econômicos que extrapolam as fronteiras nacionais (manifesta, por exemplo, através da presença de empresas transnacionais no segmento hidrelétrico), engendram novas combinações de espaço-tempo. As formas e funções espaciais e o modo de vida dos atingidos sofrem, assim, constantes transformações provenientes do processo de utilização “desenfreada” e acelerada do espaço que se vincula à acumulação de capital, comprometendo as condições de vida historicamente estabelecidas.

Importante destacar que, a partir das entrevistas, foi possível detectar nas falas algumas concepções positivas do remanejamento na percepção das mulheres. Assim, destacamos as falas da M2, a qual compreende não como perda o antigo local que vivia; tal compreensão pode se dever ao fato de que possuía, junto com seus filhos, outro local para produção e com o recurso financeiro recebido pela indenização, pode investir mais nesta propriedade. Portanto, teve um impacto diferenciado, por já possuir uma relação com o local que mora atualmente. Por sua vez, M1 avalia que, após o remanejamento, sua vida mudou bastante, principalmente para a possibilidade de mobilidade para acessar os seus públicos. É preciso também lembrar que M1 está com problemas de saúde, por isso o elemento saúde é fundamental na sua atual condição, além disso vive sozinha. A entrevistada

lembra que onde morava anteriormente o acesso área difícil. Assim, avalia como positiva a saída do local de origem, inclusive querendo esquecer seu antigo local de moradia.

Outro elemento marcante é a fala de M4, que identifica uma transformação do ponto de vista da produção na dinâmica da família. Agora, pós remanejamento, sua condição é de proprietário e produtor, ao passo que, antes, a família possuía uma pequena propriedade à beira do rio e seu marido era assalariado; outra, com a construção da usina, ele perdeu o emprego, pois toda a propriedade foi atingida e o proprietário devidamente indenizado. Esta nova condição trouxe novos desafios à administração da propriedade. A alteração na sua condição, implicou na necessidade de reorganização das bases materiais da propriedade, principalmente no tocante as atividades agrícolas realizadas.

Um elemento presente no contexto do remanejamento populacional, principalmente na vida dos atingidos, é a desterritorialização (PARENTE, 2013), vista como ruptura das estruturas que há muito tempo foi estabelecida e que assusta, principalmente, por mudar o cotidiano, percebido e valorizado quando se tem a certeza de que este será transformado, vindo a gerar, posteriormente, angústia e insegurança à população alocada em outra localidade. Traz também como consequência o adoecimento dos atingidos. Desta forma, os antigos modos de vida dessa população nunca serão reconstruídos, ficarão submersos pelo lago, apenas as lembranças restarão emersas. Nas entrevistas realizadas, foi possível identificar este elemento:

M3: “Na minha saída de lá que hoje se fosse escolher eu queria está lá.”

M4: “Dá para dizer que no começo foi difícil, a gente era acostumado lá na beira do rio, que a gente vivia no sossego lá, e foi difícil acostumar aqui.”

M6: “Agora tenho de gostar. Não tem escolha, agora tenho que gostar daqui. Porque aquele tempo já foi, agora tenho que gostar daqui. Agora eu tenho que acostuma com aqui, sabe, com este lugar aqui, não posso pensar em outro, porque é aqui que eu moro, e eu tenho que dar valor no meu lugar.”

Assim, nas falas das mulheres, percebe-se o custo social com que se viram obrigadas a arcar a partir da construção da usina: dor, sacrifício e perdas.

Compreender o território e a desterritorialização implica compreender o mundo vivido também a partir da subjetividade, com lembranças. No caso das

mulheres atingidas de Mauá, em suas falas há a expressão das vivências do lugar deixado para trás:

M3: “É que nem eu te falei, se fosse da minha escolha. Eu gostaria de está lá na (Sulfurosa) na beira do lago, é lindo lá. Eu acho muito lindo, eu vou pra lá eu fico assim, só que eu acho que não tem expectativa de volta lá.”

M4: “Quer dizer, saudade a gente tem, mas tem que ir esquecendo devagar, e a saudade... a gente gostava do lugar, era na beira do rio [...] Não por causa das paisagens, que a gente ia nas cachoeiras, tinha uma aguinha limpa, no rio, a gente queria ir lá brincar na água a gente ia, agora no lago já é diferente, então é isso que eu tenho para dizer.”

M6: “Tinha um rio grande no fundo da casa assim, quando enchia, a gente olhava da janela assim o rio, vizinho até, gostoso lá, as árvores tudo no terreiro assim, era tempo de florar e saia aquele cheiro que dava gosto de ver. Eu sinto saudade do rio, agora pegou toda a água, menino do céu, que pegou sua água, não tem casa mais, não tem pomar, não tem nada.”

M7: “Rio faz falta, porque eu lavava roupa na cachoeira lá da Barra Grande toda, na água só de tomar banho lá, corredeirão assim, tem aqueles poços lá, de ficar lá de molho lá, e aqui não tem como.”

As manifestações de adaptação e segurança emergem, nos relatos das reassentadas, especialmente na relação existente com o rio. Havia uma relação dos ribeirinhos com o Rio Tibagi e seu principal afluente na região, o Rio Barra Grande. Este elemento, de acordo com Carlos (1996), é constitutivo do espaço vivido, da sua lida, da própria história dos moradores, tendo, portanto, grande valor de uso para eles, constitutivo do “espaço” enquanto lugar destinado à reprodução do seu modo de vida. O conceito de memória, pessoal ou coletiva, integra também o de “lugar”, pois nele “é possível perceber a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc.”. (CARLOS, 1996, p.15).

Neste sentido, a história tem uma dimensão social manifestada no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no uso, no relacionamento com o outro, com o lugar (CARLOS, 1996, p. 26). A construção de uma rede de significados e sentidos a partir da história e da cultura produz uma identidade na qual as pessoas podem se reconhecer ou não. Em consequência da desestruturação, do estranhamento e desenraizamento, a relação entre sujeito e espaço faz aflorar sentimentos negativos, como aversão, angústia, insegurança e tristeza diante do espaço do reassentamento.

No caso das mulheres de Mauá, chamou-nos a atenção o fato de todas as mulheres terem dificuldades para falar sobre o futuro, evidenciando o predomínio de

uma visão pessimista e focada no presente. Sobre tal situação, é possível identificar nessas falas:

M1: “O que tem o futuro? Futura a vida daí pra frente as coisas, mas do jeito que eu estou eu não sei não. Espero melhora cada vez mais. Esperança de sarar.”

M2: “O quê que a gente pensa. Melhora pra gente, continuar criando as criações, as vacas e lutando aqui no sítio mesmo.”

M3: “O futuro. Olha do jeito que está indo aí a gente percebe que o futuro meio difícil. Não sei não. Está muito difícil a vida. Não está fácil não. Pra ninguém. Não só pra mim, mas pra ninguém.”

M4: “O futuro, não sei, vamos ver, tem que esperar para ver [...] a gente quer que melhore, mas tem que esperar.”

M5: “O futuro está só meu marido trabalhando, e as crianças trabalhando, mas está indo bem, já temos um risco daqui, que quando nós chegamos aqui que era só um mato, hoje tem de tudo, é feijão, é milho, é batata, mandioca, hoje tem de tudo, tem porco, tem tudo, tem galinha. Então tudo a gente tem hoje.”

M7: “Não, eu não penso, eu só penso assim, meu corpo está todo esparramado assim, não está mais firme para trabalhar, quando tinha um porquinho eu tratava, qualquer coisa matava, minhas galinhas, bem pacato assim.”

A partir das respostas, podemos identificar incômodos em relação ao presente, no qual é colocado como uma expectativa para que as “coisas melhorem”. Tal situação demonstra precariedade nas condições de vida e ausência de autonomia, no sentido de estarem seguras para projetar ações. Evidencia-se o caráter limitado do acesso à nova propriedade em decorrência do remanejamento populacional, enfatizado nas incertezas em relação ao futuro.

Portanto, denota-se que o fato de as mulheres estarem em novo local, mesmo que com uma renda fixa através da produção ou do arrendamento, a sua condição não é de desenvolvimento pleno, nem autonomia. Tais circunstâncias também não foram contempladas no Plano Básico Ambiental e em nenhum outro documento referente ao licenciamento ambiental, portanto, não foram acompanhadas pelos técnicos do Consorcio Cruzeiro do Sul.

Mas, para além dos sentimentos de resignação, observam-se tentativas de superação da produção espacial totalitária, através das práticas sociais, do discurso e das tentativas concretas de apropriação (que não se desvinculam dos saberes e da cultura, como forma de subversão da realidade imposta), como na fala da M6:

“Agora tenho de gostar. Não tem escolha, agora tenho que gostar daqui. Porque aquele tempo já foi, agora tenho que gostar daqui. Agora eu tenho que acostuma com aqui, sabe, com este lugar aqui, não posso pensar em outro, porque é aqui que eu moro, e eu tenho que dar valor no meu lugar. ”

Sobre essas situações que envolvem o sujeito e novas práticas sociais, a partir da relação dialética entre sujeito e espaço, Lefebvre (2008) afirma que pode manifestar-se, uma vez que o espaço condiciona os sujeitos que nele habitam, mas é também por eles condicionado, pois as práticas sociais podem se apropriar do espaço de formas diversas.

Acerca dessas apropriações, identificamos nas mulheres declarações que revelam, apesar dos limites postos e a ausência planos futuros, algumas de suas formas de apropriar:

M1: Mudou bastante. Era difícil. De cavalo, de moto e quando algum tinha moto, nem moto não tinha algum, daí que sofrimento tomava chuva, e tinha que vim, pois era preciso marcas às vezes exame alguma coisa e tinha que vim, se molhava tudo. Ixe, (Deus) me livre. Mudou bastante, nem dá pra compara. Foi. O postinho bem pertinho aqui. Algum problema vai lá ligeiro medi pressão. A gente nem lembra de lá. Já acostumei aqui, eu gosto daqui. Nem quero mais, Deus me livre, lembrar do sofrimento que eu sofri lá, e lá todos nós sofriamos, não era só 1 não. Tudo tá... hoje eles estão bons, melhorou a vida deles tudo.

M2: “Eu não sinto que foi perca lá não, por causa que a gente [...] eles foram reassentados. Os filhos foram reassentados, eu fui reassentada. Então é um meio de a gente ter mais uma coisinha pra frente.”

M3: “É às vezes Deus quer melhoras na vida da gente, não é. Tem coisas que a gente não entende hoje, vai entender amanhã [...] A gente tem que batalhar dia a dia, as coisas estão muito caras, difícil. Eu acho que pra mim eu tinha muito sonhos e tenho sonho ainda, eu tenho sonho de realizar bastante coisa na minha vida ainda. Espero em Deus que se realize e de tudo certo.”

M4 “Daí lá o marido tinha o salário, e aqui a gente tem que ralar para... Não, a gente tinha o da gente, mas nós morávamos na fazenda, cuidava da fazenda [...] Isso, agora aqui é nosso mesmo, aqui a gente tem que se virar por conta [...]

M5 “Daí agora está melhor, porque a hora que eu passo mal aí eles me levam, mas antes era difícil.”

M6” Lá eu tinha mais sossego, lá em baixo, eu gostava mais de lá do que a aqui, aqui eu gosto porque ficou perto de estrada, tem luz, tem tudo, mas lá eu gostava mais de lá. Lá não tinha luz, e eu vivia tão bem. Eu gostava mais de lá. Era tranquilo e daí eu sai para passear. Aqui chega muita gente, sabe. A casa tem que estar em ordem, tem que por a água no feijão.”

M7: “Aqui é melhor. Agora minha filha comprou um carro eu vou de carro, e lá era difícil [...]”

Observa-se um elemento muito próprio do processo de resiliência, vivenciado por estas mulheres, que agora tentam se adaptar à nova vida que lhes é imposta, com buscas de formas de se apropriar no novo local a partir de condições objetivas, em relação a um melhor acesso à estrada, serviços de saúde, luz elétrica, veículo ou melhoria da qualidade de vida, segurança financeira futura, etc.

Tal situação nos provocou também a identificar, na perspectiva delas, a relação existente/construída com o consórcio, principalmente anterior e posterior ao remanejamento.

3.5.6 Relação com o Consórcio responsável pela UHE

O processo de indenização da UHE Mauá se deu de maneira individual, ou seja, as negociações para o processo de remanejamento foram realizadas uma a uma, embora a possibilidade de reassentamento coletivo fosse uma das alternativas indicadas no PBA⁴⁸. Desta forma, para cada atingido foi elaborado um termo de acordo para indenização, que foi assinado pelo CECS, Associação de Atingidos por Barragens no Rio Tibagi – Associação Salto Mauá e pelo Ministério Público Federal.

Para fins de indenização, levou-se em conta as informações obtidas através do cadastro socioeconômico, que foi realizado em duas etapas⁴⁹, a primeira em 2007 e a segunda em 2008. Os lotes para o reassentamento, de acordo com o termo de acordo para indenização, foram definidos da seguinte maneira: 10 alqueires paulistas úteis para agricultura e pecuária, com as seguintes benfeitorias:

- Casa, com áreas construída de:
 - 85m², para famílias de até 6 (seis) pessoas;
 - 106 m², para famílias com mais de 6 (seis) pessoas;
- Galpão com 150 m²;
- Estrada de acesso;
- Luz elétrica;
- Água para consumo humano e animal.

⁴⁸ Rezende (2002) aponta que a negociação individual realizada entre o empreendedor e o atingido caracteriza-se como uma estratégia do Consórcio envolvido para reduzir o problema social a uma dimensão patrimonial-legal, discutindo-se o valor da indenização.

⁴⁹ A segunda etapa foi realizada a pedido do MPF e teve como objetivo complementar informações do primeiro, uma vez que estava incompleto, inclusive com ausências de atingidos.

Além disso, de acordo com o número de filhos maiores ou menos de 18 anos e/ou agregados, casados ou solteiros, poderiam receber áreas adicionais, chegando até a cota máxima de 10 alqueires paulista⁵⁰. Além disso, estava previsto também o pagamento de um salário mínimo do Paraná para as famílias com até 4 membros, e adicional de 25% do salário mínimo por cada membro adicional, como manutenção temporária, durante o período necessário à reinstalação e reinício da produção/colheita na nova área. Além disso, todas as famílias deveria ser inseridas no Programa de Assistência Técnica Rural desenvolvido pelo Consórcio Cruzeiro do Sul, que previa o acompanhamento agrícola e assessoria para fins de produção e comercialização.

Acerca do processo de indenização, estudos de Ferreira et al. (2014) revelam que as empresas do setor elétrico envolvidas nos processos de implantação de usinas hidrelétricas vêm acumulando experiência por meio da análise dos problemas enfrentados nos vários empreendimentos que já atuaram. Essa experiência adquirida pelo empreendedor faz com que tenha uma visão mais acurada dos possíveis problemas do empreendimento. Além dessa experiência, o empreendedor já conhece, por meio da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o perfil dos moradores a serem atingidos, se são analfabetos, se moram em uma casa de taipa ou alvenaria, qual a renda familiar, enfim, informações que permitem planejar uma estratégia de ação e o tipo de abordagem necessária para cada uma das famílias. Neste sentido, o processo de indenização individual favorece o empreendedor em detrimento do atingido.

No caso da UHE Mauá, com as entrevistas, sistematizamos a relação entre as mulheres atingidas e o consórcio, e a partir de duas vertentes iremos apresentar os resultados obtidos. A primeira diz respeito à autonomia da mulher no processo de negociação, ou seja, a sua capacidade de decidir e negociar, uma vez que é dela a titularidade da terra, e a outra em relação ao segundo momento, quanto já havia ocorrido o remanejamento, no qual procuramos identificar a relação entre o que foi negociado e o que realmente ocorreu na nova propriedade.

No tocante à autonomia da mulher, percebemos a sua fragilidade e insegurança quanto ao processo de negociação, como expresso nas falas:

⁵⁰ Para o caso dos filhos casados ou com união estável.

M1: “Aquele tempo tinha um filho solteiro na casa, administrava daí. Coitado, aí era ele arrumava tudo.”

M2: “Foi eu e os 2 filhos juntos. Nós 3 juntos.”

M3: “Na verdade foi assim, quando eles falaram, “não, você tem que escolher aonde você quer a tua área de terra pra gente pode negociar”. Então eu não tinha tempo de olhar nem nada. Até meu ex-marido que falou, “não, você tem que escolher, porque enquanto você não escolher não sai o meu”. Aí ele tipo deu uma pressionadinha. Aí eu acabei pegando lá. Porque depois eu poderia ter pegado em lugar melhor, não é?”

M4: “Aí eu conversei e eles (consórcio) [...] primeiro eu pedi para eu conversar com a família, para discutir o assunto, para ver se eles aceitavam a proposta tinham feito, aí eles aceitaram aí eu sei o que eu faço.”

M5: “Era eu, sentadinha, mas era eu aí eles chegava, o meu marido estava trabalhando, era eu quem conversava. Fazia o serviço, eu conversava com eles, eu falei que era o homem da casa, que daí meu marido não estava para resolver. E daí depois a gente conversava sobre que o marido achava certo, daí falava que sim.”

M6: “Se eu fosse homem tinha tratado de maneira diferente, porque os outros eles trataram como maneira diferente. Volta e meia eu falo aqui para os meninos, se eu fosse um homem era outra coisa, mas como eu sou mulher, eles me trataram mais assim, porque o homem pensa assim, parece que eles têm mais receio.”

Com exceção da M1, todas participaram do processo negociação, o que representa em um primeiro momento, a possibilidade da construção da autonomia. No entanto, as falas revelam mulheres subalternizadas, e assim, apesar da crescente autonomia das mulheres, com suas ações contraculturais, aliadas à mudança do padrão de autoridade paterna, as mulheres não conseguem romper totalmente as amarras da subordinação. Há um ranço muito presente no contexto das relações patriarcais, as quais são movidas principalmente por mecanismos ideológicos de reprodução do *status quo*, o que requer a desconstrução daquilo que está posto hegemonicamente como atributos de mulheres e homens, como já mencionado neste trabalho.

Retomamos aqui elementos já trabalhados nesta pesquisa referente a construção social do lugar da mulher dentro da família, no qual caracteriza como sendo para o espaço privado, no caso do processo de negociação, exige-se uma postura para o espaço público, “culturalmente” tipo como masculino. Tal assertiva é evidenciada de todas as mulheres, que demandam sempre a necessidade da figura masculina para decidirem.

Para Cisne (2014), a naturalização da ideologia dominante do patriarcado provoca a alienação nas mulheres, as quais reproduzem sua condição de

subalternidade e subserviência como algo inato ou até mesmo biológico. Esta reprodução, por sua vez, lembra a autora, se dá independentemente da presença masculina ou não, e não é porque as mulheres gostam de ser submissas. É preciso considerar o seu contexto histórico e as relações sociais que as determinam, pois estas, sim, são repletas de alienação.

Também é preciso considerar a invisibilidade do trabalho da mulher no contexto da agricultura, considerado como “ajuda” ao trabalho do homem, o que traduz as relações desiguais de poder e participação, impostas e continuamente reorganizadas para sua dependência econômica e social.

Com relação ao momento posterior ao remanejamento populacional, identificamos em algumas falas o distanciamento de alguns elementos que foram acordados no ato da negociação e como as áreas foram entregues às famílias:

M5: “Teve uns trancos e barrancos, porque eles prometeram muita coisa e não cumpriram comigo, sabe, eles prometeram... eu tinha assim um laranjal lá em baixo, prometeram de comprar muda lá para gente plantar de volta, eles não compraram, não deram, muita coisa eles não fizeram para mim. E daí, mas as outras coisas tudo bem [...] Não tinha água, não tinha água para beber, não tinha água para lavar roupa, o meu marido tinha que me levar no carrinho lá em uma grotta bem longe, porque daí ainda as meninas não estavam morando aqui, ninguém só nós dois, ele me levava no carrinho lá em uma grotta bem longe, eu lavava roupa sentada dentro da água, daí torcia e colocava na vazia, daí ele ia buscar, e daí depois ele ia me buscar, daí quando eu chegava em eu tinha que tomar banho com aquela água suja, porque daí eu me sujava toda na estrada para vir, porque é longe. Lá na mina, meu marido ficou até... saiu até a coluna fora do lugar, de tanto puxar água, nós puxamos água acho que uns 5 meses ou mais. Demorou para ter poço artesiano, daí tinha que fazer pesquisa, tudo, para daí sair o poço.”

M6: “Teve uns trancos e barrancos, porque eles prometeram muita coisa e não cumpriram comigo, sabe, eles prometeram... eu tinha assim um laranjal lá em baixo, prometeram de comprar muda lá para gente plantar de volta, eles não compraram, não deram, muita coisa eles não fizeram para mim. E daí, mas as outras coisas tudo bem.”

M7: “Ficaram para me dar a casa aqui, mas deram a casa, esse muro foi eu quem fiz, essa pia aí foi eu quem fiz, só fizeram essa aqui, mas tudo mal feita, tudo mal feito.”

As entrevistadas relatam dificuldade no início, principalmente pela ausência de estruturas básicas, como água, item inclusive posto no termo de indenização. Neste sentido, chama a atenção a fala de M5 e seu relato sobre as dificuldades de ter acesso à água, que agora não mais está próximo de sua residência, a família, portanto, foi obrigada a passar por situações vexatórias para conseguir ter acesso a algo básico para sua entrega na nova área e construção de sua nova vida.

Outro item presente na fala de M6 foi certamente utilizado no processo de argumentação para o convencimento à adesão ao remanejamento; trata-se da plantação de mudas de laranjas, o que não foi cumprido, e certamente dificilmente seria, uma vez que não é fruto de um ato formação como é o termo de indenização, que contempla todas as benfeitorias que deveriam ser entregues junto com a nova propriedade.

Fica evidente, portanto, neste item, a força argumentativa utilizada pelo empreendedor, a fim de garantir a “desobstrução” da área para a construção da barragem, em que são realizados acordos para além do posto no âmbito do termo de indenização, que na maioria das vezes não cumpridos.

E assim, no contexto do remanejamento populacional, as particularidades do lugar da mulher apresentam-se de maneira invisível. Tal processo decorre desde os estudos iniciais para a viabilidade do empreendimento até o processo final de remanejamento e acompanhamento por parte do empreendedor. As fragilidades deste contexto reforçam o caráter de exclusão da participação da mulher no âmbito da produção, e carregam ainda limites quanto à compreensão desses sujeitos e suas realidades vividas.

Ao não captar a realidade dos sujeitos, as ações mitigadoras tiveram um frágil alcance em dar conta de possibilitar a estruturação de modos de vida anteriormente vividos. No contexto da UHE Mauá, outro elemento importante a considerar é a ausência do elemento político organizativo, o qual possibilitaria às mulheres um poder maior para a negociação e o tensionamento quanto às garantias do seu lugar na propriedade e das especificidades das suas vidas. A não existência de organizações políticas realmente atuantes, que levassem em consideração não só as consequências da construção da UHE na perspectiva ambiental, mas também a abarcasse o elemento social, trouxe sequelas significativas nos projetos de vida dessas mulheres, que dificilmente serão superadas na conjuntura atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste estudo buscou-se evidenciar a mulher agricultura atingida pela UHE Mauá, a partir da invisibilidade de gênero presente desde os estudos ambientais de licenciamento até as ações de mitigação dos impactos provocados pelo empreendimento. Neste sentido, lançamos mão de pesquisa qualitativa com caráter exploratório, com o objetivo de demonstrar sua singularidade no contexto do remanejamento populacional da construção da UHE.

Ao nos aproximarmos da realidade vivida por essas mulheres, nos deparamos com situações, momentos e percepções que extrapolam os indicadores inseridos nos documentos ambientais para o licenciamento, portanto, não captados pelo setor elétrico, logo, não mitigado.

É o caso das mulheres de Mauá, mulheres que assumiram, por diferentes motivos, a titularidade do programa de remanejamento populacional e, ao terem que iniciar nova vida em outra propriedade, vão construir diferentes estratégias no campo da produção e reprodução da vida social.

Frente a isto, temos presente na sociedade brasileira o forte discurso de desenvolvimento aliado ao crescimento, e neste contexto das hidrelétricas, tidas como motor do desenvolvimento, este discurso falacioso deixa de lado todo o arcabouço ligado ao acesso de direitos por parcelas significativas da população e se coloca na lógica do capital, para obtenção de lucro para alguns, a partir de recursos naturais.

De outro lado, temos os atingidos por barragens, pessoas que precisam sair de suas casas e territórios em nome do “desenvolvimento”, “afinal, nos dias de hoje, quem vive sem energia elétrica”.

Este desenvolvimento que como debatido no primeiro capítulo, se materializa na realidade social como crescimento econômico, não alcança as pessoas que são impactadas pelas grandes obras de infraestrutura do país, como é o caso das hidrelétricas, muito menos representam a possibilidade de determinada parte da população brasileira de atingir patamares de autonomia e efetiva qualidade de vida.

Assim, neste trabalho, nos debruçamos para estudar as mulheres agriculturas atingida, no seu contexto agrícola, permeado pela invisibilidade do

trabalho feminino no interior da propriedade. No contexto da reprodução social, identificam-se elementos arraigados de uma cultura ideológica presente na sociedade capitalista, no qual chamamos a atenção para o patriarcado. Aqui encontramos uma contradição que as mulheres de Mauá enfrentam: ser mulher, responsável pela unidade familiar em um contexto machista, regido por princípios androcêntricos. A partir daí, identificamos que as mulheres tendem a reproduzir a lógica inserida na sociedade, que atribui a elas um lugar subalterno no contexto das relações sociais.

Desta forma, essas mulheres, na maioria das vezes, se identificam muito mais como donas de casa do que agricultoras, pois na lógica patriarcal a casa é o lugar que lhes cabe na divisão sexual do trabalho, mesmo que assumam a responsabilidade pela produção e manutenção da propriedade. Esta situação certamente contribui para que, quando inseridas no contexto da negociação da indenização junto ao CECS, elementos próprios da sua vivência e particularidade feminina não sejam considerados. Submetendo-se a um remanejamento populacional que lhes trouxe sensações de insegurança e instabilidade, tais circunstâncias acarretaram sérias consequências, como o adoecimento dessas mulheres.

Em Mauá, identificamos o desencadeamento de doenças após o remanejamento, consequência não prevista, nem contextualizada nos estudos de licenciamento ambiental, o que evidencia que a realidade vivida pelos atingidos não é captada nos estudos ambientais que antecederam a obra.

Outra consequência presenciada é o chamado processo de desterritorialização, que implica nas perdas das referências territoriais construídas ao longo da vida dessas mulheres, no território agora alagado. Importante destacar, como evidenciado nas falas das mulheres, que essas perdas não são somente de natureza econômica, mas trazem consigo elementos subjetivos e simbólicos, como nas memórias que narram as relações entre as mulheres e o rio.

No campo da produção, a partir das falas foi possível identificar estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres, como a destinação de parte da propriedade recebida pela indenização para o arrendamento.

A prevalência da pluralidade na vida das mulheres também é um fato marcante, assim, buscam com a inserção em atividades não agrícolas a garantia da sobrevivência. Tal fato implica a considerar as várias dificuldades para garantir da

regularidade na produção, bem como a quantidade necessária para obter rendimentos. Neste caso, fazemos associação a outro programa inserido no contexto do PBA, o programa de assistência técnica aos reassentados. No caso das mulheres estudadas, nota-se fragilidade no suporte técnico agrícola realizado pelo CECS.

Um ponto relevante é que o reassentamento populacional representou para todas as entrevistadas a instalação de moradia em um local de melhor acesso à rede de serviços públicos, principalmente saúde, educação e assistência social. Outras transformações significativas ocorridas na vida de muitas atingidas é a alteração da condição de trabalhadora rural proprietária de terra, pois com a UHE, muitos dos atingidos perderam o emprego dentro das propriedades atingidas e foram indenizados com áreas para o plantio e moradia, como é o caso de parte das mulheres.

Interessante observar que a UHE Mauá, apesar dessas transformações na vida das atingidas, não representou a possibilidade de construção de uma perspectiva positiva em relação ao futuro; pelo contrário, com a pesquisa foi possível identificar a prevalência, entre as mulheres, de uma visão pessimista, focada apenas no presente, situações semelhantes a pessoas em condição de extrema pobreza, as quais, devido ao ciclo de pobreza e a ausência crônica de direitos, não conseguem vislumbrar projetos de vida e, conseqüentemente, possuem grandes dificuldades de romper algumas amarras relativas às limitações econômicas e sociais.

Por fim, embora a UHE Mauá tenha trazido garantia de renda para as mulheres, ela não representou a ruptura com a lógica patriarcal que oprime e adoece as mulheres na região de Ortigueira/PR, demonstrando assim, uma faceta do capital que está para além da construção desta hidrelétrica, mas que permeia a ideia de desenvolvimento na atualidade, o qual abarca discurso de sustentabilidade, de preocupação ambiental, porém esse discurso não ganha efetividade nas ações desenvolvidas, posto que o modelo de desenvolvimento em curso reitera uma inserção subalterna de outros elementos que não seja o lucro.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: _____. **Duração das cidades**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- ADELMAN, Miriam. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e Subjetividades 'diferentes'. **Revista Estudos Feministas**, n.19, v. 3, 2011.
- ALCOFORADO, Fernando. **Um projeto para o Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000.
- ALVES, José. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (Pr) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, 2004.
- ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). **Atlas de Energia Elétrico do Brasil**. 3.ed. Brasília, 2008.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 17, p. 54-80, out. 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma Resenha”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: O que é - O que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOISIER, Sérgio. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 19, p. 307-43, jun. 1999.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia & Empresa de Pesquisa Energética – Brasil. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME: EPE, 2007.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.
- CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53-66, 2007.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CASTELANO, Maria José. **Um estudo da proposta de Educação do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá – UEM-PR, Maringá, 2000.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Sociedade**, São Paulo, v.112, p. 613-636, out./dez. 2012 .

CECS (Consórcio Cruzeiro do Sul). **Relatório do Cadastro socioeconômico da Usina Hidrelétrica de Mauá**. Telêmaco Borba, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 9.ed. São Paulo: Cortez. 1981.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONTE, Isaura Izabel. A invisibilidade feminina. In *Jornal Le Monde Diplomatique*. São Paulo, 2008.

CORONA, Hieda M. P. Pluriatividade: uma estratégia da agricultura familiar. **Cadernos de Economia**, Chapecó: UNOCHAPECO, v.7, n.12, p.103-133, jan./jun. 2003.

DAMIANI, Amélia. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

DURAN, Maria Angeles. **A Dona-de-Casa**: Crítica Política da Economia Doméstica. Tradução de Yara Cristina Ferrauto e Wanda Capeller. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FÓRUM MUNDIAL ECONÔMICO PARA A AMÉRICA LATINA, 2011. [Debate com Maurício Tolmasquini]. Portal Brasil, 29 abr. 2011. Disponível em: <https://www.brasil.gov.br/zmi/infraestrutura/2011/04/empresa-de-pesquisa-energetica-diz-que-brasil-devera-ter-novas-usinas-nucleares>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GOLDENBERG, José; PRADO, Tadeu. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003.

GOMES, Chistianne Luce Gomes; MELO, Victor Andrade. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.19, 2003.

IANII, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KARAM, Karen. A Mulher na Agricultura Orgânica e em novas ruralidades. **Revista e Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 360, jan./abr. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Ed. Moraes. 1991.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

MARTIGNONI, Luciano; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. Lazer e a ruralidade contemporâneos para além da racionalidade capitalista. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, Ano 3, n.1, 2013.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

OMOTO, João Akira. Projetos de desenvolvimento: críticas e perspectiva à luz dos direitos humanos. In: MAIA, Leonardo Castro et al. **Hidrelétricas e a Atuação do Ministério Público na América Latina**. Porto Alegre: Letra&Vida: Red Latinoamericana de Ministério Público Ambiental, 2013. p.94-115.

PADILHA, Valquíria. Urbanidade, violência e lazer: uma abordagem sociológica crítica. **Cinergis**, Santa Cruz, v. 3, n. 2, 2002.

PADIS, Pedro. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

ROJAS, Berenice C. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SAUER, Ildo. **A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro**. São Paulo, SP: Paz e Terra; Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **O Nervo Cala, o Nervo Fala: a Linguagem da Doença**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

TAVARES. M. G. C. **Dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no estado do Pará (1960-1996)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. VAINER, Carlos B.; ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos B. Regionalismo: anacronismo ou pós-modernidade. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais, **Estudos Avançados**, v.59, n.21, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Do global ao local**. Campinas, S.P: Armazém do Ipê, 2010.

VIEIRA, José Paulo. **Antivalor**: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO ENTREVISTA

Idade:

Agricultora?

Número de filhos?

Tempo de residência em Ortigueira:

Tempo de residência no endereço atual:

Quem é responsável pelo cuidado da casa?

Quem é responsável pelo cuidado da propriedade?

Quem trabalha na propriedade?

Qual a rotina de trabalho da mulher na propriedade?

O que você espera do futuro?

O que é ser mulher para você?

O que ser mulher no meio rural?

O fato de você ser mulher interferiu nas negociações com o consórcio?

O que mudou na sua vida a partir do reassentamento?

Como percebe a diferença entre a sua propriedade e a outra chefiada por homem?

Por ser mulher quais dificuldades que encontra para viver aqui?

Quais são os tipos de lazer que costuma realizar?

Descreva o que acha que mudou na sua vida, da antiga propriedade para atual?

Se ela consegue se ver como parte do novo local? Sim/ Não/ Por quê?

APÊNDICE B

INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE		
IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE		
Nome do Proprietário:		
Endereço da propriedade:		
Município:	UF:	CEP:
Distrito:		

FORMA DE AQUISIÇÃO AFETADA		
1 – Compra	2 - Herança	3 - Ocupação
4 – Usucapião	5 – Projeto de Reforma Agrária	Outros:

DOCUMENTAÇÃO DE VÍNCULO COM PROPRIEDADE	
1 – Contrato particular de compra e venda	2 – Documento de posse
3 – Escritura não registrada	4 – Escritura Registrada
5 – Recibo de pagamento	6 – Requerimento de usucapião
7 – Termo de Cessão	8 – Termo de Doação
11 – Não possui documentos	12 – Contrato de Comodato
13 - Outros	

PERFIL DAS FAMÍLIAS	
Número de famílias residentes na propriedade	Famílias*
Qual(s):	

INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE ANTIGA

FONTE DE ÁGUA

1- rio

2 - córrego

3 - fonte

4 - nascente

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA MORADIA				
1 Há residência na propriedade	1 – Sim	2 – Não	Nº	Tempo de construção:
2 Há moradores	1 - Sim	2 - Não	Nº	Tempo de residência

TIPO DE CONSTRUÇÃO

1 Telhado dominante	1 - amianto	2 - telha de barro	3 - zinco	4 - madeira	5 - outros
2 Piso dominante áreas secas*	1 - madeira	2 - cerâmica	3 - cimento liso	4 - misto	5 - outros
3 Piso dominante áreas molhadas*	1 - madeira	2 - cerâmica	3 - cimento liso	4 - misto	5 - outros
4 Número de cômodos na casa (exceto banheiros):					
5 Área total da casa	m ²				
6 Sanitário	1 - interno	2 - externo	3 - privada/casinha	4 - outros	
7 Energia	1 - rede elétrica	2 - Gerador próprio	3 - Lampião	Valor:	
8 Água	1 - encanada (rede pública)	2 - encanada (poço/fonte)	3 - Não possui água encanada () poço () fonte () nascente		
9 Destinação do lixo	1 - coletado pela prefeitura	2 - enterrado	3 - queimado	4 - lançado a céu aberto	Outros:

Caracterização Física do (s) Domicílio (os)

* Áreas secas: sala, quarto, corredor e varanda.

* Áreas molhadas: banheiro, cozinha e lavanderia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 Parada de ônibus	1- sim	2 - não	Distância:	Frequência:
2 Telefonia	1- sim	2 - não	Tipo: () fixa () móvel () pública	
3 Assistência médica na proximidade	1 - sim	2 - não	Tipo:	
4 Correio	1 - sim	2 - não		

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1 Benfeitorias (tipo)

1 - galpão/ paiol

2 - chiqueiro

3 - estábulo/curral

4 - galinheiro

5 - açude

6 - outros

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Tipo de produção	Nº	Venda
1 - Frango/galinha		() Sim () Não
2 - Bovinos de leite		() Sim () Não
3 - Bovinos de corte		() Sim () Não
4 - Suínos		() Sim () Não
5 - Ovos		() Sim () Não
6 - Leite		
7 - outros*		() Sim () Não

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

.2 Culturas	Nº	Venda
1 –		() Sim () Não
2 –		() Sim () Não
3 –		() Sim () Não
4 –		() Sim () Não
5 –		() Sim () Não

*** elencar as principais**

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1 Comercializa a produção	1 – sim 2 – não	Onde:
2 Participa de cooperativa ou associação para fins de venda	1 – sim 2 – não	Qual:

INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE ATUAL

FONTE DE ÁGUA DA ATUAL

1- rio 2 - córrego 3 - fonte 4 - nascente

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA MORADIA				
1 Há residência na propriedade	1 – Sim	2 – Não	Nº	Tempo de construção:
2 Há moradores	1 - Sim	2 - Não	Nº	Tempo de residência

TIPO DE CONSTRUÇÃO

1 Telhado dominante	1 - amianto	2 – telha de barro	3 - zinco	4 - madeira	5 – outros
.2 Piso dominante áreas secas*	1 - madeira	2 - cerâmica	3 – cimento liso	4 - misto	5 – outros
3 Piso dominante áreas molhadas*	1 - madeira	2 - cerâmica	3 – cimento liso	4 – misto	5 – outros
4 Número de cômodos na casa (exceto banheiros):					
5 Área total da casa	m ²				
.6 Sanitário	1 – interno	2 - externo	3 – privada/casinha	4 – outros	
7 Energia	1 – rede elétrica	2 – gerador próprio	3 - Lampião	Valor:	
.8 Água	1 – encanada (rede pública)	2 – encanada (poço/fonte)	3 – Não possui água encanada () poço () fonte () nascente		
9 Destinação do lixo	1 – coletado pela prefeitura	2 - enterrado	3 - queimado	4 – lançado a céu aberto	Outros:

Caracterização Física do (s) Domicílio (os)

*** Áreas secas: sala, quarto, corredor e varanda.**

*** Áreas molhadas: banheiro, cozinha e lavanderia.**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 Parada de ônibus 1- sim 2 – não Distância: Frequência:

2 Telefonia 1- sim 2 - não Tipo: () fixa () móvel () pública

3 Assistência médica na 1 - sim 2 - não Tipo:
proximidade

4 Correio 1 - sim 2 - não

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1 Benfeitorias (tipo)

1 – galpão/ paiol

2 - chiqueiro

3 – estábulo/curral

4 – galinheiro

5 – açude

6 - outros

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Tipo de produção	Nº	Venda
1 – Frango/galinha		() Sim () Não
2 – Bovinos de leite		() Sim () Não
3 – Bovinos de corte		() Sim () Não
4 – Suínos		() Sim () Não
5 – Ovos		() Sim () Não
6 - Leite		
7 - outros*		() Sim () Não

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

.2 Culturas	Nº	Venda
1 –		() Sim () Não
2 –		() Sim () Não
3 –		() Sim () Não
4 –		() Sim () Não
5 –		() Sim () Não

*** elencar as principais**

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1 Comercializa a produção 1 – sim Onde:
2 – não

2 Participa de cooperativa ou associação para fins de venda 1 – sim Qual:
2 – não

Informações Adicionais

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

Pelo presente documento, **eu**, _____,
RG: _____ emitido pelo(a): _____, domiciliado/residente
em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____,

_____ **declaro ceder**

ao (à) Pesquisador(a): _____,
CPF: _____ RG: _____, emitido pelo(a): _____,
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____

_____,
sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____

_____ (assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP).